



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 150

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 1967

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI

N.º 13, de 1967 (C.N.)

Que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

N.º 1 — SUBSTITUTIVO

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

Art. 1.º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior.

§ 1.º A área de atuação da SUDECO compreende o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso.

§ 2.º A área que, em virtude do disposto no parágrafo anterior e no artigo 2.º da Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, resultar comum à SUDECO e à SUDAM, permanecerá, para efeito de aplicação de estímulos fiscais, sujeita à legislação e normas que regem a SUDAM.

§ 3.º Permanecem em vigor os recursos alocados para Goiás e Mato Grosso nos Orçamentos e Planos Diretores da SUDAM, SUDESUL e SUVALE.

Art. 2.º A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO — terá sede e foro em Brasília — DF.

Art. 3.º Compete à SUDECO elaborar, em entendimento com os Ministérios e órgãos federais atuantes na área, e tendo em vista as diretrizes, os Planos Diretores do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, que observarão a seguinte orientação:

a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazo;

b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e de sua população;

d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;

e) fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteira;

f) adoção de política migratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados no exterior;

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de novembro de 1967, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição n.º 1-67, que dá nova redação e acrescenta dois parágrafos ao art. 176 da Constituição Federal (Eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores).

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de novembro de 1967, às 22 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição n.º 2-67, que dá nova redação aos arts. 100 e 101 da Constituição Federal (Aposentadoria dos funcionários públicos).

g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura, como base de sustentação das populações regionais;

h) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativa, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

i) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessários ao desenvolvimento da Região;

j) aplicação coordenada dos recursos federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;

l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;

m) coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, e órgãos ou entidades da Administração Federal, na parte referente a programas incluídos nos Planos Diretores;

n) julgar do interesse e da prioridade dos projetos ou empreendimentos da iniciativa privada, para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de incentivos e financiamentos, pelos Poderes Públicos.

§ 1.º Os Planos Diretores serão executados em etapas plurianuais, substanciados e aprovados em Decreto, e revisados anualmente.

§ 2.º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, os recursos financeiros suficientes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano.

Art. 4.º Compete ainda à SUDECO:

a) elaborar os Planos Diretores, previstos no § 1.º do artigo anterior, acompanhar a sua execução e promover as revisões anuais, tendo em vista os resultados obtidos;

b) opinar sobre as propostas orçamentárias dos órgãos federais, na parte em que se referirem a programas incluídos nos Planos Diretores;

c) desempenhar, em geral, as suas atribuições de órgão coordenador de programas de desenvolvimento regional, de acordo com o disposto nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 5.º São agentes de elaboração, controle e execução dos Planos Diretores:

a) a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO;

b) o Banco do Centro-Oeste S.A.;

c) os órgãos de administração centralizada e descentralizada do Governo Federal;

d) os outros órgãos e entidades credenciados através de contratos, convênios, ajustes e acordos.

Art. 6.º São órgãos da SUDECO:

a) Conselho Deliberativo;

b) Secretaria Executiva.

Art. 7.º São atribuições do Conselho Deliberativo:

a) manifestar-se sobre os Planos Diretores e suas revisões;

b) acompanhar a execução dos Planos Diretores e apreciar periodicamente os resultados obtidos;

c) decidir sobre as propostas do Superintendente relativas à alienação de bens imóveis que por Lei ou programa tenham essa destinação;

d) aprovar acordos, convênios e contratos pertinentes a obras ou serviços constantes do Plano Diretor;

e) aprovar a proposta de Orçamento-Programa a ser submetida ao Ministério do Interior;

f) aprovar as normas, tabelas de salários e gratificações e o quadro de pessoal da SUDECO, e submetê-lo ao Ministro do Interior, para aprovação do Presidente da República;

g) aprovar a estrutura da Secretaria Executiva e as atribuições dos órgãos que a integram, respeitados os princípios e as normas do Decreto lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967;

h) emitir parecer sobre as contas do Superintendente, sobre os balanços e o balanço anual da Autarquia.

Parágrafo Único. O Poder Executivo disporá sobre a remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, que será fixada por sessão a que comparecerem, bem como sobre a forma pela qual deverá ele deliberar.

Art. 8.º O Conselho Deliberativo será constituído pelo Superintendente da SUDECO, que o presdirá, e pelos representantes das seguintes entidades:

a) Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação, Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Saúde e Transportes;

b) Estado Maior das Forças Armadas;

c) Estados de Goiás e Mato Grosso e Distrito Federal;

d) Confederação Nacional da Agricultura, do Comércio e da Indústria.

Art. 9.º Compete à Secretaria Executiva:

a) apresentar ao Conselho Deliberativo propostas sobre os assuntos da competência desse órgão;

b) cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho;

c) apresentar ao Conselho Deliberativo e ao Ministro do Interior relatório periódico sobre o desenvolvimento do Plano Diretor;

d) elaborar plano de emergência, em caso de calamidade pública.

Parágrafo Único. O Superintendente da SUDECO será o responsável pela Secretaria-Executiva, auxiliado por um Superintendente-Adjunto.

Art. 10. Cabe ao Superintendente representar a SUDECO ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Art. 11. Os serviços da SUDECO serão atendidos:

a) por pessoal próprio contratado exclusivamente sob regime da legislação trabalhista;

b) por servidores federais, estaduais ou municipais, requisitados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único. Os servidores de que trata a letra "b" deste artigo poderão optar entre a percepção dos vencimentos e vantagens correspondentes ao do cargo de origem ou pelos

salários e vantagens a que fizer jus de acordo com as normas de pessoal da SUDECO.

Art. 12. A SUDECO gozará de franquias postal e telegráfica em todo o território nacional, sendo-lhe extensivos os privilégios da Fazenda Pública, quando a impenhorabilidade de bens, rendas ou serviços, prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 13. A SUDECO exercerá as suas atividades conformando-se às leis e regulamentos gerais pertinentes à administração indireta, no que lhe forem aplicáveis, especialmente as normas e diretrizes do Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 14. Até 31 de dezembro de 1968, será extinta a Fundação Brasil Central, constituída nos termos do Decreto-lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943, transferindo-se para a SUDECO, na forma da legislação e normas pertinentes em vigor, os seus recursos orçamentários, bem como o seu patrimônio.

Parágrafo Único. A SUDECO reexaminará os acordos, contratos, ajustes ou convênios firmados pela Fundação Brasil Central, ratificando-os modificando-os ou rescindindo-os nos termos da legislação vigente.

Art. 15. O quadro de pessoal da Fundação Brasil Central, integrado pelos servidores amparados pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, será absorvido pela SUDECO, na forma estabelecida pelo Poder Executivo, quando da extinção da entidade mencionada no artigo anterior.

§ 1º O quadro a que se refere este artigo é considerado em extinção, a operar-se gradativamente de acordo com as normas fixadas no Regulamento desta Lei.

§ 2º Os servidores do quadro em extinção passarão a prestar seus serviços à SUDECO, de acordo com o regime legal que lhes é próprio, podendo, entretanto, optar pelo regime da legislação trabalhista, a juízo da Administração, conforme estabelecido em Regulamento.

§ 3º O Poder Executivo poderá determinar o aproveitamento do pessoal referido neste artigo em outros órgãos da administração direta ou indireta, consoante o art. 20, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou mediante convênio, colocá-los à disposição de Estados e Municípios.

Art. 16. Observadas a legislação e normas em vigor, a SUDECO, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo, poderá contrair empréstimo no País ou no exterior, para acelerar ou assegurar a integral execução de programas e projetos previstos no Plano Diretor.

§ 1º A operação de que trata este artigo poderá ser garantida pela SUDECO, com seus próprios recursos.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito internas, referidas neste artigo.

§ 3º Os recursos destinados à amortização e ao pagamento de juros relativos às operações de crédito contratadas pela SUDECO constarão do Orçamento-Programa da Autarquia.

Art. 17. A SUDECO poderá promover a desapropriação de bens por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social quando necessário à realização de suas finalidades, em sua área de atuação.

Art. 18. Ressalvada a necessidade excepcional de contratação de técnicos especializados, reconhecida expressamente pelo Presidente da República, nenhuma admissão de pessoal será feita na Autarquia sem que se verifique, previamente, no centro de redistribuição de pessoal a existência de servidor que possua a qualificação exigida (art. 89 — § 5º Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE ERITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. D. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Trabalho nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Parágrafo Único. O disposto neste artigo é extensivo às Autarquias e demais órgãos subordinados ao Ministério do Interior.

Art. 19. O Banco Regional de Brasília S.A., instituído por força da Lei nº 4.515, de 10 de dezembro de 1964 sem prejuízo de suas atuais atribuições, passa a constituir-se em órgão de apoio financeiro dos projetos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, vinculado ao Ministério do Interior, com a denominação de BANCO DO CENTRO-OESTE S.A., sede e foro em Brasília — DF.

§ 1º O Banco poderá abrir agências filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, a plicando-se-lhe no que couber, o disposto no art. 50 da Lei nº 4.505, de 31 de dezembro de 1964.

§ 2º A maioria de ações do Banco com direito a voto caberá sempre à União ou ao Distrito Federal, vedado a qualquer pessoa física ou jurídica de direito privado, nos futuros aumentos autorizados pela Assembleia Geral, a subscrição de mais de 3% (três por cento) dos valores das ações do Capital Social.

§ 3º Como órgão de apoio financeiro do desenvolvimento da Região Centro-Oeste, caberá ao Banco:

a) exercer as funções de agente financeiro da SUDECO;

b) executar a política do Governo Federal na Região Centro-Oeste relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;

c) efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias, avais e prestação de quaisquer garantias e especialmente operações diretas ou indiretamente relacionadas com as atividades agro-pastoris, comerciais e industriais;

d) atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Centro-Oeste, de recursos mobilizados interna ou externamente, de acordo com a legislação em vigor;

e) executar, com exclusividade, os serviços bancários da SUDECO e dos demais órgãos regionais federais, inclusive autárquicos;

f) executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais, inclusive autárquicos, nos termos do item II, do artigo 1º da Lei nº 4.549, de 31 de dezembro de 1964, nas localidades da Região Centro-Oeste onde o Banco do Brasil S.A. não disponha de agência;

g) aplicar, como agente financeiro da SUDECO, segundo as diretrizes de desenvolvimento econômico que esta traçar, os recursos por ela destinados para crédito em favor da iniciativa privada na Região, sem prejuízo da ação normativa do Conselho Monetário Nacional;

h) executar, paralelamente ao Banco do Brasil S.A., na Região Centro-Oeste, e como agente da Comissão de Financiamento da Produção, a política de preços mínimos dos produtos agrícolas, pecuários e extrativos, na forma da legislação em vigor.

Art. 20. O Poder Executivo baixará, em execução desta Lei, o Regulamento da Superintendência do De-

envolvimento da Região Centro-Oeste.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1967.

Justificativa

Em respeito ao projeto inicial encaminhado pela Chefia do Poder Executivo, o presente substitutivo apresenta as seguintes alterações materiais:

a) Criação de um órgão financeiro de apoio à implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico, pela transformação do Banco Regional de Brasília S.A. em Banco do Centro-Oeste S.A.;

b) Inclusão do Distrito Federal na Zona de interesse da SUDECO; e

c) Fixação da sede da Autarquia em Brasília — DF.

Como justificativa da primeira medida, vale citar a necessidade de um órgão financiador das atividades em presarais privadas na execução do Plano de Desenvolvimento Econômico Regional, e regulador do movimento financeiro da Região, hoje carente de qualquer órgão assistencial de desenvolvimento. Ademais, na sistemática dos órgãos análogos (SUDAM e SUDENE), existem organismos similares.

A inclusão do Distrito Federal na SUDECO é prevista na própria Exposição de Motivos com que o Ministério do Interior encaminha o projeto à Presidência da República, e apoia-se na definição de região geográfica homogênea do Conselho Nacional de Geografia.

Por analogia com a SUVALE, tendo em conta a inclusão do Distrito Federal na SUDECO e as maiores facilidades de contacto com os órgãos federais, é natural a escolha de Brasília como sede do órgão, mesmo porque é o centro regional mais desenvolvido e capaz de polarização mais intensa.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1967. — Benedito Ferreira. — Joaquim Cordeiro. — Celestino Filho. — Wilmar Guimarães. — Antônio Magalhães. — Ary Valadão. — Jales Machado. — Anapolino de Faria. — José Garcia Neto. — Wilson Martins e outros.

Nº 2

Redija-se assim o "caput" do artigo 1º:

Art. 1º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior, com sede administrativa em Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1967. — Deputado Racião Medeiros. — Deputado Garcia Neto.

Nº 3

Leia-se a seguinte redação ao seu artigo 1º:

Art. 1º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), entidade autárquica vinculada ao Minis-

tério do Interior, com autonomia financeira e administrativa e sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás.

Sala da Comissão, em 24 de outubro de 1967. — Deputado Benedito Ferreira.

Justificativa

Ao examinarmos a Mensagem do Poder Executivo, de nº 13, propondo a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, verificamos que dela não constou o local destinado a sede do órgão, considerado como de vital importância para o desenvolvimento daquela Região.

E, considerando imprescindível a existência de determinados pontos para servir de apoio à instalação e funcionamento de um órgão com a responsabilidade de superintender o desenvolvimento de uma área tão vasta, tais como pessoal especializado, meios de comunicações e divulgação, proximidade ao centro administrativo da República, e, finalmente condições mínimas de habitabilidade.

Concluimos, pois ser a capital do Estado de Goiás, o único local que reúne essas condições mínimas, por contar já, com os requisitos conidos nos itens abaixo:

I — Universidades Federais e Universidade Católica, ambas contando, entre outras Faculdades, as de engenharia, direito e ciências econômicas;

II — Eixo rodoviário e ferroviário, além de um aeroporto internacional, que ligam Goiânia a todos os demais centros do Brasil, inclusive ao Estado de Mato Grosso, através da Rodovia Brasília-Acre;

III — Duas estações de televisão;

IV — Sete estações de radiodifusão, sendo duas de alcance internacional;

V — Dois jornais diários e dois semanários, além de cinco outros de tiragem irregular;

VI — Quatro revistas mensais;

VII — Distância de Brasília cerca de 200 km, e

VIII — Clima tropical temperado, com variações mínima de 19º a 26º.

Além dos itens acima, é bom ressaltar-se que Goiânia está localizada na Zona mais central da Região Centro-Oeste, o que lhe dá as condições de ligação imediata à toda área abrangida pela SUDECO.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 1967. — Deputado Benedito Ferreira — ARENA — GO.

Nº 4

Redija-se assim o "caput" do artigo 1º:

Art. 1º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO — entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior com sede e foro na cidade de Goiânia.

Justificação

Não se concebe como se possa constituir qualquer tipo de entidade, seja civil, estatal, paraestatal ou mesmo autarquia, sem eleger-lhe a sede e o foro.

Pelas suas condições estratégicas, pela proximidade de Brasília, pelas condições de transporte, comunicações e mesmo condições de trabalho, Goiânia oferece as melhores vantagens.

Além dessas, outras razões fortalecem a ideia da sede da entidade em Goiânia.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — Deputado Celestino Filho. — Deputado Antônio Magalhães. — Deputado Paulo Campos. — Deputado Anapolino de Faria. — Deputado José Freire.

Nº 5

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior e com sede em Cuiabá, Mato Grosso".

Justificativa

O Projeto não diz onde a SUDECO deverá ter a sua sede. Esta poderá localizar-se na Capital do Estado de Mato Grosso. A escolha de Cuiabá se justifica plenamente, uma vez que se objetiva impulsionar, no Projeto, o desenvolvimento das áreas menos adiantadas do país. Para esse efeito, nada será mais conveniente que levar para aquele ponto do território nacional esse extraordinário estímulo de progresso.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — Deputado Wilson Martins.

Nº 6

Acrescente-se ao § 1º do art. 1º, o seguinte:

c) Espírito Santo"

Acrescente-se ao art. 6º, a seguinte:

c) e Espírito Santo

Justificativa

Antes, o Espírito Santo não tinha a SUDENE, nem a SPEVEA, nem a Comissão do São Francisco, nem o Plano Nacional de Carvão, nem a Superintendência da Fronteira Sudoeste, nem o DNOCS, nem nada.

Agora, com a Revolução e após ela nada lhe auxilia dada sua situação geográfica e o valor e sua representação política (8 deputados).

Tentamos incluí-la na área da SUDENE com a qual se limita, mas foram baldados nossos esforços. Temos reiteradamente tentado essa inclusão para efeito dos gozos de benefícios e de isenções, mas nossos esforços têm sido em vão, dada a inaccessibilidade dos representantes do Norte.

Apresentamos, mesmo, uma emenda ao projeto Anchaú que tramitou pela Casa, mas também até agora esperamos resultados práticos que não nos viam.

Agora, apresentamos esta emenda, apelando para a nobre Comissão no sentido de aceitá-la, embora o Espírito Santo esteja um pouco distante de Goiás e Mato Grosso.

Suas indústrias estão se retirando pela falta de incentivos, já que a um metro de sua fronteira, todas as indústrias aí localizadas recebem o estímulo e o incremento das isenções de impostos.

Lutaremos pela emenda. Lutaremos com todas as nossas forças e apelamos para a nobre Comissão no sentido de perfilhar nossa emenda que é um pedido de justiça.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 1967. — Deputado pelo MDB — Espírito Santo, Dirceu Cardoso.

Nº 7

Dê-se aos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º a seguinte redação:

"§ 1º A área de atuação da SUDECO compreende os Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

§ 2º As áreas que, em virtude do disposto no parágrafo anterior, no art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, e no art. 39 da Lei nº 4.233, de 27 de junho de 1963, resultam em comuns à SUDECO e à SUDAM, ou à SUDECO e à SUDENE, permanecerão, para efeito de aplicação de estímulos fiscais, sujeitas à legislação e normas que regem, respectivamente, a SUDAM e à SUDENE.

— Deputados: — *Francelino Pereira*. — *Hélio Garcia*. — *José Bonifácio*. — *Monteiro de Castro*. — *João Hercúlio*. — *Pinheiro Chagas*. — *Bias Fortes Filho*. — *Acácio Cunha*. — *Edgar Martins Pereira*. — *Dnar Mendes*. — *Tancredo Neves*. — *Ma-*

noel Almeida. — *Ozanam Coelho*. — *Jaeder Albergaria*. — *Manoel Taveira*. — *Paulo Freire*. — *Batista Miranda*. — *Renato Azerêdo*. — *Aureliano Chaves*. — *Elias Carmo*. — *Sinval Boaventura*. — *Aquiles Diniz*. — *José Maria Magalhães*. — *Walter Passos*.

Justificativa

O plano de ação econômica do atual governo salienta, claramente, o perigo dos desequilíbrios setoriais da economia, enfatizando as desigualdades regionais. O país é um arquipélago econômico, com nível de renda "per capita" desde o nível europeu até os mais ínfimos. Temos regiões desenvolvidas, outras em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, não faltando nuances entre esses estatutos econômicos em numerosas localidades ou regiões. Daí resultou, como no caso da SUDENE, a criação de organismos de atuação regional capazes de promover, através de recursos orçamentários e estímulos fiscais, o desenvolvimento harmônico do País.

Minas, nesse particular, é uma imagem do Brasil. A Minas do norte e do nordeste não se assemelha a Minas do Triângulo. A Minas do Oeste tem características diferentes em relação a Minas do centro ou do sul. Acima do paralelo 18 ou 19, a situação econômica é das mais graves. Ao noroeste, nas proximidades de Brasília, ou de Goiás, há imenso espaço a espera de estímulos para que possa desencadear o seu processo de desenvolvimento sob os influxos, inclusive da nova Capital Federal.

Se assim é, não se justifica que esses organismos federais de aplicação regional atuem segundo as áreas administrativas. Não se compreende que essa delimitação seja feita pelo raciocínio de Estados. Urge, portanto, que o Governo proceda a uma revisão das fronteiras dessas entidades governamentais, a fim de que se situem com base em critérios econômicos e não apenas administrativos ou fisiográficos.

Minas tem pequena parte na SUDENE ao norte do Estado. É imperativo, agora, que também participe da SUDECO. Nesse sentido é a emenda supra. Claro que não alimento esperanças de que todo o território mineiro seja incluído na área do novo órgão federal. Compete, portanto, ao Sr. Relator e aos membros da pobre comissão mista, especialmente ao representante de Minas nessa comissão, procurar identificar essa área, oferecendo subemenda na mesma comissão. Deve procurar a justificativa econômica para que não se alegue que a pretensão tenha suporte meramente político.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — Deputado *Francelino Pereira*.

Nº 8

O § 2º do artigo 1º terá a seguinte redação:

§ 2º É estendida à área da SUDECO a aplicação de estímulos fiscais contidos na legislação e normas que regem a SUDAM.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 1967. — *Paulo Macarini*.

Nº 9

Acrescente-se ao § 2º do art. 1º, depois da última palavra, transformando o ponto final em vírgula, inclusive as disposições contidas na Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — Deputado *Saldanha Derzi*.

Nº 10

Dê-se ao § 2º do artigo 1º a seguinte redação:

"A área definida no parágrafo anterior ficará sujeita à legislação e normas que regem a SUDAM, para efeito de aplicação de estímulos fiscais."

Justificativa

O projeto visa criar novo órgão para impulsionar o desenvolvimento das áreas mais atrasadas do País. Os Estados de Mato Grosso e Goiás, embora tenham pequenos núcleos em vias de desenvolvimento, na verdade formam enorme superfície desprovida, à espera de investimentos oficiais e particulares capazes de acelerar o seu progresso. Os investimentos ao poder público poderão ser veiculados mediante orientação do órgão proposto — a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Mas os de natureza particular exigem estímulos fiscais, como os de que goza a SUDAM. Esses estímulos não podem circunscrever-se a determinada porção, mas a toda a área dos dois Estados do Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1967. — *Wilson Martins*.

Nº 11

Acrescente-se ao artigo 1º mais um parágrafo:

§ 3º Os recursos que estão estimulados no Plano Diretor da SUDAM com designação de aplicação nas áreas dos Estados de Goiás e Mato Grosso serão aplicados pela SUDECO nessas mesmas áreas, devendo constar do seu Plano Diretor.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1967. — Deputado *Garcia Neto* — Deputado *Rachid Mamede*.

Nº 12

Acrescentar um § que será o 3º ao Artigo 1º, assim redigido:

"§ 3º A sede e foro da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) será a cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso."

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1967. — Deputado *Feliciano de Figueiredo*.

Nº 13

Acrescente-se ao art. 2º, letra:

n) Adoção de intensiva política de estímulos fiscais creditícios e outros, com o objetivo de:

1. Assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados.

2. Atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região.

Sala das sessões, 26 de outubro de 1967. — Deputado *Antonio Magalhães*. — Deputado *Celestino Filho*. — Deputado *Paulo Campos*. — Deputado *Anapolino de Faria*. — Deputado *José Freire*.

Nº 14

Acrescentar na enumeração das atividades da SUDECO o parágrafo:

§ ... — analisar os projetos e empreendimentos da iniciativa privada, visando o desenvolvimento econômico da Região e recomendá-los aos Poderes Públicos para efeito de obtenção de financiamentos ou outras vantagens.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1967.

Justificativa

O desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste não pode ser feito somente pelos Poderes Públicos.

Ao lado deles, com ação mais dilatada, variada e multiforme, comparecem as empresas privadas com suas realizações, projetos e empreendimentos. Caberá SUDECO orientar quando solicitada, estes empreendimentos, analisar-lhes os projetos, aquilatar do seu valor para efeito de desenvolvimento e recomendar os escolhidos, a obtenção de recursos financeiros, por empréstimo ou outra forma válida, junto aos vários agentes financeiros da União e dos Estados.

Poderá ainda a SUDECO propor medidas especiais de amparo aos em-

preendimentos que classificar como importantes para o desenvolvimento regional, com o que se facilitará a implantação e consecução deles.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1967. — Deputado *Jaime Câmara*. — Deputado *Joaquim Orr-deiro*. — Deputado *Wimar Guimarães*. — Deputado *Wilson Martins*. — Deputado *Jales Machado*. — Deputado *Isidoro Machado*. — Deputado *Ary Valadão*. — Deputado *Celestino Filho*. — Deputado *Benedito Ferreira*. — Deputado *José Garcia Neto*. — Deputado *Rachid Mamede*. — Deputado *Anapolino de Faria* e outros.

Nº 15

Acrescente-se ao art. 5º, letra:

b) Promover e divulgar pesquisas, estudos e análises visando o conhecimento sistemático das possibilidades regionais.

Parágrafo único. Terão prioridade para aprovação os projetos de industrialização da matéria-prima regional.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — *Antonio Magalhães*. — *Celestino Filho*. — *Paulo Campos*. — *Anapolino de Faria*. — *José Freire*.

Nº 16

Acrescente-se ao art. 6º, letra d, a letra que será a d, com a seguinte:

d) 1 representante da SUDAM.

Brasília, 2 de outubro de 1967. — *Feliciano de Figueiredo*.

Nº 17

Acrescente-se ao art. 6º, letra:

d) Um representante de cada Estado, da Federação das Indústrias, Comércio e do órgão representativo das atividades agropecuárias.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1967. — *Antonio Magalhães*. — *Celestino Filho*. — *Paulo Campos*. — *Anapolino de Faria*. — *José Freire*.

Nº 18

Acrescente-se ao art. 6º:

d) partido da oposição, sendo um pelo Estado de Goiás e outro pelo Estado de Mato Grosso, indicados em lista triplíce, pela direção nacional.

Justificativa

Esta alínea proposta encontra a mais completa justificativa no princípio salutar e democrático de dar à oposição oportunidade de participar das deliberações do órgão incumbido do planejamento do desenvolvimento do Centro-Oeste.

É regra consagrada na Lei nº 2.874, de 19-9-56, que, no art. 12, § 6º, diz:

"Um terço dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, será escolhido em lista triplíce de nomes indicados pela diretoria nacional do maior partido político que integrar a corrente de oposição no Congresso Nacional."

(Lei que dispôs sobre a mudança da Capital Federal).

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Paulo Campos*. — *Antonio Magalhães*. — *José Freire*. — *Celestino Filho*. — *Anapolino de Faria*. — *Feliciano Figueiredo*. — *Wilson Martins*.

Nº 19

No art. 9º, letra b,

Inclua-se:

Os Servidores Federais, Autárquicos, Estaduais, Municipais e Funcionários de Sociedades de Economia Mista, requisitados na forma da Legislação em vigor.

Brasília, 24 de outubro de 1967. — *Fernando Corrêa*.

Nº 20

Substitua-se o artigo 11 do projeto pelo seguinte: A Fundação Brasil Central instituída nos termos do De-

creto-lei 5.871 de outubro de 1943 é incorporada à SUDECO, transferindo-se-lhe automaticamente o patrimônio e recursos orçamentários e extra-orçamentários daquela autarquia. Brasília, 20 de outubro de 1967. — Feliciano Figueiredo.

Nº 21

"Suprima-se o parágrafo único do artigo 14".
Brasília, 26 de outubro de 1967. — Arnaldo Prieto.

Nº 22

Acrescente-se nas disposições gerais o seguinte artigo:

Artigo ... — As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUDECO, serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único — Também independem de registro no Tribunal de Contas da União os contratos e convênios firmados pela SUDECO.

Justificativa

A emenda visa dispensar de prévio registro no Tribunal de Contas da União as dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUDECO, bem como os convênios e contratos por ela firmados, a fim de dar mais imediatidade à sua ação.

O mesmo dispositivo já favorece à SUDESUL, constando do artigo 20 do Decreto-lei 301 de 28-2-67. — Weimar Torres.

Nº 23

Acrescente-se onde convier o seguinte capítulo:

Art. O Banco Regional de Brasília S. A., instituído pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, passa a constituir-se no órgão de apoio financeiro aos projetos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste com a denominação de Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., sem prejuízo de com as atribuições atuais, continuar operando no Distrito Federal.

§ 1º O capital do Banco será elevado para NC\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), assim distribuídos: 60% (sessenta por cento) a cargo da União Federal; 20% (vinte por cento) a cargo da Prefeitura do Distrito Federal e 10% (dez por cento) a cargo de cada um dos Estados de Goiás e Mato Grosso.

§ 2º O repasse financeiro dos Fundos Especiais nas áreas ainda não abrangidas pelo Banco Regional de Brasília S. A., será, enquanto o Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A. não instalar Agências ali, feito pelos Bancos oficiais dos Estados de Goiás e Mato Grosso.

Art. A assistência financeira de que trata o artigo anterior, empreenderá, precipuamente, financiamentos a empreendimentos que se enquadrem no Plano Diretor da SUDECO, podendo para tal fim praticar quaisquer operações bancárias, na conformidade da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. As entidades governamentais ou autárquicas, as sociedades de economia mista em que preponderem as ações do Poder Público, que atuem na Região Centro-Oeste, deverão fazer seus depósitos obrigatoriamente no Banco ora criado.

Art. São atribuições do Banco, além das que lhe dá os artigos anteriores:

I — movimentar créditos obtidos no exterior para o financiamento do Plano Diretor da SUDECO;

II — promover, mediante instruções do Ministério da Fazenda o atendimento dos compromissos diretos ou indiretos assumidos pelo Governo na execução do referido Plano ou de outros em cujos financiamento participar por força de Lei;

III — receber o produto da cobrança de impostos, taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições de quaisquer espécies, que se destinem a custear as inversões ou despesas com o desenvolvimento da Região Centro-Oeste a cargo da União, dos Estados e Municípios ou sociedades de economia mista em que preponderem ações do Poder Público, ou que tenham por objetivos atender ao serviço de juros, amortizações, e resgate de encargos assumidos para o mesmo fim;

IV — satisfazer, diretamente ou por intermédio de outros órgãos, as obrigações decorrentes do serviço de juros, amortizações e resgate dos encargos assumidos no país ou no exterior, em virtude da execução do Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, inclusive quanto as obrigações governamentais referidas nesta Lei;

V — contratar no exterior, por si ou como agente de governos, entidades autárquicas, sociedades de economia mista e organizações privadas, a abertura de créditos destinados à execução do Plano Diretor de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste de que trata esta Lei;

O Poder Executivo regulamentará, dentro de 60 (sessenta) dias a execução desta Lei, no que concerne ao Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., ora criado com a transformação do Banco Regional de Brasília S. A.

Justificação

Não se concebe um órgão de desenvolvimento regional sem um instrumento de crédito, um agente financeiro.

Com o objetivo de suprir essa lacuna, sem contudo, criar um novo órgão, evitando assim o indesejável, paralelismo, não se pretende com esta emenda, criar mais um Banco, mas tão-somente transformar o atual Banco Regional de Brasília S. A., que vem servindo à região geoeconômica do Distrito Federal, como banco local, em estabelecimento de crédito regional, com a denominação de Banco de Desenvolvimento do Brasil Central.

Foi prevista, aliás não poderia deixar de ser — a elevação do capital social, bem como a participação, no rol dos acionistas, da União Federal e dos Estados de Goiás e Mato Grosso, além do Distrito Federal e mais acionistas do banco em transformação.

O Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., será o agente financeiro da SUDECO, financiando, precipuamente, os empreendimentos que se enquadram no seu Plano Diretor, na forma prevista pela Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sem, contudo, se afastar da assistência que presta ao Distrito Federal e sua região geoeconômica.

Nem aumento de despesa haverá, pois serão aproveitados os servidores do Banco a ser transformado e a sua Diretoria, embora possa vir a ser substituída os atuais diretores, não se alterará em termos de remuneração.

Sala da Comissão, em 2 de outubro de 1967 — Deputado Benedito Ferreira, ARENA-GO.

Acrescente-se onde convier o presente artigo e seus parágrafos:

Art. Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1962, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área do Estado de Goiás, compreendida ao sul do paralelo 13 e até o paralelo 16, excetuando-se o Distrito Federal, e considerados de interesse para o desenvolvimento da região pela SUDECO, conforme normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo:

I — em 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente Lei;

II — em 100% (cem por cento) para os empreendimentos:

1 — que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971;

2 — que já instalados à data da publicação da presente Lei, ainda não tiverem iniciado a fase de operação;

3 — que instalados à data da publicação da presente Lei, antes do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice de industrialização de matéria-primas, colocando em operação novas instalações.

§ 1º O valor de qualquer das isenções amparadas por este artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada até o fim do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital", a fração do valor nominal das ações da isenção que não passaram ser comodamente distribuídas entre os acionistas.

§ 2º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º O direito à isenção só incidirá sobre os resultados financeiros obtidos de estabelecimentos instalados na área delimitada neste artigo, o que deverá ser demonstrado nos assentos contábeis da empresa, com clareza e exatidão.

§ 4º As pessoas jurídicas que na data da publicação da presente Lei tiverem obtido o reconhecimento à isenção de que trata a Lei nº 4.069-B, de 12 de junho de 1962, deverão observar o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 5º A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente e à vista da declaração, emitida pela SUDECO, de que o empreendimento satisfaz às exigências contidas na presente Lei.

§ 6º O recebimento de ações, cota e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda.

Justificativa

Visa a presente emenda, em concedendo isenção do Imposto de Renda, para a área abrangida pela SUDECO, na faixa compreendida entre os paralelos 13 e 16, somente, criar novas e reais condições para o real e imediato desenvolvimento da zona que será, obviamente, o trampolim e o sustentáculo base para a ocupação da Amazônia. Como se sabe, para o adiantamento do vazio amazônico, onde todos os quaisquer empreendimentos têm caráter pioneiro, faz-se mister a existência de um ponto de apoio que assegure o sucesso das novas investidas.

A faixa inscrita entre os paralelos 13 e 16 compreende um dos maiores potenciais econômicos de Goiás, dada a fertilidade do seu solo e a grande incidência de minerais não ferrosos já detectados na referida faixa. Paralelamente, a agricultura e pecuária têm, ali, todas as condições para o seu rápido desenvolvimento.

Entretanto, essas potencialidades, pela falta, atual, de atrativos, continuam inexploradas, em consequente prejuízo para a Nação, vez que, conforme sabemos, o Brasil onera-se, dia a dia em importação da maioria dos minérios existentes entre os paralelos 13 e 16.

Prevêem os órgãos especializados que o Brasil, em 1962: Alumínio — 18 milhões de dólares; Zinco — 14.222.000 de dólares; Cobre — 31.362.000 de dólares; Níquel — 11.362.000 de dólares; Cassiterita — 7.920.000 de dólares, Titânio —

6.420.000 de dólares; Amianto Crisolita — 8.547.000 de dólares.

Com a ocupação econômica dessa área, o que advirá com o incentivo da isenção do Imposto de Rendas, o País passará da condição de importador, para a de exportador desses minérios. Note-se também, que dentro da aludida faixa encontram-se as maiores jazidas de Grafita e de amianto até então conhecidas no mundo, para não se falar das fabulosas jazidas de níquel, de Niquelândia, até então inexploradas.

A produção agropecuária sofrerá impulso vitalizador e virá a ter as condições essenciais de assistir e abastecer o crescente mercado de Brasília, além das suas condições prioritárias de sustentáculo para a ocupação da Amazônia, já que a grande entrada para o Norte inicia-se no paralelo 13.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1967. — Benedito Vicente Ferreira.

Nº 25

Acrescente-se onde convier o presente artigo e seus parágrafos:

Art. Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área do Estado de Goiás, compreendida ao sul do paralelo 13 e até o paralelo 16, excetuando-se o Distrito Federal, e considerados de interesse para o desenvolvimento da região pela SUDECO, conforme normas regulamentares a serem baixadas pelo Poder Executivo.

I — em 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que se encontrarem efetivamente instalados à data da publicação da presente Lei;

II — em 100% (cem por cento) para empreendimentos:

1º — que se instalarem legalmente até o fim do exercício financeiro de 1971;

2º — que já instalados à data da publicação da presente Lei, ainda não tiverem iniciado a fase de operação;

3º — que instalados à data da publicação da presente Lei, antes do exercício financeiro de 1971, ampliarem, modernizarem ou aumentarem o índice da industrialização de matérias-primas, colocando em operação novas instalações.

§ 1º O valor de qualquer isenção amparada por este artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada até o fim do exercício financeiro seguinte àquele que tiver gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital", a fração do valor nominal das ações da isenção que não possam comodamente ser distribuídas entre os acionistas.

§ 2º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º O direito à isenção só incidirá sobre os resultados financeiros obtidos de estabelecimentos instalados na área delimitada neste artigo, o que deverá ser demonstrado nos assentos contábeis da empresa, com clareza e exatidão.

§ 4º As pessoas jurídicas que na data da publicação da presente Lei tiverem obtido o reconhecimento à isenção de que trata a Lei 4.069-B, de 12 de junho de 1962, deverão observar o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 5º — A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente e à vista da declaração emitida pela SUDECO,

de que o empreendimento satisfaz as exigências contidas na presente Lei.

§ 6º — O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência de imposto de renda.

Justificativa

Visa a presente emenda, em concedendo isenção do imposto de renda, para a área abrangida pela SUDECO, na faixa compreendida entre os paralelos 13 e 16 somente, criar novas e reais condições para o imediato desenvolvimento da zona que será obviamente, o trampolim e o sustentáculo base para a ocupação da Amazônia. Como se sabe, para o adiantamento do vazio amazônico onde todos e quaisquer empreendimentos têm caráter pioneiro, faz-se mister a existência de um ponto de apoio que assegure o sucesso das novas investidas.

A faixa inscrita entre os paralelos 13 e 16 compreende um dos maiores potenciais econômicos de Goiás, dada a fertilidade de seu solo amanhoso e a grande incidência de minerais não ferrosos já detectados na referida faixa. Paralelamente, a agricultura e a pecuária têm, ali, todas as condições para o rápido desenvolvimento. Entretanto, essas potencialidades, pela falta atual de atrativos fiscais, continuam inexploradas, em consequente prejuízo para a Nação, vez que, conforme sabemos, o Brasil onera-se, dia a dia, em importações da maioria dos minérios existentes entre os paralelos 13 e 16.

Preveem os órgãos especializados que o Brasil importará em 1968, Alumínio — US\$ 18.000.000; Zinco, US\$ 14.222.000; Cobre US\$ 31.362.000; Níquel — US\$ 11.362.000, Cassiterita US\$ 7.920.000; Titânio US\$ 6.420.000; Amianto Crisolita US\$ 8.547.000. Com a ocupação econômica da área, o que advirá com o incentivo fiscal, a isenção de imposto de renda, o País passará de importador a exportador desses minérios. Note-se, também, que dentro da aludida faixa encontram-se as maiores jazidas de grafita e níquel conhecidas no mundo, para não se falar das fabulosas reservas de amianto. A produção agropecuária terá condições de assistir e abastecer o crescente mercado de Brasília, além das suas condições prioritárias de sustentáculo para a ocupação da Amazônia, já que a grande entrada para o Norte é o paralelo 13.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — Deputado Benedito Ferreira e outros.

Nº 26

Inclua-se os seguintes artigos:

Art. Dentro do prazo de 1 (um) ano de vigência da presente lei, será criado e instalado o Banco de Crédito da Região Centro-Oeste S. A., órgão financeiro da Superintendência da Região Centro-Oeste, que entre outras atribuições a serem fixadas em lei posterior, terá as seguintes:

a) executar a política de planejamento federal relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social da região;

b) efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias e especialmente as operações diretas ou indiretamente relacionadas com as atividades industriais, comerciais e produtores da região;

c) atuar como agente financeiro para aplicação na região centro-oeste, de recursos mobilizados interna ou externamente e em conformidade com a legislação em vigor;

d) exercer as suas atividades bancárias de qualquer órgão federal de competência do Banco do Brasil S. A., nos lugares da região centro-oeste onde este não tiver agente.

Art. A União terá sempre a maioria absoluta do capital do Banco de

Crédito da Região Centro-Oeste S. A., devendo ser acionistas os Estados da região.

§ 1º Haverá uma cota de ações, oferecida à subscrição pública, sendo que somente pessoas brasileiras físicas e jurídicas poderão ser acionistas.

§ 2º Nenhum acionista, à exceção da União e dos Estados de Mato Grosso e Goiás, poderá dispor de mais de 3% do capital social do Banco.

Art. Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da regulamentação da presente lei, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, submeterá à deliberação do Banco Central da República, o projeto de criação do Banco e anteprojeto complementar de lei que se fizer necessário.

Justificativa

1. Para que a lei que institui a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste não se fixe sob o domínio de mera previsão de planejamentos regionais, sem especificações e normas objetivas, entendemos que a presença de um órgão financeiro e creditício será uma resposta a diversas áreas de desenvolvimento que já se desenvolvem em torno do futuro deste projeto.

A emenda lança os fundamentos, e seria insistir no óbvio destacar a sua oportunidade e urgência. Lei posterior e os suplementos do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central da República e do patriótico programa ministerial, sistematizarão os objetivos desenvolvimentistas desta emenda.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967 — Bezerra Neto

Nº 27

Inclua-se o seguinte artigo:

Artigo... — Fica automaticamente excluída da Sudesul a área do Estado do Mato Grosso a ela jurisdicionada em função do Decreto-lei nº 301, de 23 de fevereiro de 1967.

S. S. 25 de outubro de 1967 — Paulo Macarini

Nº 28

Inclua-se:

Art. É facultado às pessoas físicas e jurídicas estabelecidas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, efetuarem a dedução de até 25% (vinte e cinco por cento), nas declarações do imposto de renda, de importação destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada pela Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, SUDESUL, de interesse para o desenvolvimento da área.

§ 1º O reinvestimento ou aplicação somente poderá ser feito nas seguintes atividades:

a) fábrica de máquinas e implementos agrícolas;

b) energia elétrica;

c) industrialização do milho e do soja;

d) produção e industrialização da suinocultura e pecuária;

e) implantação da indústria do papel, papelão, pasta mecânica e celulose;

f) outra atividade considerada pela Sudesul, de interesse para o desenvolvimento da área.

§ 2º Aplicam-se no que couber a legislação e as normas da Sudene, disciplinadora da matéria.

§ 3º O reinvestimento e a aplicação somente poderão ser realizados no próprio Estado gerador do imposto.

§ 4º Os estímulos fiscais de que trata este artigo, serão aplicados durante cinco anos, a contar da publicação desta lei.

S. S. 25 de outubro de 1967 — Paulo Macarini

Justificativa

Visa a presente emenda conceder a região da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste

— SUDESUL — estímulos fiscais, com características próprias, tais como:

a) 25% do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas;

b) reinvestimento ou aplicação somente em setores de real importância econômica e social, como fábrica de máquinas e implementos agrícolas; energia elétrica; industrialização do milho e do soja; produção e industrialização da suinocultura e pecuária; implantação da indústria do papel, papelão, pasta mecânica e celulose e outra atividade considerada pela Sudesul, de interesse da região;

c) reinvestimento e aplicação somente nos próprios Estados geradores do imposto;

d) aplicação durante cinco anos apenas.

II

A proposição revitalizará a economia do sul do país e não trará prejuízos e consequências à SUDENE e à SUDAM e isto porque:

a) a aplicação é específica;

b) permite reinvestimento e aplicação apenas nos Estados geradores do imposto;

c) os grandes contribuintes do imposto de renda — São Paulo e Guanabara — estão excluídos da Sudesul e continuarão a investir e aplicar na Sudene e na Sudam;

d) somente a implantação da indústria do papel dará excedente mercado de mão-de-obra e proporcionará economia de divisas em torno de quarenta milhões de dólares, anualmente. Isto sem falar na possibilidade de exportarmos papel de imprensa para toda a América Latina.

Para três atividades, o Governo admite estímulos fiscais para o sul do país: turismo, pesca e reflorestamento, aliás, medida geral para todo o país. O que pleiteia, agora, é a instituição de estímulos fiscais específicos, em favor de uma região com grandes possibilidades de progresso e desenvolvimento.

O Congresso Nacional pode, perfeitamente, legislar em favor de uma região que, em pouco tempo, devolverá, com correção monetária ou impostos os estímulos ora recebidos.

Sala das Sessões 25 de outubro de 1967 — Paulo Macarini

Acrescente-se, onde couber, o presente capítulo:

Capítulo...

Do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento de Região Centro-Oeste

Art. Fica criado o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — FUNDERGO — que será constituído dos seguintes recursos:

a) Produto da colocação de obrigações do Centro-Oeste emitidas pelo Banco do Desenvolvimento do Brasil Central S. A.;

b) de dotações específicas, doações, subvenções, repasses e outros;

c) da receita líquida das operações com os seus recursos.

§ 1º As emissões de Obrigações do Centro-Oeste não poderá exceder em cada exercício, de 5% (cinco por cento) da importância arrecadada pelo INPS — Instituto Nacional da Previdência Social — no exercício anterior.

Art. Fica o INPS — Instituto Nacional da Previdência Social — a partir da vigência desta Lei, obrigado a aplicar 5% (cinco por cento) da sua arrecadação total em obrigações do centro-oeste, emitidas pelo Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., que vencerão juros de 3% (três por cento) ao ano, e resgatáveis no prazo de dez anos.

§ 1º A tomada de obrigações do centro-oeste será realizada mensalmente, de conformidade com os balanços do INPS, que será creditado pelo montante que adquirir.

Art. Os recursos do FUNDERGO serão aplicados na Região Centro-Oeste pelo Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., diretamente ou através de repasses ou refinanciamentos por ele feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pelo SUDECO, sem prejuízo das atribuições específicas do Banco Central;

a) através de créditos à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDECO prioritários ao desenvolvimento da Região;

b) através de financiamentos à iniciativa privada para despesas que visem ao aproveitamento de recursos naturais e agrícolas da Região.

Parágrafo único. A concessão pelo Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., de financiamentos para projeto de valor superior a 6.000 (seis mil) vezes o maior salário-mínimo do País, a conta de recursos do FUNDERGO, fica sujeita à prévia homologação da SUDECO, sem prejuízo das atribuições do Conselho Monetário Nacional.

Justificativa

A exemplo de outras áreas subdesenvolvidas, o legislador tem vindo a criar a criação de fúrcas e portos para financiamentos de investimentos privados, dos quais tem se obtido os mais positivos resultados econômicos.

E, em consonância a estas exceções, propomos a criação do FUNDERGO, que se constituirá com de outros recursos, do montante de 5% (cinco por cento) da arrecadação total do INPS, o qual vem mantendo um depósito elevado para o Fundo de Garantia, nos bancos oficiais, sem auferir qualquer vantagem pecuniária.

Além de prestar um relevante serviço social, esta capital cede a disposição do INPS, e consideramos o novo mercado de emprégs que advirá através dos financiamentos patrocinados pelo FUNDERGO, resultará em maior arrecadação para a Previdência Social, além dos juros que renderão à mesma, e, finalmente, constituirá em avançada propulsora do desenvolvimento econômico e social de uma vasta área do Território brasileiro, completando esta iniciativa governamental, além de ser uma consequência do Banco de Desenvolvimento do Brasil Central S. A., por nós também proposto, com a transformação do Banco Regional de Brasília Sociedade Anônima.

Sala da Comissão, em 24 de outubro de 1967. — Benedito Ferreira — ARENA — GO.

Nº 30

Inclua-se na área de atuação da SUDECO:

A região noroeste do Estado de Minas Gerais compreendida à margem esquerda do rio São Francisco, inclusive o triângulo mineiro, de acordo com o seguinte roteiro: partindo do extremo norte mineiro desce o rio São Francisco até encontrar a ponte na BR-262, construída sobre o mesmo rio. Daí, segue pela BR-262 até a cidade de Araxá, prosseguindo pela MG até o rio Grande no limite com o Estado de São Paulo.

Justificativa Oral

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1967. — Deputado Manoel de Almeida.

Nº 31

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os recursos arrecadados para Goiás e Mato Grosso nos orçamentos e Planos Diretores da SUDAM, da SUDESUL e da SUVALE serão entregues aos respectivos Estados, ou ne-

les aplicados, sem nenhuma alteração do esquema estabelecido anteriormente à criação da SUDECO.

Justificativa

A criação da SUDECO como órgão normativo de programação e planejamento, sem os recursos e incentivos fiscais da SUDAM, viria prejudicar, antes de melhorar, as condições atualmente existentes, se se fôra eliminar os recursos e verbas já destinados a Goiás e Mato Grosso nos Planos e Orçamentos da SUDAM, DA SUDESUL e da SUVALE.

Como a manifesta intenção do Governo é promover o desenvolvimento econômico, é necessária a emenda para salvaguardar o pouco já conseguido.

Sala das Comissões, 26-10-67 — *Jaime Câmara e outros.*

Nº 32

Inclua-se, onde convier, o seguinte artigo (ou parágrafo):

A maioria das ações do Banco, com direito a voto, caberá, sempre, à União ou ao Distrito Federal, vedado a qualquer pessoa física ou jurídica de direito privado, nos futuros aumentos autorizados pela Assembleia Geral, a subscrição de mais de 3% (três por cento) das ações representativas do Capital Social.

Justificativa

Por motivos óbvios, o controle acionário do Banco, hoje pertencente ao Distrito Federal, deveria caber à este ou à União.

De outro lado, convém sejam limitados os interesses dos acionistas privados na subscrição das novas ações decorrentes dos futuros aumentos do Capital Social, autorizados pela Assembleia Geral.

Dai o motivo da presente emenda. Sala das Comissões 26-10-67 — *Jaime Câmara e outros.*

Nº 33

Acrescente-se, onde convier, os seguintes artigos:

Art. São agentes de elaboração, controle e execução dos Planos Diretores:

a) O Banco do Centro-Oeste S.A.;
b) A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO);

c) Os órgãos da administração centralizada e descentralizada do Governo Federal na Região;

d) outros órgãos e entidades credenciados através de contratos, convênios, ajustes e acordos.

Art. O Banco Regional de Brasília S.A., instituído por força da Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sem prejuízo de suas atuais atribuições, passa a constituir-se em órgão de apoio financeiro dos projetos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, vinculado ao Ministério do Interior, com a denominação de Banco do Centro-Oeste S.A. sede e fóro no Distrito Federal.

§ 1º O Banco poderá abrir agências, filiais e sucursais em qualquer ponto de território nacional, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto no art. 50 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 2º Como órgão de apoio financeiro do desenvolvimento da Região Centro-Oeste, caberá ao Banco:

a) exercer as funções de agente financeiro da SUDECO;

b) executar a política do Governo Federal na Região Centro-Oeste, relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;

c) efetuar operações bancárias em todas as modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias e especialmente operações diretas ou indiretamente relacionadas

com as atividades industriais, comerciais e agro-pastoris;

d) atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Centro-Oeste, de recursos mobilizados interna ou externamente, de acordo com a legislação em vigor;

e) executar, com exclusividade, os serviços bancários da SUDECO e dos demais órgãos regionais federais, inclusive autárquicos;

f) executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais, inclusive autárquicos, nos termos do item II, do artigo 19 da Lei nº 4.549, de 31 de dezembro de 1964, nas localidades da Região Centro-Oeste onde o Banco do Brasil S. A. não disponha de agência;

g) aplicar, como agente financeiro da SUDECO, segundo as diretrizes de desenvolvimento econômico que esta usar, os recursos por ela destinados para crédito em favor da iniciativa privada na Região, sem prejuízo da ação normativa do Conselho Monetário Nacional;

h) executar, paralelamente ao Banco do Brasil S. A., na Região Centro-Oeste e como agente da Comissão de Financiamento da Produção, a política de preços mínimos dos produtos primários regionais (agrícolas, pecuários e extrativos), na forma da legislação em vigor.

Justificativa

A necessidade de um Banco para implementar a realização do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico é óbvia. Entre mais um novo Banco e alargar o campo de ação e as finalidades do Banco Regional de Brasília S. A., a escolha mais simples, eficaz e rápida é, naturalmente, a segunda.

O Governo Federal poderá, para tanto, se lhe convier, ampliar o capital do Banco, inclui-se entre os tomadores do capital do mesmo, conceder também Goiás e Mato Grosso a participarem do capital social, e, destearte, dinamizar o agente financeiro a fim de que cumpra as finalidades previstas.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1967. — *Jaime Câmara e outros.*

Nº 34

Incluir, onde convier, o seguinte artigo:

Art. A área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) compreende o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso.

Justificativa

A inclusão do Distrito Federal na área da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) é prevista na exposição de motivos com que o Ministro do Interior encaminhou o projeto à Presidência da República, e apóia-se na definição da região homogênea Centro-Oeste, que geograficamente integra e de cujo desenvolvimento econômico é peça importante e elemento de propulsão.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1967. — *Jaime Câmara e outros.*

Nº 35

Acrescente-se onde convier:

Art. A SUDECO poderá criar e manter escritórios regionais, onde julgar conveniente mediante a aprovação do Conselho Deliberativo.

Em 26 de outubro de 1967. — *Deputado Weimar Torres.*

Nº 36

Acrescente-se onde convier:

Art. Os estabelecimentos de crédito sediados ou com agências na Região Centro-Oeste são dispensados do recolhimento do "Depósito Compulsório" (art. 4º — XIV, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 — De-

creto-lei nº 108, de 17-1-67), desde que apliquem aquelas importâncias em empréstimos para projetos aprovados pela SUDECO.

Justificativa

A Lei nº 4.595 — que criou o Banco Central do Brasil — delegou ao Conselho Monetário Nacional atribuições para dosar os "Depósitos Compulsórios" dos estabelecimentos de crédito do País e, ainda, "determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional" (letra c — item XIV, art. 4º).

A emenda segue a orientação da lei que criou o Banco Central do Brasil, que viu na reaplicação daquele depósito em financiamentos um incentivo para o desenvolvimento regional.

A emenda fortalecerá a futura lei, cujo projeto acha-se completamente desprovido do instrumental financeiro necessário à sua eficácia.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Deputado Celestino Filho.* — *Deputado Antonio Magalhães.* — *Deputado Paulo Campos.* — *Deputado Anapolino Faria.* — *Deputado José Freire.*

Nº 37

Acrescente-se onde convier:

Art. Ao Banco Regional de Brasília incumbe exercer, na Região Centro-Oeste, as atribuições que a lei número 5.122, de 28 de setembro de 1966, confere ao Banco da Amazônia S. A., em coordenação com a SUDECO.

Justificativa

Todos os outros organismos regionais existentes no País são amparados por um estabelecimento de crédito capaz de fomentar o desenvolvimento, a formação de capitais e servir de instrumento da política financeira do órgão.

Assim é que surgiram o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco Regional do Extremo Sul, o Banco da Amazônia S. A. e outros.

Indispensável, pois, a medida ora proposta para dar condições de executabilidade à lei.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Celestino Filho.* — *Antonio Magalhães.* — *Paulo Campos.* — *Anapolino Faria.* — *José Freire.*

Nº 38

Acrescente-se onde convier:

Art. As primeiras operações agropecuárias e industriais realizadas com produtos da Região Centro-Oeste e na sua área ficarão sujeitas, no que se refere ao Imposto de Circulação de Mercadorias, apenas, ao pagamento de 50% daquele tributo.

Justificativa

Além das razões filosóficas do projeto, há a recomendar a emenda o princípio da não cumulatividade do imposto (§ 5º, art. 24, Constituição Federal).

A emenda dará à lei um sentido utópico às atividades produtivas na Região Centro-Oeste.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Celestino Filho.* — *Antonio Magalhães.* — *Paulo Campos.* — *Anapolino Faria.* — *José Freire.*

Nº 39

Acrescente-se onde couber:

As verbas da SUDESUL, específicas ou globais, devidas ao Estado de Mato Grosso e a seus Municípios, serão entregues à SUDECO para aplicação conforme a destinação orçamentária respectiva.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Saldanha Derzi.*

Nº 40

Acrescente-se onde couber:

Art. As verbas da SUDESUL, as específicas ou as globais, devidas ao Estado de Mato Grosso e a seus Municípios, continuarão a ser aplicadas até seu término, pela própria SUDESUL.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Saldanha Derzi.*

Nº 41

Acrescente-se, onde couber:

Art. O previsto no art. 1º, itens I e II, da Lei nº 5.174 e legislação correlata, só beneficiará as pessoas jurídicas da área de que trata o parágrafo 1º, do art. 1º desta Lei, quando visar empreendimentos financeiros situados na mesma área.

Parágrafo único. Para atender à hipótese, é extensiva, à área da SUDECO, a legislação de que trata o caput deste artigo.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — *Carlos Lüdénberg.*

Nº 42

Acrescente-se:

Art. A área de atuação da SUDESUL, definida pelo Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, fica alterada para a compreendida, total e exclusivamente pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1967. — *Arnaldo Prieto.*

Nº 43

Inclua-se:

Art. Nos projetos de pedágio de financiamentos perante a Internacional Development Association (IDA), filiada ao Banco Mundial, do Fundo Especial do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do Fundo Especial de Assistência ao Desenvolvimento (FEAD) e de outros organismos internacionais, o Ministério do Interior, incluirá, obrigatoriamente, com programas regionais correspondentes, obedecida a gradação abaixo, as seguintes obras:

a) conclusão das implantações rodoviárias, constantes do Plano Rodoviário Nacional, partidas das fronteiras com as Repúblicas da Bolívia e Paraguai, em direção aos Estados de Mato Grosso e Goiás;

b) as empresas de navegação fluvial, existentes ou em organização, desde que estas últimas tenham sido organizadas, na sua constituição, pela Superintendência;

c) as do Estado de Mato Grosso, no seu plano de aproveitamento, através de empresa siderúrgica estatal, do manganês e minério de ferro no município de Cerrinho, Estado de Mato Grosso.

Justificação

1. O Ministério do Interior gestiona no momento várias modalidades de cooperação financeira internacional para as regiões da SUDAM e da SUDENE. A área dos dois Estados, objeto da presente proposição, está na mesma fase de possibilidades de desenvolvimento daqueles outros, com a vantagem de assegurar as análises dos resultados positivos imediatos, não remotos, isto em decorrência da posição geográfica e do um estéril planejamento.

Organismos americanos e alemães, entre estes, Kreditanstalt für Wiederaufbau, de Francforte — Sobre — O Meno, estão conquistados pelo Ministério do Interior, para ajudar financeiramente projetos de áreas da SUDAM e da SUDENE.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1967. — *Bezerra Neto.*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, E 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas, contrária a termo aditivo do contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Galvão e Almendra.

Art. 1º Fica mantida decisão do Tribunal de Contas, de 26 de outubro de 1964 impugnatória do termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Galvão e Almendra, em 10 de agosto de 1952, e, em consequência, sustada a execução de quaisquer atos decorrentes do aludido termo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revagam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 1967

Autoriza o Governador de Minas Gerais a firmar contrato com a Fiat S.p.A. de Turim, Itália, para aquisição de tratores e desmembrações para serem revendidos a Cooperativas Rurais, Prefeituras e agricultores.

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a firmar contrato de compra e venda com a Fiat S.p.A., de Turim, Itália, para aquisição de 290 (duzentos e noventa) tratores de esteira, 70 (setenta) CL, tipo AD 7, equipados com lâmina Bulldozer e de 60 (sessenta) desmembrações, de 8 (oito) dentes, sem similar nacional, sob financiamento da Fiat S.p.A., com prazo de pagamento de 8 (oito) anos, juros de 7% ao ano, para revenda, na quase totalidade, a Cooperativas Agropecuárias e de Mecanização Agrícola, Associações Rurais, Prefeituras Municipais e Proprietários Rurais, conforme o seu "Plano de Desenvolvimento Agrícola de Pequenas Bacias Hidrográficas e de Patrulhas Mecanizações".

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

ATA DA 200ª SESSÃO, EM 7 DE NOVEMBRO DE 1967

1ª Seção Legislativa

Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos, acam-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Gattete Pinheiro
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
José Ermirio
Leandro Maciel
Júlio Leite
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Raul Gluberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Marcello de Alencar
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Ilino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Fernando Corrêa
Filinto Muller
Ney Braga
Adolpho Franco
Antônio Carlos
Atílio Fontana

O SR. PRESIDENTE.

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32

Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada, tendo o expediente o devido destino.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 529, de 1967

(Nº 733, DE 1967, NA CAMARA)
Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 9-67 (CN), que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras e dá outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias ao interesse público:

1) A Alteração 1ª do Art. 1º.

Razões:

O dispositivo é inaceitável sob todos os aspectos, notadamente porque fere o princípio de simplificação burocrática previsto na Reforma Administrativa instituída pelo Decreto-lei nº 200, de 1967. É descabida a criação de mais um ato decisório no processo fiscal, ou seja, um novo despacho da autoridade julgadora após o julgamento e, o que é mais grave, depois de findo administrativamente

o processo. Do modo como foi redigido, o preceito em exame não se destina a acelerar o leilão, que seria o intuito do legislador. Não se dispõe sobre a realização da venda no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mas sim sobre a definição da venda dentro do referido prazo. De tal maneira, antes dessa alteração, o leilão não poderia ser realizado embora tivesse sido a decisão condenatória emanada no processo fiscal. É mais evidente o sistema atual, adotado uniformemente pelos Alvarás, que entra no próprio julgamento do feito a determinação de venda da mercadoria, possibilitando a realização do leilão logo se veria o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recursos a instância superior. O retardamento do leilão, mediante a nova fase processual em apreço, não convém aos interesses da Fazenda Nacional.

2) A Alteração 2ª do Art. 1º.

Essa alteração dispõe sobre matérias típicas de regulamentação, algumas das quais em plena vigência.

Ademais, está em estudos no Departamento de Rendas Aduaneiras a modernização do ato de compromisso entre o Arrematante e o Poder Público, que ainda é feito através do arcaico termo de arrematação. Além disso já existe o compromisso formal, prático e eficaz, através do denominado "talão de sinal" firmado por ambas as partes e que se constitui em verdadeiro contrato de compra e venda juridicamente hábil. A idêntica predominância do imperante termo de que se trata. Quanto ao Livro próprio para registro de produtos estrangeiros pelo arrematante, já é ele obrigatório pela legislação fiscal. Não há parágrafos da alteração 3ª, pelos motivos expostos.

3) A Alteração 6ª do Art. 1º.

Essa alteração objetiva tornar em regra geral a exceção estabelecida pelo art. 4º da Lei nº 5.314, de 1º de setembro de 1967, e não pode merecer acolhida, sob pena de invalidar princípio instituído pelo Sistema Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) que norteou o Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. Além disso, não há como confundir-se o regime de rendas internas com o de rendas aduaneiras pelo simples fato de que impositivos da atual conjuntura conduzem à solução de atribuírem-se atividades de âmbito aduaneiro à área de fiscalização dos impostos internos. A Lei número 5.314-67, foi, portanto, a alternativa escolhida em face das condições do momento, conquanto seja inevitável a futura superação de seus ditames com a absorção total da ação fiscal aduaneira pelo setor específico em fase inicial de implantação no País: o Serviço Nacional de Fiscalização das Rendas Aduaneiras — SENAFRA. A alteração 6ª não tem consistência diante dessa tendência natural e a ela se opõe, sobretudo, a norma estabelecida no parágrafo único do art. 68 do Decreto-lei nº 37-66, segundo a qual, "integrando o pagamento, o arrematante se sub-roga nos direitos e obrigações do importador". Dentre as obrigações do importador ressalta a do pagamento do bre a mercadoria estrangeira e que imposto de importação incidente sobre o fato gerador sua entrada no território nacional, conforme estatui o art. 1º do referido Decreto-lei. Nessas condições, o art. 168 do mesmo diploma legal não deve ser alterado na forma proposta, mutilando uma sistemática calcada em princípio da mais moderna técnica tributária codificada pela Lei nº 5.172-66 que, pela sua natureza hierárquica, não pode sofrer modificação através de lei comum.

4) O art. 2º.

O imposto de exportação que, constitucionalmente sistematizado pela

Lei nº 5.172-66, passou à competência da União, não constitui receita pública, propriamente dita, em seu sentido técnico, a despeito da expressão "receita líquida" usada no art. 28 da referida Lei. A restituição de que o imposto em lide se destina "à formação de reservas monetárias" implica a proposição contida no artigo 2º em exame, em que prevê o cancelamento de receita, segundo o qual: "Receita pública e da entrada em circulação ou compensação no passivo, que se incorpora ao patrimônio público como elemento novo e positivo." Todavia, é impróprio afirmar-se que o Decreto nº 57.877, de 28 de fevereiro de 1936, deveria ter incluído o imposto de exportação no cômputo dos tributos fiscalizados pelos agentes fiscais do imposto aduaneiro, visto como a destinação desse imposto é total para a formação de reservas monetárias. Por outro lado, são irreais os orçamentos sobre a redução de arrecadação do imposto de importação e o aumento do imposto de exportação, em consequência da industrialização do País. O crescimento das exportações possibilitará, obviamente, maiores importações. Pelos motivos ressaltados, é inaceitável o dispositivo proposto.

5) O art. 3º e seu parágrafo.

Trata-se de matéria da competência exclusiva do Poder Executivo. Tanto assim que se fazem estudos, no momento, visando à adoção de método de verificação imediata da autenticidade dos documentos fiscais. A idéia de reconhecimento de firma foi cogitada, estudada e eliminada, pela sua natureza pouco prática, trabalhosa e susceptível de falhas e falsificações. Evoluiu-se para método de identificação mais racional e mecânico que diminui a uma percentagem insignificante a possibilidade de fraude. Dentro de pouco tempo será criado o sistema que abrangerá a documentação de todos os Departamentos Fiscais do Ministério da Fazenda, de modo que não tem cabimento o retrocesso ao sistema cadastral idealizado, porém já superado.

6) O art. 4º.

Dada a importância do assunto, sem a menor correlação, mesmo indireta, com a matéria versada no projeto de lei que se cogita, impõe-se a sua exclusão, em prol da boa norma que deve imperar na futura das leis, a fim de que não se retroaja, gradativamente, a fase das chamadas "caudas orçamentárias" e "enxertos". Incluído que seja o preceito em projeto de lei específico, será ele devidamente apreciado, quanto ao mérito, na época oportuna.

7) O art. 5º.

Não pode merecer sanção o dispositivo em apreço, quer por tratar de matéria de regulamentação, quer pelos motivos relevantes expostos a seguir. Instituído com fundamento no art. 19 da Lei nº 4.503-64, o Serviço Nacional de Fiscalização das Rendas Aduaneiras está definitivamente integrado na estrutura do Departamento de Rendas Aduaneiras, cujo Regimento, elaborado pelo Poder Executivo, fixa as atribuições de todos os órgãos, racionalmente e dentro das técnicas e dos princípios da reforma administrativa esquematizada pelo Decreto-lei nº 200-67. O SENAFRA, como setor dos mais novos do sistema aduaneiro, tem a singularidade de cuidar da fiscalização na Zona Secundária e entre as funções que lhe estão afetas não se incluem as que se consubstanciam na disposição em exame e que viriam desvirtuar a sua finalidade.

Trata-se de órgão criado como decorrência do aumento do contrabando no País e da progressão dos meios de fraude, razão pela qual a sua dedicação deverá ser exclusivamente a de prevenir e reprimir o descaminho sob as várias modalidades. Paralelamente às unidades regionais do

SENAFRA, serão instaladas Delegacias representativas do órgão central do Departamento de Rendas Aduaneiras, às quais serão oportunamente cometidas as tarefas a que alude o dispositivo em apêndice. Mas até que se instale tais Delegacias Regionais é de toda conveniência que não se desloquem das Alfândegas as atividades que elas vêm executando, a fim de que não advenham prejuízos para os interesses da Fazenda Nacional. A área de jurisdição das Delegacias coincidirá com a dos órgãos regionais do SENAFRA e isto basta para a conclusão lógica de que não há necessidade de deformar-se a estrutura planejada e desvirtuar-se a finalidade do Serviço cuja eficiência já se vem tornando pública e notória.

São estes os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, os quais ora submeto a elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 27 de outubro de 1967 — A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras e dá outras providências.

Art. 1º O Decreto-lei número 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — ... VETADO ...

Alteração 2ª — Acrescenta-se ao artigo 63 os seguintes parágrafos:

§ 4º Será publicado no órgão oficial ou, na falta deste, no órgão de maior circulação, ou, ainda, afixado na repartição, em local acessível ao público, edital anunciando o leilão, com indicação do local, dia e hora da sua realização em primeira, segunda e terceira praças e das espécies de mercadorias que serão oferecidas à licitação.

§ 5º O edital será publicado ou afixado com a antecedência mínima de oito dias da data da realização do leilão e dele deverão constar as condições, exigências e sanções estabelecidas em lei ou regulamento e, quando for julgado necessário para orientação dos interessados, o estado em que serão vendidas as espécies arroladas no edital.

§ 6º Quando se tratar de leilão de acentuado interesse comercial, dada a qualidade, quantidade, variedade e valor das mercadorias especificadas no edital, poderá o chefe da repartição autorizar a publicação de nota resumida anunciando a sua realização desde que existam recursos para atender às respectivas despesas.

§ 7º O leilão poderá ser substituído, na forma do regulamento, por venda efetuada mediante concorrência pública, reservado à autoridade aduaneira o direito de anular qualquer concorrência, por despacho justificando, se houver justa causa.

§ 8º A venda em leilão ou concorrência pública poderá, quando for mais conveniente para os interesses da fazenda nacional, ser promovida em qualquer outra repartição, nos termos das normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

Alteração 3ª — ... VETADO ...

Alteração 4ª — O artigo 68 e seu parágrafo único passam a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 68. As mercadorias arroladas para leilão serão levadas a três praças e só serão consideradas arrematadas se na primeira praça o maior lance atingir o valor da avaliação, na segunda, o valor estipulado para a primeira com abatimento de 15%, e, na terceira, o valor da segunda com redução de 20%.

Parágrafo único. Se não houver licitante em nenhuma das praças ou ofertas na terceira não atingirem o limite mínimo fixado neste artigo, o

chefe da repartição dará conhecimento do fato ao Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, para que este adote as providências que julgar mais convenientes aos interesses da fazenda nacional, seja determinando a realização de novo leilão, seja mandando proceder à nova avaliação em bases que se ajustem ao valor mínimo fixado para a segunda praça, ou, ainda, quando as circunstâncias o permitirem, autorizando a realização do leilão em outra repartição aduaneira".

Alteração 5ª — O artigo 70 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. Nos leilões aduaneiros somente serão admitidas a licitar os importadores e comerciantes devidamente registrados no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda e a liberação da mercadoria arrematada somente será feita a contribuintes que comprovem, com documento hábil, não terem, no biênio anterior à realização do leilão, incorrido em sanções decorrentes da prática de delito, contravenção ou fraude fiscal ou cambial, devendo o atestado ou certidão consubstanciando essa prova ser baseado nos registros da repartição referentes aos pretendentes à licitação.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em diminuta quantidade, sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais, atendidas as instruções que nesse sentido forem baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Ficam excluídos da faculdade prevista no parágrafo anterior os funcionários públicos com exercício em repartição aduaneira, as pessoas interessadas na ação fiscal, os responsáveis incriminados no processo em que houver sido aplicada a pena de perda da mercadoria levada a leilão, bem como os despachantes aduaneiros, os corretores de navios, seus ajudantes e prepostos".

Alterações 6ª — ... VETADO ...

Art. 2º — ... VETADO ...

Art. 3º — ... VETADO ...

Parágrafo único. — ... VETADO ...

Art. 4º — ... VETADO ...

Art. 5º — ... VETADO ...

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de outubro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de projetos de lei sancionados

Nº 530-67 (nº de origem 735-67) — Projeto de Lei da Câmara nº 1.639-B-64 e nº 47-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novos) para atender ao pagamento de despesas inadiváveis da Companhia Nacional de Navegação Costeira (Projeto que se transformou na Lei nº 5.343, de 28.10.67);

Nº 531-67 (nº de origem 736-67) — Projeto de Lei nº 10-67 (CN), que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei nº 5.343, de 28 de outubro de 1967) e

Nº 532-67 (nº de origem 737-67) — Projeto de Lei da Câmara número 699-B-67 e nº 119-67, no Senado, que altera o Fundo de Reserva criado pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei nº 5.344, de 31 de outubro de 1967);

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 533, de 1967

(Nº 753, DE 1967, NA ORIGEM.)

Exmos. Srs. membros do Senado Federal.

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Sr. Galba Samuel Santos, ocupante do cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Haiti, nos termos dos artigos 22 e 23, § 3º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, combinado com o art. 4º da Lei nº 4.415, de 25 de setembro de 1934.

2. Os méritos do Sr. Galba Samuel Santos, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1 de novembro de 1967. — A. Costa e Silva.

CURRICULUM VITAE E AMPLOS ESCLARECIMENTOS

MINISTRO GALBA SAMUEL SANTOS

Nascido em Cataguazes, Estado de Minas Gerais, em 23 de outubro de 1917.

2. Concluiu Curso de Prática Consular, em 1945 e Curso de Tratado e Política Econômica, em 1952. Ingressou na carreira de Diplomata como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 26 de maio de 1942; Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de abril de 1947; Primeiro Secretário, por merecimento, em 19 de janeiro de 1954; Conselheiro, em 1º de janeiro de 1961; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de outubro de 1964.

3. Durante sua carreira exerceu as seguintes funções: Vice-Cônsul em Southampton, em 1945; Vice-Cônsul em Cardiff, de 1945 a 1947; Segundo Secretário em Atenas, de 1949 a 1952; Cônsul em Los Angeles, de 1955 a 1957; Primeiro Secretário da Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, de 1957 a 1959; Primeiro Secretário em Tóquio, em 1959; Ministro-Conselheiro em Lisboa, em 9 de setembro de 1965.

4. Além dessas, o Ministro Galba Samuel Santos exerceu as seguintes funções: Encarregado de Negócios da Delegação do Brasil junto à Comissão Especial da ONU, para os Balcanes, em 1952; Auxiliar do Setor do Temário do Vº Período de Sessões da CEPAL, no Rio de Janeiro, em abril de 1953; participou da elaboração das instruções para a Delegação do Brasil à VIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em agosto de 1953; Assessor da Delegação do Brasil à Reunião dos Senhores Chefes de Missão dos Píses Membros da OEA e do Delegado junto à referida Organização no Rio de Janeiro, em 1954; Assessor da Delegação do Brasil à Xª Conferência Interamericana, em Caracas, em março de 1954; Auxiliar de Gabinete do Chefe do Departamento Político e Cultural do Ministério das Relações Exteriores, de 1954 a 1955; Encarregado de Consulado em Iocoma, de 1959 a 1960; Chefe da Divisão da OEA, da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Americanos, em 1961; participou do Grupo de Trabalho para estudar as relações do Brasil com as Comunidades Econômicas Europeias, em 1962; Chefe, substituto,

do Gabinete do Subsecretário de Estado, em 1962; Conselheiro da Delegação do Brasil às Primeiras Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano, Econômico e Social, no México, em 1962; Conselheiro da Delegação do Brasil na Conferência Interamericana dos Ministros de Trabalho, em Bogotá, em 1963; Conselheiro da Delegação do Brasil às 11ª Reuniões Anuais Ordinárias do CIES, em São Paulo, em 1963; Enviado Extraordinário em Missão Especial para representar o Brasil nas solenidades de posse de Sua Excelência o Senhor Raul Leoni, Presidente da República da Venezuela, em 1964; Conselheiro da Delegação do Brasil à IXª Reunião da Consulta de Ministros das Relações Exteriores, em Washington, em 1964; Sub-Chefe da Delegação do Brasil às IIIª Reuniões Anuais Ordinárias do Conselho Interamericano, Econômico e Social, em Lima, em 1964; Delegado, Substituto, da Delegação do Brasil à Iª Conferência Interamericana Extraordinária, em Washington, em 1964; Membro do Grupo de Trabalho para estudar as relações do Brasil com a Comunidade Europeia, em Brasília, em 1965; Conselheiro da Delegação do Brasil à Xª Reunião da Consulta de Ministros das Relações Exteriores, em Washington, em 1965; Membro do Grupo de Trabalho para elaborar as bases da participação do Brasil na IIª Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro, em agosto de 1965. Encarregado de Negócios em Lisboa e Helsinque, em 1967.

5. O Diplomata Galba Samuel Santos, que se encontra atualmente no Rio de Janeiro, é indicado para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Haiti.

A Comissão de Relações Exteriores.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposição à sanção:

Nº 04171, de 31 de outubro de 1967 — com referência à rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 435-D-57 e número 98-67, no Senado, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material importado pelo Sociedade Telefônica de França Ltda. e destinada à ampliação de uma central telefônica sistema A.G.F. Projeto enviado à sanção em 31 de outubro de 1967.

PARECERES

Parecer nº 803, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1967 (nº 22-B-1967, na Casa de origem).

Relator: Senador Filinto Muller.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1967, (nº 22-B-67 na Casa de origem) que aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Polívia, no Rio de Janeiro, de 27 de outubro de 1966.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Antônio Carlos, Presidente; Filinto Muller, Relator; João Abrahão e Carlos Lindemberg.

ANEXO AO PARECER Nº 803, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1967, (nº 22-B-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11 de 1967

Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer nº 804, de 1967

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967 (nº 300-A-66 na Casa de origem).

Relator: Senador Filinto Muller.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967 (número 300-A-66 na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro de concessão de pensão a Dona Martinha Monteiro da Silveira.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Antônio Carlos, Presidente; Filinto Muller, Relator; João Abrão e Carlos Lindemeberg.

ANEXO AO PARECER Nº 804, DE 1967

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1967 (nº 300-A-66 na Casa de origem).

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de Montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no Processo nº 32.785-65, para o fim de ser mantido o registro da concessão de pensão de montepio militar a Martinha Monteiro da Silveira, viúva do ex-sargento do Exército João Machado da Silveira, tornando-se definitivo o ato praticado em 26 de julho de 1966, na conformidade da autorização do Sr. Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 047-DF., de 14 de março de 1966, do Ministro da Guerra.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente não vai à publicação. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferia hoje os Requerimentos ns. 979 a 985, de informações aos órgãos do Poder Executivo, encaminhados em sessões anteriores.

São os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 979, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas para a pavimentação

asfáltica do leito da ex-linha férrea da E. F. Leopoldina, entre Campos e Colomins, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 980, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se foi feita indenização de terras em Santa Izabel do Rio Preto, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro, para a construção da estrada que liga este município a Santa Rita de Jacutinga-MG?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 981, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — as seguintes informações sobre as linhas de ônibus que ligam esta Capital a São Paulo e ao Rio de Janeiro:

I — Nomes das empresas que exploram o transporte de passageiros, em linhas diretas, no percurso Brasília-Rio e Brasília-São Paulo;

I — data e termos em que foi obtida pela empresa a respectiva concessão para a exploração da linha;

II — se a outorga da concessão foi precedida de concorrência pública aberta às empresas interessadas;

III — número de veículos que integram atualmente as frota das empresas concessionárias, com especificação, em cada veículo, da marca, ano de fabricação do chassi, lotação e, ainda, se dispõe ou não se instalação sanitária.

2 — A partir da instalação da Capital em Brasília, em 1960, informar, em decorrência de acidentes com ônibus das linhas diretas Rio-Brasília e São Paulo:

I — número de passageiros hospitalizados por motivo de acidentes sofridos na estrada;

II — número de cicentados que correram no local dos desastres ou nos hospitais para onde foram transportados;

III — se, para apuração das causas dos desastres ocorridos foram abertos inquéritos administrativos e a que conclusões chegaram eles, em cada caso, quanto ao fator primordial do acidente (sono, imperícia ou imprevidência do motorista do ônibus, deficiência do material, falta de visibilidade, falta de sinalização e de policiamento na estrada, outras causas);

IV — se em decorrência dos inquéritos mencionados no item três foram aplicadas sanções punitivas (quando e quais) aos motoristas culpados e as empresas co-responsáveis nessa culpa.

3 — Motivo ou motivos pelos quais vem sendo impedido o estabelecimento da competição multi-empresarial nas linhas de ônibus Brasília-Rio e Brasília-São Paulo, a exemplo do que aconteceu — com grande benefício para o público usuário — nos percursos Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte.

Justificação

O preço das passagens aéreas subiu de um modo tal, que hoje está simplesmente inacessível ao poder de compra da classe média. O resultado disso é que, no caso de Brasília, cerca de 90% da população da Cidade utiliza-se depende do ônibus interurbano para suas viagens ao litoral.

Viajar de ônibus para Rio ou São Paulo é, pois, uma contingência a que o brasiliense não pode fugir e constitui motivo de estranheza para todos constatar as condições de integridade, de desconforto e de total irresponsabilidade em que se processam as viagens nos dois referidos percursos.

De vez em quando os desastres espetaculares com mortos e feridos ocupam as manchetes dos jornais. Mas, ocorrem nas viagens — principalmente na Rio-Brasília — muitas outras coisas que não deveriam acontecer no funcionamento de um serviço de uso público e de ninguém fica sabendo, excluídos os passageiros.

Quando sobrevêm os enguiços — e eles são rotineiros — não há recursos, não há peças sobressalentes, quase sempre não há sequer, uma lanterna para a verificação da anormalidade, no escuro e na solidão da estrada. Fica então o ônibus estacionado, a espera de um milagre representado pelo eventual aparecimento de outro ônibus — que, inclusive, poderá também não dispor de recursos.

Casos têm sucedido (baseio-me em depoimentos pessoais de numerosos passageiros) em que os pneus furam e não conta o ônibus com o indispensável macaco para ser feita a substituição e nem mesmo (!) com o pneu sobressalente para substituir o avariado.

Dai não serem raras as viagens que ultrapassam as 30 horas de duração.

Isso para não falar na ignominia representada pelas instalações sanitárias e pela qualidade e preço das refeições servidas nos pontos de parada obrigatória, estabelecidas (sem alternativa para o passageiro) pela empresa. E, ainda, da presença de passageiros que viajam de pé, incomodando aos que estão sentados e tem o incontestável direito de não ser incomodados. Tudo isso por quê, e para quê?

É exatamente o que desejo começar a saber, através destes quesitos ora apresentados a um honrado Ministro de Estado que, por certo, ainda ignora esses graves fatos que vêm acontecendo, para desespero dos brasilienses, na área do seu Ministério.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 982, de 1967

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes informações:

1º) Se o Governo brasileiro autorizou, a partir do ano de 1963, a realização de pesquisas científicas na Amazônia pela "Expedição Alpha Helix" (navio laboratório norte-americano)?

2º) Se consta nos registros competentes a entrada no país dos membros dessa "Expedição", especialmente dos srs.:

a) Dr. Theodore Bullock, da "University of California at Los Angeles";

b) Dr. Knut Schmidt-Nielsen, da "Duke University";

c) Dr. Jacob Biale, da "University of California at Los Angeles";

d) Dr. Carol M. Williams da "University of California at Los Angeles";

e) Dr. Malcom Gordon, da "University of California at Los Angeles";

f) Dr. Frits Went

3º) Qual a data de entrada em porto brasileiro do navio laboratório "Alpha Helix"?

4º) Qual a data de saída do Brasil do navio referido no item anterior?

5º) Se foi fornecido ao Governo brasileiro a relação dos equipamentos transportados pelo citado navio e aplicados nas pesquisas realizadas?

6º) Se o governo brasileiro exerceu controle e relacionou os materiais re-

colhidos pela Expedição a título de amostras ou outro pretexto, que foram levados para os Estados Unidos da América do Norte pelos expedicionários?

7º) Se resultou de Acordo ou Convênio entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, a vinda de técnicos norte-americanos para pesquisas científicas na Amazônia, integrando a referida Expedição Alpha Helix?

8º) Informar, se for o caso os termos dos acordos ou convênios celebrados;

9º) Se o Governo brasileiro contribuiu financeiramente para a realização da pesquisa cogitada neste requerimento?

10º) Se cientistas, técnicos ou funcionários brasileiros, participaram das pesquisas realizadas e se integraram a Expedição "Alpha Helix"?

11º) Se ao Governo brasileiro foram fornecidos os resultados obtidos na pesquisa objeto deste requerimento?

12º) Se é do conhecimento do Governo brasileiro ter sido realizada pela citada Expedição "Alpha Helix", pesquisas geológicas e petrolíferas na região Amazônica?

13º) Se o Governo brasileiro tomou conhecimento das informações prestadas pelo Dr. Frits Went à revista Business Week de 16 de setembro de 1967 página 138, segundo as quais é possível a existência de petróleo na foz do Amazonas, aconselhando a que americanos comprem terras nessa região?

14º) Se o Governo brasileiro está sendo informado dos resultados dos estudos que estão sendo feitos pelo Dr. Went, com base na pesquisa a que se refere este requerimento?

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1967. — Senador Marcelo de Alencar.

REQUERIMENTO Nº 983, de 1967

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando o desvio do tráfego de veículos procedentes da rodovia Niterói-Vitória, ora feito pelo centro da cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro uma vez que está causando sérios danos à pavimentação urbana?

Sala das Sessões em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 984, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — quando serão iniciados os trabalhos de dragagem da baía que dá acesso ao porto de Niterói, Estado do Rio de Janeiro uma vez que tal providência permitirá a atracação de navios de grande calado?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 985, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — quando serão iniciados os trabalhos de enrocamento para proteção da margem esquerda do rio Paraíba, em

Guarus, Campos, Estado do Rio de Janeiro, contra erosão que ameaça seccionar importante rodovia?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 986, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, quando será feito o enquadramento definitivo dos funcionários da Administração do Porto do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 987, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, quais são as dotações existentes para o Posto de Defesa Sanitária e Vegetal, em São Gonçalo Estado do Rio de Janeiro, e quando serão liberadas, uma vez que o referido Posto está sem verbas para atender as suas finalidades?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 988, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério Extraordinário dos Organismos Regionais — DNOS — quando será feita nova dragagem do canal de Magé, Estado do Rio de Janeiro, e se desta vez, será usado draga flutuante na operação?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 989, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo através do Ministério Extraordinário dos Organismos Regionais — DNOS — quais as providências tomadas para que seja efetuada a dragagem do Rio Grande, em Campo do Coelho, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 990, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — quais as medidas tomadas para a construção de um muro estaque sobre o coroamento do dique que o DNPNV está construindo na margem esquerda do rio Paraiba, para defesa contra-cheias, em Guarus, Campos Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 991, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas para a construção da estrada Parati-RJ a Ubatuba-SP, de imensa importância para aquela região?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 992, de 1967

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno requero a Vossa Excelência determine providências no sentido de ser encaminhado ofício ao Senhor Ministro da Saúde solicitando a seguinte informação:

Qual o plano de Política de Saúde Pública a ser aplicada no Espírito Santo?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Raul Giuberti.

REQUERIMENTO Nº 993, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — qual o motivo da paralisação das obras do Porto de Arraial do Cabo em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 994, de 1967

Senhor Presidente

Nos termos do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência determine providências no sentido de ser encaminhado ofício ao Senhor Ministro do Interior solicitando a seguinte informação:

Qual a participação quantitativa das unidades dos Municípios do Espírito Santo, no Fundo de Participações dos Municípios?

Sala das Sessões em 25 de outubro de 1967. — Senador Raul Giuberti.

REQUERIMENTO Nº 995, de 1967

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, as seguintes informações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem:

1. Já foi liberado o pagamento das cotas referentes aos segundo e terceiros trimestres de 1967, devidas aos Municípios do Estado do Pará?
2. Se ainda não foi liberado o pagamento a importância correspondente às referidas cotas se encontra depositada no Banco do Brasil?
3. Caso contrário, justificar os motivos que estão dando margem ao atraso, cujos reflexos se fazem sentir, negativamente, nas condições de tráfego das rodovias dos municípios paraenses.

Justificação

O sentido das informações solicitadas e contidas nas alíneas deste requerimento por si só, exaure e justifica a medida que ora subscrevemos.

Mas, cumpre-nos explicar, por um dever moral-político, que, ao formalizar o presente documento tão-somente, estamos endossando, com a

maior satisfação, deliberação unânime tomada há pouco pela Assembléia Legislativa do meu Estado, ao acolher inicitiva do nobre deputado Dr. Fernando Gurjão Sampaio visando ao esclarecimento junto ao órgão competente do assunto em tela.

Na verdade, o atraso que se vem verificando no pagamento devido pelo DNER das cotas trimestrais ao Pará está ensejando, por suas naturais implicações, graves problemas de ordem econômico-social aos municípios do Estado.

Dai, merecer os maiores aplausos a atitude da Assembléia Legislativa Paraense tão justa e seriamente preocupada com o descaso manifestado pelo DNER face às suas obrigações para com o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1967. — Milton Trindade, Senador

O SR. PRESIDENTE:

(Nequeira da Gama) — Há oradores inscritos.

O primeiro deles é o nobre Senador Josaphat Marinho a quem dou a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, singular coincidência permite-me tecer alguns comentários sobre desenvolvimento e política salarial no Brasil, precisamente na data em que, há cinquenta anos, se tornou vitoriosa a Revolução Socialista na Rússia.

Neste meio século decorrido entre acertos e erros, uniformidades e contradições, fluxos e refluxos, a Rússia evoluiu de uma das mais atrasadas Nações da Europa ao plano de segunda potência mundial.

Sejam quais forem os pontos de divergência entre os que, no Ocidente defendemos o regime democrático e o que, na União das Repúblicas Socialistas da Rússia, se desenvolve, justo é assinalar o esforço despendido a capacidade criadora, a perseverança dos que, desde 1825, pelo menos, lutavam para introduzir na estrutura de uma sociedade retrógrada, as modificações indispensáveis a superar as desumanas desigualdades que o tatarismo impunha ao povo russo. Nesses 50 anos, a nação, da ignorância e da miséria em que foi encontrada, trabalhou, progrediu, aperfeiçoou os conhecimentos técnicos de seus filhos, promoveu uma urbanização jamais conhecida no mundo e alcançou desenvolvimento industrial que lhe permitiu ser, na segunda metade do século XX, competidora dos Estados Unidos da América do Norte.

Agora mesmo, entre as publicações comemorativas do fato — e elas se efetuam em todo o mundo — salienta-se a particularidade de que a Rússia produz hoje menos do que 100 milhões de toneladas de aço o que vale dizer que ela produz mais ...

O Sr. José Ermirio — Do que toda a Europa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO —

... do que a Grã-Bretanha, a República Federal Alemã, a França e a Itália reunidas, ficando a quem, apenas dos Estados Unidos. É possível mesmo que essa cifra possa ser mais atualizada, pois ainda ontem o nobre Senador José Ermirio a fixava em 120 milhões de toneladas.

Uma ou outra cifra, certo é que representa a segunda produção do mundo, e o país continua a aperfeiçoar o seu trabalho, sobretudo o seu trabalho técnico e a ampliar a educação a todos os seus grupos populacionais.

De certo que são graves as falhas ainda existentes no mundo soviético, a menor das quais não será, sem dúvida, a do despotismo político e da intolerância, a do arbítrio com que os governantes ali comumente chamados de burocratas, impõem sua vontade a uma imensa população.

O Sr. José Ermirio — Permite um aparte, Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Cumpre, porém assinalar, sem diminuir a gravidade desses erros, que a intolerância não é, hoje, privilégio da União Soviética, pois que está representando sistema de governo em várias partes do mundo, inclusive na América e dentro da América, no Brasil.

Tem V. Exª o aparte.

O Sr. José Ermirio — V. Exª tem toda razão. Em nenhum país, realmente, deve haver despotismo, mas a Rússia é um país que tem quatro milhões de universitários. No ano passado formou 170.000 engenheiros e em cada 7 anos dobra o número de cientistas, enquanto os Estados Unidos o faz em 10 anos e a Europa 15 anos. Antigamente, a Rússia era um país de cazadores, os homens de dinheiro viviam em Paris nos cassinos, desfrutando a riqueza daquela nação. Hoje, há essa imensidade de universitários que acreditam que a nação cresce pelo seu trabalho, pela sua educação e pelo seu patriotismo. Não resta dúvida de que o caminho certo é educar o povo, pois é mais difícil educar do que instruir. V. Exª sabe que não somos adeptos do regime comunista, mas temos que apreciar a realidade daquele povo que se levantou como um país fabuloso, cresceu contra a vontade de todos e venceu. É muito oportuno o discurso de V. Exª, para dizer ao Plenário desta Casa o que acontece na União Soviética nos presentes dias. Temos a certeza de que, continuando a educação do seu povo, o país será muito maior dentro de pouco tempo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exª traz informações e dados valiosos à apreciação do desenvolvimento na Rússia Soviética. Note-se que essa nação perdeu, durante a guerra, invadido o seu território, destruídas várias de suas cidades nada menos de vinte milhões de seus filhos. Mas ainda há pouco, o publicista Isaac Deutscher salientava esta circunstância altamente dignificante para o governo socialista. Depois de mostrar o que se verificava com o atraso na educação, a que se reportou o nobre Senador José Ermirio, diz o historiador, referindo-se à Rússia:

"Agora está ocorrendo um processo inverso. A educação das massas está-se desenvolvendo mais depressa do que a expansão dos grupos privilegiados, mais depressa até do que o requerido pelas necessidades da industrialização".

O Sr. José Ermirio — E a prova é que hoje, no mundo, em cada quatro médicos um é russo.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exª faz referência ao progresso da nação russa, mas parece que nem tudo o que reluz é ouro. Sabemos que a Rússia tem nas suas fronteiras um severo serviço de controle para não permitir que os seus filhos passem o outro lado, como no caso da Alemanha Ocidental e Oriental. Ademais, nobre Senador, também a Rússia formou um verdadeiro império subjugou várias nações, que incluiu em seu território, e todos aqueles povos que trabalham semi-escravizados para a grande nação russa.

Pelo que temos ouvido, inclusive de nossos patriotas que lá estiveram, as referências não são tão alvissareiras, assim. Entendo que é no regime democrático verdadeiramente que o povo encontra uma melhor situação de vida. Comparemos, por exemplo a situação entre as duas Alemanhas e veremos qual delas progrediu mais no pós-guerra, onde o povo apresenta um melhor nível de vida. Por várias razões entendemos que o regime soviético não é aquele que poderíamos apresentar como o sistema ideal para a sobrevivência dos povos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não

Dissemos aqui, em nenhum momento, que o regime soviético fosse o ideal. Assinalamos mesmo, de início, que tínhamos divergências graves com a orientação política na Rússia Soviética. Dissemos que são graves as deficiências, os erros e os abusos dominantes no poder soviético. Não ignoramos e nem negamos que também a União Soviética exerce um imperialismo nos quadros atingidos por seu imenso poder.

Estávamos e estamos, porém, assinalando o desenvolvimento que o regime socialista deu à Rússia e aos povos situados no mundo socialista. Estávamos e estamos assinalando o desenvolvimento alcançado, e à vista da toda gente, porque comprovado pelo desenvolvimento agrícola, pelo desenvolvimento industrial, pelo crescimento das cidades, pela capacidade de restauração de amplas áreas destruídas na guerra.

No que diz respeito aos abusos políticos e econômicos existentes no mundo soviético, opomos as nossas restrições, tanto quanto as fazemos aos abusos e aos excessos do imperialismo capitalista, não menos desumano do que aquele outro. Pouco importa que alguns viajantes, passando pela Rússia e até aterrorizados diante da transformação da sociedade, temerosos da perda dos seus privilégios, retornem de lá para mostrar apenas o que é o inferno, como se no mundo capitalista tudo fosse céu.

O que nós outros, que não aceitamos o abuso do mundo soviético nem os excessos do capitalismo, queremos é que num e noutro regime, em ambos, se corrijam as anomalias e se assegure, efetivamente, a todos os homens, o regime de igualdade, o regime de direitos, o regime de iguais oportunidades, diferenciadas apenas pela aptidão para o trabalho.

Sejam quais forem as restrições que se possam fazer — e são muitas — ao mundo soviético, a verdade é que essa nação se tornou uma comunidade desenvolvida e respeitada em cinquenta anos, apenas, de esforço, de trabalho, de felicidade aos princípios que instituíram o regime socialista.

Ainda agora, em dois livros, um de 1966, e outro, de 1967, o engenheiro e diretor de cursos de altos estudos na França, Henri Chambre, aprecia as instituições da Rússia e o seu desenvolvimento econômico. Mostra as alternativas verificadas, demonstra que o processo não foi linear, nem o poderia ser. Mas, ao mesmo tempo, deixa claro o progresso alcançado pelo esforço de um povo, que, pela revolução — mas revolução de verdade — se libertou do mando imperial e de privilégios.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite-me V. Exa. um aparte? — (Assentimento do orador) — A oportunidade da fala de V. Exa. se faz ainda mais sentir quando V. Exa. traz, no seu discurso, esclarecimento sobre o desenvolvimento soviético. O desenvolvimento soviético traduz um resultado que pode minorar a preocupação daqueles que sentem o temor do regime que nequele país se instituiu, porque desse desenvolvimento e do aumento do padrão de vida do povo soviético resultaram, também, grandes aberturas, e hoje se tem notícia de que há um processo já instituído para essas grandes aberturas com a luta contra o monolitismo contra o centrismo, e depois da desmistificação. De modo que aquela povo está progredindo em todo sentido, inclusive no sentido político das grandes aberturas democráticas.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Tem razão V. Exa. E Henri Chambre salienta que não há na Rússia, em qualquer setor de sua população, movimento de rebeldia contra o regime, e que este permanece fiel às linhas básicas traçadas pela revolução de 1917.

Ao mesmo tempo, prefaciando um dos trabalhos de Henri Chambre — "União Soviética e Desenvolvimento Econômico" — o Professor François Perroux observa, com rigorosa insuspeição, esse fato, com que encerrarei a apreciação sobre a presente data:

"A história acidentada da socialização na Rússia permaneceu um acontecimento capital na história do mundo. Um povo lutando contra a extensão, o clima, o retardamento cultural das massas, edificou, em menos de quarenta anos, uma grande economia moderna, que não repousa nem sobre a propriedade privada dos meios de produção, nem sobre o proveito capitalista, nem sobre o mercado de concorrência de tipo ocidental, nem sobre os móveis do enriquecimento individual".

Nossa aspiração é que outros povos, dentro do regime democrático de plenas garantias e liberdades, possam promover, também, a socialização de sua vida.

Infelizmente, não estamos dando, no Brasil, os passos aconselháveis no sentido dessa socialização.

De 1945 a 1954, um regime de relativas garantias e liberdades vinha proporcionando ao povo brasileiro participação crescente em todos os ângulos da vida pública. Erros foram praticados, desvios se verificaram e, em boa parte, concorreram para a vitória do movimento militar de março-abril de 1964.

Certo é, porém, que a título de corrigir as distorções do regime passado, o Governo imposto pelo movimento militar vitorioso instituiu no país um regime de arbítrio e de insegurança, no plano político, no plano social, no plano econômico. Mais do que isto, substituindo a Constituição de 1946 por outra, de índole autoritária, introduziu, dentro de um sistema de arbítrio político, um regime de liberalismo econômico.

Vê-se, em consequência, o absoluto o retardamento cultural de uma Constituição, elaborada na segunda metade do Século XX, declarar, como o faz a Constituição de 1967, que somente para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizara e explorará, diretamente, a atividade econômica.

Num mundo dominado pela intervenção crescente do Estado no domínio econômico, o Brasil retorna ao sistema liberal, entre nós superado e derrotado, pelo menos desde a Revolução de 1930. Consequência disso é o que agora se está verificando no País.

Substituído o primeiro pelo segundo Governo revolucionário, houve quem mantivesse a expectativa — e muitos, até no setor da oposição, a mantiveram de boa-fé — de que o atual Presidente da República alteraria os rumos políticos e econômicos impostos à Nação pelo movimento revolucionário.

Confesso que, sem restrição de ordem pessoal a ninguém, não correu esse equívoco. Já me admiti que houvesse modificação substancial nos rumos políticos e econômicos do país, com a substituição de um por outro Presidente, dentro do mesmo quadro, dominado, inevitavelmente, pelo Poder Militar.

A orientação acentuada continua valente e prevalecente estará enquanto a Nação não reconquistar a soberania de escolha dos seus governantes maiores.

De qualquer modo, o atual Governo acentuou que rumos novos se estabeleceriam no país, inclusive no domínio econômico.

O Sr. Vasconcellos Torres — Permite-me V. Exa. um aparte? — (Assentimento do orador) — Quería que o eminente Senador Josaphat Marinho me permitisse relembra algumas das medidas tomadas pelo Sr. Presidente

da República, logo no início do seu governo, e que motivaram as esperanças de alguns dos correligionários de V. Exa. e da própria opinião pública brasileira. V. Exa., professor eminente, sabe que o país se debatia com uma crise de matrículas para os excedentes das nossas escolas universitárias de Engenharia, de Medicina, de Química e de Farmácia. Logo no início do Governo — o Presidente Costa e Silva recebeu o título de "Marechal da Educação" por isso — o assunto poderia ser resolvido a contento, mediante convênios efetuados com estabelecimentos particulares de ensino e com universidades federais. E assim, temos, hoje, uma população universitária à altura do desenvolvimento deste país. Permita-me V. Exa., ainda, acrescentar, também, que, no início do Governo do Presidente Costa e Silva, havia um decreto-lei do Governo anterior, relativo ao ICM sobre combustíveis. E V. Exa. sabe — neste assunto é catedrático, porque, para mim, foi V. Exa. o melhor Presidente do Conselho Nacional do Petróleo que o Brasil já possuiu, pela firmeza de atitudes, pela coragem — que, a cada acréscimo nos combustíveis, há, inevitavelmente, um aumento do custo-de-vida. O Presidente também por decreto, o deleve. Havia o problema social grave da administração de internatos nos institutos de Previdência Social, e isto foi contornado também. Entre outros fatos — não me quero alongar no aparte e mesmo agradeço a obsequiosa atenção de V. Exa. — citados ao acaso, farei menção, a fim de que seja superada, em abono do Governo, de haver ele inaugurado método novo, qual seja o de ir às populações interioranas, ir aos diversos Estados deste País, fazendo, assim, um assessoramento direto, transferindo o Governo para alguns Estados do país, como fez, primeiramente, em relação a Pernambuco, e, recentemente, Minas Gerais. Estou certo de que V. Exa., justo como é, há de reconhecer que várias janelas foram abertas, com a posse de Costa e Silva, na escuridão da política brasileira. Desejaria que V. Exa. sopesasse estes fatos, na sua crítica, que é elevada. Tenho dito dentro e fora do Senado, que V. Exa. é um opositorista honesto; não é passional. V. Exa. sempre imprime as críticas que faz, inevitável boa-fé, um dos traços maravilhosos do seu "empurramento de intelectual. Assim, não peço a V. Exa. um crédito de confiança, mas que admita a veracidade do que acabo de afirmar.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Começo por agradecer ao nobre Senador Vasconcellos Torres as bondosas palavras a meu respeito, como antigo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Permite-me, porém, S. Exa. que lhe pondere que estou examinando medidas substanciais e não soluções de emergência. As providências a que S. Exa. se referiu são atos meramente circunstanciais, que não alteraram a política econômica do Governo.

A matrícula dos excedentes, além de envolver medida de simples rotina, não alcançou os efeitos devidos, segundo se está vendo, diariamente, nos órgãos da imprensa do país. O aumento da cobrança do imposto relativo a combustíveis líquidos, se evitou um reflexo imediato sobre qualquer aumento do custo de vida, por outro lado, agravou as dificuldades dos Estados, retirando-lhes parcela de recurso, sobre o qual, aliás, não podia o Governo deliberar por ato seu, de legislação ordinária.

Além disso, vê-se, que depois dessas medidas iniciais, de superfície, o Governo mantém todo o sistema, todas as linhas fundamentais da política anterior, embora assinalando que inovações nelas seriam introduzidas.

No discurso de posse, o Ministro Hélio Beltrão anunciou perspectivas geradoras de esperança para o povo brasileiro e assinalou, com ênfase,

"O desenvolvimento há de ser, portanto, o nosso objetivo básico, do qual se há de condicionar toda a política nacional, no campo interno como nas relações com o exterior".

E precisando sua linha de pensamento, aditou:

"O segredo do desenvolvimento é o esforço produtivo. Ainda não se inventou nenhuma fórmula capaz de operar o milagre do desenvolvimento sem trabalho. Não há qual for a orientação do Governo e a teoria econômica que adotar, os inimigos a qualquer continuidade sendo a inércia, a ociosidade, a capacidade ociosa, parasitismo, a desorganização, a incompetência, a inércia, bem paga, o trabalho mal remunerado".

Nas mesmas águas, aparentemente bonançosas, navegou, a muito depois, o nobre ministro da Fazenda. Logo após a posse, declarou:

"Felizmente temos todas as condições para a realização do desenvolvimento econômico planejado, e não há nenhuma razão pela qual possamos alcançá-lo".

Era Governo, portanto, que proclamava as facilidades do desenvolvimento dentro do critério de valorização do homem. E, pouco depois, já em abril, ainda o Ministro da Fazenda transmitia à Nação essa palavra de esperança:

"No Brasil, há muito que fazemos a grande opção. Essa opção realça o máximo desenvolvimento econômico possível dentro de um quadro democrático, em que tal desenvolvimento não é encarado como um fim, mas sim como um instrumento capaz de facilitar e permitir a mais plena realização do homem dentro da sociedade".

Davam, por esta forma, os governantes, ao país, a impressão de que era possível promover, de pronto, a ação administrativa no sentido do desenvolvimento econômico e social, resguardada a linha de valorização do ser humano. Essas medidas anunciadas justificaram — digo-o com a inuspeição de quem teve entendimento contrário — certas esperanças, em diferentes ângulos da população e até entre os integrantes da Oposição.

E' que, Sr. Presidente, já havia, e depois ainda mais se desenvolveu, no programa do Movimento Democrático Brasileiro, a diretriz de defender uma política econômica de desenvolvimento nacional, através de planejamento global e setorial, objetivando a abolir a miséria, a fome e a insegurança, elevar o nível do povo brasileiro, assegurar o pleno emprego, garantir a justiça social. E mais: equidade na distribuição dos ônus sociais e econômicos decorrentes do esforço para o desenvolvimento no país.

Não é outro o pensamento que se substancia nos objetivos fundamentais da Frente Ampla, entre os quais se destacam: "retomada da política de desenvolvimento nacional com expansão do mercado interno pelo aumento da produção e do salário, ampliação das conquistas sociais, sobretudo por maior presença e participação dos trabalhadores na política econômica e social".

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. acaba de ler um dos tópicos mais importantes do programa do nosso Partido, o MDB. Na verdade, o problema de ordem econômica deste país é substancial para que possamos atingir a meta aspirada por todos os

patriotas, que é a emancipação econômica do Brasil.

Concordo inteiramente com seu ponto de vista na parte em que considera um exagero, um excesso de otimismo do Ministro, quando das declarações que V. Exa. acabou de ler; excesso de otimismo, porque irreparável num país com os problemas complexos que S. Exa. tinha para resolver. Não era possível promover um desenvolvimento rápido, sem embarras, como S. Exa. alegava, dando esperança ao País, nas circunstâncias atuais, até da organização social e política do Brasil. Possível seria se tivéssemos aqui um sistema de organização russa, a que V. Exa. se referiu. E há de permitir-me discordar ligeiramente de seu ponto de vista nesse aspecto, dada minha condição de anticomunista, reconhecida em toda parte, e já sofri esse regime quando governei meu Estado. Há de permitir-me declarar que, num país como a Rússia, mobilizada em todos os aspectos, no sentido de tornar o homem, não um homem humano livre, mas um ser instrumento do Estado, máquina do Estado, na Rússia seria possível tentar uma boa doutrina e proporcionar um desenvolvimento rápido em qualquer setor econômico ou social, porque as classes, a coletividade russa — como sabe V. Exa. — é coletividade que não pensa, é coletividade que, na verdade, se educa mais dentro de um regime preestabelecido. Não há liberdade de opinar, não há liberdade para censurar, não há liberdade de tomar os caminhos devidos, os caminhos concebidos ou considerados convenientes para cada um. Enfim, sendo o homem máquina do Estado em uma coletividade transformada em máquina do Estado, é possível receber de um Chefe de Governo essa declaração que foi feita, ao tempo, pelo Ministro Hélio Beltrão, a qual V. Exa. acabou de ler.

Porque a ordem é uma só, a unidade, uma só, e, nessas condições, seria possível promover um desenvolvimento rápido, como acabei de dizer, em qualquer dos setores — social, econômico, financeiro — porque ninguém desobedeceria a essa ordem. Entretanto, devo declarar a V. Exa.: com todos os males que temos atravessado, com autoritarismo, com abuso do poder, com revoluções sem coordenação, sem idealismo preconcebido, sem preparação de massas populares, prefiro, ainda, a desorganização atual do nosso país a essa organização que existe na Rússia soviética, na União Soviética, onde, para mim, toda essa educação falha, toda essa coordenação, esse fator cultural a que V. Exa. tanto se referiu, com exaltação, tudo, para mim, é falso, num regime onde não há garantia, onde não há liberdade. Dirá V. Exa. que, em nosso país, o mesmo ocorre com relação às liberdades públicas. Combino com V. Exa. que temos registrado, a cada instante, abusos dessa natureza, mas acidentais. De quando em vez, há reação popular, há reação das massas e o país retoma o caminho normal, respeitando a liberdade individual, a liberdade do cidadão, a iniciativa privada, e, por essa forma, marchando para o futuro promissor que todos desejamos. Quero assinalar apenas isto: excesso de otimismo dessa natureza não se poderia justificar por parte de uma declaração do Governo, no início da sua ação governamental. Mas, prefiro a desorganização atual a essa possibilidade de bruscamente, rapidamente, promover-se o desenvolvimento econômico de um país, sacrificando-se a liberdade do ser humano que, para mim, é o maior dom, como já se tem dito, que Deus deixou para a Humanidade: o respeito à liberdade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Já assinalai, nobre Senador Argemiro de Figueiredo, a par das virtudes, os vícios da organização social e política da União Soviética.

O problema não é estabelecer — e eu não estabeleço — preferência entre aquele e o regime capitalista, na plenitude dos privilégios atualmente vigentes na maioria dos povos desenvolvidos. Entre um e outro, não aspiro nenhum deles, aspiro, antes, a viver num regime de socialismo democrático, de plena igualdade de todos os indivíduos, diferenciados apenas por suas aptidões, por sua capacidade de trabalho, todos, porém, no gozo efetivo das liberdades fundamentais.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Este é o programa do nosso Partido.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Então, V. Exa. convira, afinal, comigo, em que o nosso Partido, se não deseja o regime soviético, também não aspira à manutenção do quadro dominante no Brasil.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — O quadro dominante no Brasil ainda não tem definição pura, definição legítima. Os caminhos não estão abertos; há necessidade de uma reestruturação básica, em todos os setores — social, educacional, econômico, político — para que possamos marchar para uma política de valorização do homem, sem sacrifício da iniciativa privada, da economia capitalista, uma política progressista em que todos os seres humanos possam viver, bem, dignamente, e o País possa prosperar para a felicidade de todos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tem razão V. Exa. quando adverte que o regime brasileiro é indefinido. É indefinido e indefinível, pois que não há estrutura num regime sem filosofia social, política e econômica.

O movimento militar de 1934 não representou, na conquista do poder, a vitória de uma revolução, que significava sempre, no mundo, a vitória de um sistema de princípios, através dos quais se objetiva a realização de determinados fins.

O movimento militar foi um acidente, no quadro político, e somente depois de instantânea e surpreendentemente vitoriosa é que buscou estabelecer algumas linhas, senão para o futuro, para a manutenção do poder.

Por isso mesmo não há segurança de programa nem de informação, por parte dos dirigentes, dos chefes, dos que buscam interpretar o chamado pensamento revolucionário. Por isso, igualmente, os Ministros, muito dos quais chamados para a revolução depois dela vitoriosa e, em consequência, sem participar, sequer, do entusiasmo da vitória, não puderam e não podem expressar, nem uma linha de comportamento uniforme, nem um conhecimento seguro dos problemas do país e das soluções mais aconselhadas.

V. Exa. mesmo, nobre Senador Argemiro de Figueiredo, acabou de admitir-me, assinalando o excessivo entusiasmo com que dois dos atuais Ministros anunciaram ao país uma política de desenvolvimento acelerado e com segura valorização do homem. Os fatos estão gradualmente a desmentir-lhes.

Pior, porém, é que, decorridos alguns meses do início da atual administração, insistiu ela na sustentação daquelas teses iniciais. Ao ser elaborado o que o Governo chamou "Programa estratégico de desenvolvimento", essas linhas essenciais foram confirmadas e o Governo assinala que o seu objetivo é alcançar uma expansão de 5 a 6% ao ano, na capacidade de produção de bens e serviços, e um crescimento do produto, de, no mínimo, 6% ao ano.

E, em seguida, esclareceu que "o seu programa estratégico visa a atacar, rigorosa e diretamente, as causas de elevação de custos: elevar a eficiência do sistema produtivo e de modo especial, a do setor público; possibilitar a expansão da produção procurando enfrentar e resolver as principais deficiências e pontos de es-

trangulamento da infra-estrutura: habilitar o homem brasileiro para o processo de desenvolvimento".

Já em execução esse plano, a Nação, entretanto, não tem notícia fundada de que tais diretrizes estejam sendo executadas. Tanto mais surpreendente é o que se apura na elaboração deste mesmo plano estratégico, o atual Governo condena, em vários ângulos e dos mais importantes, a política do seu antecessor.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. tem toda a razão. Desenvolvimento acelerado é muito difícil num País onde um operário brasileiro, tirando dos seus magros salários, alimentação, aluguel de casa, luz, e água, resta-lhe apenas 20% para vestimenta, transporte e inquilinatos. E, e último, aumentando sempre e cada vez mais o seu valor.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Antecipa V. Exa. dados de que me valeria. Chegam, porém, com oportunidade, pois que essas cifras servem para revelar a profunda distância entre o que o Governo anuncia e o que a sua política proporciona. Anunciando aquelas medidas, o Governo não cuidou, sequer, de modificar o que seria o pressuposto básico, indispensável para conquistar seus objetivos, isto é, o Governo não buscou o apoio da opinião pública, a adesão da comunidade nacional sem a qual, em nenhum País do mundo, nenhum Governo realizou modificações de profundidade.

Tanto menos poderia descuidar-se desse aspecto quando, para ele, e no Governo anterior, já havia chamado a atenção um economista ilustre, Dias Leite, numa de suas publicações. O Governo, entretanto, temendo a reação do quadro que o sustenta, manteve a política do seu antecessor, de distância, digo melhor, de divergência profunda entre a administração e o povo. O povo não é, de qualquer modo ouvido, auscultado. É apenas vigiado e limitado nas suas atribuições e nos seus poderes de crítica.

Mas o Governo, depois de assinalar o seu propósito de aumentar a produção e a produtividade agrícola, notou, por igual, que promoveria o desenvolvimento industrial. Quanto a este último, o Governo destacou quatro aspectos principais, que seriam atacados:

a) o uso orgânico e flexível dos instrumentos de estímulo, política de financiamento, política de tarifas, etc;

b) a solução de problemas específicos dependentes dos poderes públicos: distorções tributárias, suprimento de insumos, entraves burocráticos;

c) concessão de incentivos à racionalização de estruturas e ao aumento da produtividade, especialmente nos setores tradicionais;

d) o desenvolvimento da pesquisa tecnológica.

Em realidade, tem passado sobre esses objetivos por sua superfície apenas. Somente medidas transitórias foram adotadas para o benefício de alguns setores das atividades produtivas do país, mas ainda não há qualquer providência de profundidade, no sentido de alcançar objetivos para o futuro. Basta que se pergunte que tem feito o Governo para o desenvolvimento da pesquisa tecnológica.

Não precisarei demorar no exame desse problema, pois que o nobre Senador José Ermirio, em repetidas pronunciamentos nesta Casa e em fóruns de vários problemas tem trazido ao nosso conhecimento o que há de atraso na ação do Governo, quanto ao desenvolvimento das pesquisas tecnológicas.

E ainda agora as próprias divergências situadas na área do Governo a propósito da pesquisa nuclear, indicam que não há segurança de pro-

pósitos nem uniformidade de métodos de ação. O Governo varia de diretrizes e muda de objetivos exatamente porque não só não tem um programa a cumprir, como não dispõe de quadro perfeitamente ajustado à realização desses objetivos...

O Sr. José Ermirio — Muito bem.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... que só podem ser alcançados quando oriundos de um plano. E só há plano, Sr. Presidente, no mundo de nossos dias, quando há um sistema de princípios que limite e oriente a ação dos governantes.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

Sr. José Ermirio — De fato, Senador Josaphat Marinho, a pesquisa, no Brasil, talvez seja das mais fracas no mundo. Agora mesmo a Índia está montando uma usina de energia nuclear de 15 megawatts, partindo do tório, e nós, que possuímos a segunda reserva de tório do mundo, não nos dispomos, no momento, a estudar o problema. Assim não é possível o país progredir.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas, se sairmos do setor industrial e técnico para o setor do desenvolvimento agrícola, já aqui, também, em alguns pontos examinados, veremos que não é menor a inação, a ineficiência do Governo. No seu plano estratégico, cogia de elevação da produção e da produtividade agrícola, sando:

"A transformação da agricultura tradicional mediante mudança de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos. Expansão das facilidades de crédito. Fortalecimento do poder de compra da população rural".

Não sou especializado neste problema, mas, nesta Casa, entre outros Senadores, o nobre Senador Aurelio Vianna já tem cuidado do assunto, inclusive para demonstrar a falta de sistematização dos trabalhos, no plano nacional.

De outro lado, a Nação e esta Casa do Congresso jamais receberam informações seguras, dados objetivos e claros sobre o procedimento dos órgãos incumbidos de promover a reforma agrária no País. O que se sabe de mais claro é que se continua a proceder a levantamentos, a organização de estatísticas e de cadastros, quando estatísticas e cadastros não reduzem a miséria do trabalhador rural, que necessita, sim, de educação, de mecanismos apropriados para seu trabalho, de salários adequados às suas necessidades e à realização dos seus objetivos no campo.

É curioso, entretanto, assinalar que o Governo, assim procedendo, o vem fazendo depois de criticar o seu antecessor e, sobretudo, no que chamou a visão geral da economia do país.

No Programa Estratégico de Desenvolvimento, o atual Governo desdobra, com seriedade, liras críticas a ação do seu antecessor. Assim, e depois de outras apreciações, dito esta:

"Uma parcela das dificuldades encontradas pelas empresas naquele período — isto é, 1964-1965 — com referência à falta de demanda, pode ter sido ocasionada, portanto, pela redução em termos reais da despesa governamental.

O aumento de disponibilidade em termos reais de cerca de 3% deve ter contribuído, em 1965, para atenuar os efeitos adversos sobre a demanda; mas esse efeito foi em parte anulado pelo excessivo crescimento da receita do Governo, a taxa de 11% em termos reais, representando uma substancial redução na renda disponível e, consequentemente, na demanda do setor privado".

Continua, porém, o texto da "visão geral":

"O aumento da receita real, além de reduzir a renda disponível e, portanto, a demanda do setor privado, contribuiu também para agravar as dificuldades enfrentadas pelas empresas para a obtenção de capital de giro".

Não param aí, porém, as críticas. O Plano Estratégico, estrategicamente, prossegue:

"O aumento da receita do Governo contribuiu também, de certa forma, para aumentar o custo de produção das empresas. O Imposto de Consumo entre 1965 e 1963 apresentou uma elevação apreciável, o que pode indicar aumento nos custos de produção, apesar do fato de ter havido uma queda nos níveis de arrecadação desse tributo em 1965, dadas as isenções fiscais concedidas naquele ano".

Mas o Plano Estratégico, visando a informar a Nação, estou certo também de que visando a reduzir a culpa do atual Governo sobre as dificuldades nacionais, insistiu na análise de outros aspectos da administração anterior, e assim diz:

"Paralelamente ao aumento da carga tributária, o Governo adotou uma política mais realista na fixação das tarifas dos serviços públicos, visando à diminuição dos déficits operacionais de suas empresas e ao aumento da capacidade de investimentos das concessionárias. Embora se trate de medidas indispensáveis, não só ao combate à inflação como ao reequipamento dos setores abrangidos, tiveram elas impacto considerável quer sobre as empresas, na forma de aumento de custos, quer sobre os índices de custo-de-vida. Esse impacto se fez sentir principalmente no exercício de 1965".

Adiante, o Plano Estratégico assinala que o Governo, para evitar o agravamento da inflação, houve de reduzir o percentual do aumento de salários e que, em princípio, o fez bem. Mas o Plano Estratégico elucidica:

"No entanto, as projeções da inflação que se verificaram nos períodos subsequentes aos reajustes foram subestimadas, o que tornou o reajuste inferior ao necessário para manutenção do poder aquisitivo dos assalariados. Com isso constatou-se uma queda dos níveis de salários reais, provocando uma diminuição da demanda global de bens e serviços".

A propósito dessa particularidade, deu-nos, neste plenário, dados, cifras e informações altamente esclarecedoras o nobre Senador Carvalho Pinto, em discurso com que, em maio deste ano, analisou a situação econômico-financeira do País. Por certo que, em outro pronunciamento, mais particularizado, sobre a política salarial e a situação dos funcionários civis e militares e dos trabalhadores, assim como dos técnicos, voltarei a valer-me dos subsídios que Sua Excelência trouxe a nosso conhecimento.

E certo, Senhor Presidente — devo assinalar, por dever de correção — que os autores do plano estratégico observam que, em 1966, a situação econômico-financeira melhorou, inclusive houve mais estímulo às atividades reprodutivas. Mas também se reconhece, geralmente, que tais fatos, concorreram para um **reaceleramento dos dados inflacionários**.

Contudo, ainda o propósito de 1966, o atual Governo pondera:

"De fato, o nível geral de preços cresceu em cerca de 40%, enquanto que a expansão de meios

de pagamento foi, praticamente, a metade, evidenciando um aumento substancial da velocidade de circulação da moeda".

E, conclusivamente:

"O aumento excessivo da carga tributária provocou uma drenagem dos recursos próprios das empresas para o Governo, que os utilizou no financiamento de seu déficit".

Diante de todos esses dados oficiais cumpre-nos concluir, Senhor Presidente, com algumas observações. Em primeiro lugar, uma de duas: ou a situação do País, mencionada pelo atual Governo, e a de dificuldades, como reflete o Plano Estratégico — e, neste caso, não podiam os novos Ministros anunciar o desenvolvimento acelerado, com a crescente valorização do homem — ou a situação econômico-financeira não correspondia ao que se inscreveu no Plano Estratégico, e, nesta hipótese, não há desculpas para o atual Governo, na falta de providências energéticas, vigorosas e criadoras de novo sistema de vida no País.

O que não se pode admitir é que o Governo anuncie facilidades, a expectativa de que a Revolução recuou o Brasil, restaurou-lhe as finanças, revigorou-lhe a economia, deu-lhe paz e tranquilidade, e, em seguida, não promovendo as reformas consequentes e que seriam fáceis, então, diante desse quadro de ordem, de segurança dominante no País.

Por que não implantou o Governo, até agora, a reforma administrativa, quando seus ministros, a começar pelo do Planejamento, anunciavam que ela é básica para todo o desenvolvimento nacional. Por que não o fez, se o Ministro do Planejamento declara que o grave problema do funcionalismo no País, cujos seus salários está no seu número excessivo.

Por que insiste o Governo em manter-se na rotina, sustentando o mesmo quadro de privilégios econômicos e sociais que encontrou. Se por ele não é responsável, nem por isso está menos obrigado a cuidar de transformá-lo, para reduzir as dificuldades sociais e econômicas.

Vê-se, portanto, que apesar do que anunciou, o Governo, até aqui, não adotou medidas consentâneas com um processo de desenvolvimento e, ainda menos, de desenvolvimento acelerado — visando à crescente valorização do homem. Tanto menos admissível é o critério, quanto o Governo, dizendo, enfaticamente, que optou pelo desenvolvimento, pelo progresso social, se recusa a modificar a política salarial, quer quanto aos servidores civis e militares, quer quanto aos trabalhadores e aos técnicos.

Sobre esses dois ângulos, entretanto, espero voltar à tribuna, pois que o tempo não me permite analisá-los, e nem seria justo que cansasse tanto os meus nobres colegas.

Nete-se, porém, Senhor Presidente, que enquanto o Governo mantém esse critério, os preços estão subindo. E não estão subindo apenas pela tolerância do Governo com relação aos produtores e aos comerciantes que, na sua generalidade, visam aos seus lucros e não à economia popular. Os preços estão crescendo, também, com o assentimento do Governo. Ainda, há pouco, os jornais publicaram a concessão de aumento de preços de remédios até o limite de 25 por cento. Mas uma publicação da própria Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica esclarece que a SUNAB permitirá a revisão desse percentual, para majoração, segundo as situações concretas que forem analisadas. E o jornal "Correio da Manhã" noticiou que na base do previsto, há aumentos de preços de remédios que poderão chegar até a 60 %, nas transações por atacado.

De outro lado, para confrontar estas dificuldades com a desgraçada situação da grande massa pobre do País *O Estado de São Paulo* publicou, ainda no mês de outubro, que se alastrava no País a doença, precisando:

"Esquistossomose e Moléstia de Chagas são, pela ordem crescente de importância, os dois mais graves problemas médicos-sanitários que o mundo enfrenta".

E acrescenta:

No Brasil a primeira, ou seja a esquistossomose, afeta a seis milhões de pessoas e a segunda, a moléstia de Chagas, três milhões e quinhentas mil pessoas".

Equanto assim se alastra a doença, o Governo contém os salários. Cumpre lembrar porém, Senhor Presidente, segundo lição da História, que os governos passam, mas o povo sobrevive mesmo no sofrimento. (*Muito bem*) (*Muito bem*) (*Palmas*)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Oscar Passos
Flávio Grito
Milton Trindade
Clodomir Milet
Victorino Freire
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Domício Gondim
José Leite
Guido Mondim
Milton Campos
Carvalho Pinto
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Celso Ramos
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Está encerrado o período destinado ao Expediente.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido o seguinte:

Brasília, 7 de novembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Bezerra Neto, que se encontra ausente, pelo signatário da presente comunicação, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Aurélio Vianna, Líder.*

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — De acordo com a solicitação do nobre Senador Aurélio Vianna, a Mesa designa Sua Excelência para integrar a Comissão Mista, do Congresso Nacional, que dará parecer ao Projeto de Lei número 13, de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — A Presidência recebeu telegrama do Presidente da Comissão Executiva da Terceira Exposição Agropecuária, Sr. Augusto Reichou, convidando membros desta Casa para a inauguração da citada Exposição, a realizar-se em Blumenau, Santa Catarina, no dia 11 do corrente.

Para representar o Senado a Presidência designa os Srs. Senadores Celso Ramos, Atílio Fontana e Antônio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — A Presidência recebeu o Ofício nº 731, de 27 de

outubro, da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, pelo qual remete proposta de emenda ao texto da Constituição do Brasil, no tocante à letra "a" do § 1º do art. 16.

Como não se acha cumprida a exigência constitucional, contida no art. 50, § 4º, pela qual a proposta a ser apresentada no Senado Federal deverá ter sido aceita por mais da metade da Assembléia Legislativa dos Estados, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria de seus membros, o expediente enviado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara ficará na Secretaria da Presidência até que se complete a exigência constitucional para sua tramitação.

O SR. PR. NTE:

(*Moura Andrade*) — A Presidência recebeu, hoje, do Presidente da República, Mensagem, sob nº 753, de 6 do mês em curso, encaminhando o Projeto de Lei para tramitação na forma estabelecida no art. 54, § 3º, da Constituição.

Trata-se de projeto que reajusta vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências.

Para leitura do expediente e demais providências iniciais da tramitação da matéria, previstas no art. 1º da Resolução do Congresso Nacional, nº 1, de 1967, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 7 de novembro, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Desta convocação está sendo feita comunicação ao Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PR. NTE:

(*Moura Andrade*) — Sobre a Mesa, Requerimentos de Informação que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 996, de 1967

Requeremos que, observadas as normas regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1) Qual o preço mínimo estabelecido para o cacau na recente Reunião dos países produtores e consumidores, e da qual participou o Brasil?

2) Qual a cota atribuída ao Brasil para colocação de suas safras, nas decisões da Reunião referida?

3) Na Reunião mencionada, foram resguardados os interesses do Brasil, inclusive com relação à política do Mercado Comum Europeu? Como?

4) Como foi resolvido, nessa convenção, o problema de diferenciais de preço entre o cacau baiano e o cacau africano?

5) Nos entendimentos firmados ou encaminhados, foi preservada a industrialização do cacau brasileiro no território nacional?

6) O mecanismo convencionado para comercialização das safras poderá alterar a estrutura e a posição das organizações atuais do mercado interno brasileiro?

Justificação

A celebração de novo Acordo entre os países produtores e consumidores do cacau vem despertando inquietação na economia nacional. Na Bahia, especialmente, dado o volume de sua produção de cacau, o problema já vem provocando manifestações de produtores, que apelam para esclarecimentos e providências do poder público.

Diante de notícias correntes sobre pontos firmados pelos Delegados dos países produtores e consumidores, e

que deverão ser levados à Confederação de Cacao das Nações Unidas, a realizar-se, provavelmente até o fim de novembro próximo, pedem ação oportuna do Governo, que evite possível dano aos interesses do País.

Agora mesmo, em Salvador, Doutor Antônio Caldas Coni, produtor de cacau, prestou declarações à imprensa ("Diário de Notícias" de 22 de outubro de 1967), a propósito do assunto. Entre outros aspectos, observou que:

1º Segundo anunciado, o Acordo se baseia na exportação do produto primário, para ser industrializado no exterior; no estabelecimento de estoques regulares, financiados, como querem os magnatas da indústria, pela própria lavoura; numa política de excedentes que, de fato, não existem, relevando que até o presente jamais sobrou um saco de cacau de um para outro ano;

2º Quando os preços vão melhorando no mercado, passam os tais acordos a ser anunciados nos jornais e tudo funciona com as características da mais deslavada das manobras baixistas, concretizadas nas violentas oscilações de preços;

3º A união dos países produtores, preços, com base na indústria intermediária, isto é, na transformação subprodutos não deterioráveis (massa, manteiga e torta), criada "uma infra-estrutura para esta industrialização", concorreria para o controle do mercado.

Argue, ainda, a necessidade de melhor institucionalização dos órgãos oficiais que interferem na econômica cacaueira. Por fim, o entrevistado põe em relevo o perigo de transplantação de outro tipo de cacau para o meio brasileiro, particularmente para as terras do sul da Bahia, sem experiência seguras de conveniências da medida.

Em face dessas e outras circunstâncias que estão sendo discutidas, é de toda oportunidade que o Governo preste os esclarecimentos indispensáveis ao Congresso Nacional e, assim, oponha em geral.

É o que objetiva o requerimento. Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1937. — Senador Josephat Marinho, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 997, de 1967

Senhor Presidente,

O Senador que esta subscreve, vem requerer a Vossa Excelência, na forma regimental, se digne solicitar ao Banco Central do Brasil, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, as informações seguintes:

a) qual o montante da receita do Fundo de Estímulo Financeiro ao Produtor Rural — Funfertil, demonstrando-se as parcelas integrantes das ceitas fornecidas pelos acordos de empréstimos firmados pelo Governo Brasileiro com a A.I.D., das dotações do Orçamento da União, e, principalmente, as que foram atribuídas pelo Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura — GERCA;

b) qual a razão que impede a concessão de financiamento pelo Funfertil às lavouras de café e cana-de-açúcar, quando é certo que grande parte dos recursos do Fundo são fornecidos pela cafeicultura nacional?

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1937. — Senador Adolpho de Oliveira Franco.

REQUERIMENTO Nº 998, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder

Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, por que motivos serão adquiridos motores, da marca "Burmeister Wein", da Dinamarca, ao preço unitário de um milhão de dólares, uma vez que os mesmos já são fabricados no Brasil, e a quais navios os mesmos se destinam?

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 999, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Banco Central da República do Brasil, se foi firmado convênio com bancos particulares destinado a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro, beneficiando ruralistas, a exemplo do que foi feito no Estado do Rio Grande do Sul?

Sala das Sessões, em 7-11-67. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 1.000, de 1967

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — quando será restabelecido o sistema de cotas de exportação de algodão, porque ante a perspectiva de incremento das exportações do produto, os preços do mercado interno subiram, acarretando aumento do custo dos seus artigos têxteis.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos serão publicados.

O requerimento de autoria do Senhor Senador Adolpho Franco, depois de publicado, irá à Comissão de Economia;

O requerimento de autoria do Senhor Senador Josephat Marinho, pedindo informações ao Ministério da Fazenda, também irá à Comissão de Economia.

O requerimento de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Ministério das Relações Exteriores, irá à Comissão de Relações Exteriores.

O requerimento de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, pedindo informações ao Poder Executivo, através do Banco Central da República, irá à Comissão de Economia.

O requerimento do Senhor Senador Vasconcelos Torres pedindo informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, irá à Comissão de Economia e de Justiça.

O SR. JOSAPHAT MARINHO

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Josephat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, é apenas para pleitear do V. Exa. que assinale junto a ilustre Comissão de Economia a necessidade de pronunciamento urgente sobre requerimentos, pelo menos, a propósito de requerimento como o que encaminhei, porque, se a tramitação obedecer à rotina do exame dos pareceres, evidentemente, o pedido perde a sua oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Quando, pelo Regimento, há necessidade de subme-

ter requerimento de informações à deliberação de Comissões, a Presidência procura restringi-lo ao pronunciamento de uma única Comissão, excepcionalmente ao de duas e o solicita, sempre, em caráter de urgência, dada a natureza do requerimento. Em se tratando de um pedido de informações, a urgência está, diretamente, ligada à natureza da solicitação, pois que os fatos podem superar o pedido ou desaparecer as razões que determinaram a formulação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1967, de autoria do Senhor Senador Oscar Passos, que declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 635, 636 e 637, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade; de Segurança Nacional e de Finanças.

A discussão do projeto, em seu segundo turno, havia sido encerrada em 27 de outubro. Em votação o projeto em seu segundo turno.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1967

Declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2:

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1967, de autoria do Senhor Senador Lino de Mattos, que institui o "Dia do Gráfico", tendo Parecer favorável, sob número 718, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão do projeto, em seu segundo turno, foi encerrada na Sessão de 27 de outubro.

Em votação o projeto em seu segundo turno.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 1967

Institui o "Dia do Gráfico".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "Dia do Gráfico", a ser comemorado anualmente, no dia 7 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 3:

Votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 87, da autoria da Comissão Diretora, que cria um cargo de Médico, símbolo PL-3, no Quadro da Secretaria do Senado Federal. (Projeto aprovado, em primeiro turno, na Sessão de 26 de outubro de 1967.)

O projeto foi aprovado, em primeiro turno, no dia 26 de outubro. Em discussão o projeto, em seu segundo turno.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. Em votação o projeto, em seu segundo turno.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 87, DE 1967

Cria um cargo de Médico, Símbolo PL-3, no Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 1º É criado um cargo isolado de provimento efetivo de Médico, Símbolo PL-3, no Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1967, (nº 41-B/67, na Casa de origem), que revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional, tendo Pareceres, sob ns. 684 e 685, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e de jurisdição, com declaração de voto dos Srs. Antônio Balbino e Aloysio de Carvalho Filho; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela aprovação.

O projeto foi retirado da Ordem do Dia em 13 de outubro, em virtude de aprovação de requerimento de autoria do Senhor Senador Fúlio Müller, a fim de que fosse incluído na Ordem do Dia da Sessão de 26.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Senhores Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 1967

(Nº 41-B/67, na Casa de origem) Revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

Art. 2º São restabelecidas, em todos os seus termos, as disposições das Leis nº 4.592, de 29 de dezembro

de 1964, e nº 4.903, de 17 de dezembro de 1965.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Miguel Arraiza) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B, de 1967, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei número 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências (Projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Sobre a Mesa Parecer da Comissão de Projetos do Executivo, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

A lido o seguinte

PARECER

Parecer nº 805, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B-67 na Câmara) que altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

Relator: Senador José Ermírio.

O projeto ora submetido à nossa consideração decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por escopo precipuo alterar dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dentre as principais alterações dele decorrentes podemos mencionar a substituição do SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e atribuiu ao Conselho de Desenvolvimento daquela Órgão, funções deliberativas.

Na Exposição de Motivos apenas ao processado o Sr. Ministro do Interior assim justifica a proposição:

1º) ao louvar as linhas mestras da SUDAM, o legislador teve como modelo a SUDENE, procurando adotar princípios que tão bom resultado vêm dando no nordeste;

2º) tal objetivo, não foi, no entanto, concretizado, pois a Lei nº 5.173-66, desviou-se do plano organizacional da SUDENE, dando ao Conselho de Desenvolvimento (CODAM) funções meramente opinativas;

3º) ora o referido Conselho destituído de poder deliberativo, da competência de estabelecer diretrizes e fixar objetivos, de aprovar planos, orçamentos, contratos, convênios se priva da própria razão de existir; havendo fundamental incongruência entre as intenções inerentes à sua estrutura e a tarefa que por lei lhe incumbiu;

4º) o objetivo precipuo do projeto é assim promover a retificação das incoerências de estrutura apontadas na SUDAM promovendo assim a adequação do órgão e da função de potencialidade de seus fins;

5º) finalmente, atendendo às ponderações dos dirigentes daquele Órgão, no sentido de assegurar maior brevidade aos processos referentes aos incentivos fiscais, dispôs-se expressamente sobre a possibilidade de delegação de competência do Superintendente para decidir sobre essa matéria, antes de alçada privativa do Conselho.

A matéria foi devidamente apreciada pelas Comissões Técnicas da Câmara, tendo a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia após relacionar algumas deficiências apresentadas no substitutivo, buscando corrigi-las. Dito substitutivo, perfilhado pelo plenário daquela Casa, veio a constituir-se no projeto sob exame.

Quando do debate sobre a matéria o ilustre Deputado Nunes Leal em sua declaração de voto fez restrições ao projeto salientando:

a) ser lamentável que se peca a alteração da Lei nº 5.173-66, sem ao menos testá-la;

b) que as diferenças de estrutura entre a SUDENE e a SUDAM que ora se deseja eliminar foram ditadas pela diversidade de características das regiões norte e nordeste;

c) que a falha fundamental do Projeto e do Substituto é a constituição do Conselho Deliberativo, composto de 26 membros, a se reunirem mensalmente, para decisões que exigem estudo e tempo, salvo se se quiser meramente sancionar o que a decisão da SUDAM apresentar.

E entendemos entretanto que a matéria, pela sua relevância deve sofrer algumas modificações para melhor atender as suas finalidades.

Apresentamos assim nosso parecer favorável com as seguintes emendas:

AMENDA Nº 1 (CPE)

Ao art. 5º o seu parágrafo:

Exclua-se o referido artigo e seu parágrafo;

EMENDA Nº 2 (CPE)

Ao art. 8º:

Suprima-se no artigo 1º do Projeto o artigo 8º, mantendo-se o texto da lei integralmente.

EMENDA Nº 3 (CPE)

Ao art. 14:

Suprima-se a alínea m do artigo 14, acrescentando-se ao artigo 3º um parágrafo único com a seguinte redação:

"Artigo 3º —

Parágrafo único — A SUDAM terá um único Regimento Interno aplicável ao Conselho Deliberativo, à Secretaria Executiva e Unidades Administrativas.

EMENDA Nº 4 (CPE)

Ao art. 15:

Redija-se da seguinte forma o parágrafo 1º do artigo 15, suprimindo-se, em consequência, o parágrafo 2º e 4º do mesmo artigo:

"Parágrafo 1º — O Conselho deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros, sob a presidência de um deles, escolhida na forma regimental.

EMENDA Nº 5 (CPE)

Ao art. 16:

Redija-se da seguinte maneira:

Art. 16. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S. A., por um representante do Estado Maior das Forças Armadas, um da Superintendência da Zona Franca de Manaus, um de cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrá-

ria, um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, um da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, um do Conselho Nacional de Pesquisas e um de cada Ministério a seguir mencionado: Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência Social e Transportes.

PARECER DO RELATOR

As presenças no Conselho Deliberativo da SUDAM do Ministro do Trabalho e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico são, realmente, imprescindíveis. O art. 16 do substitutivo já prevê o segundo e omite o primeiro. Somos pela representação de ambos. No tocante às indicações de representante das Universidades considero-a excessiva. Se o Ministério da Educação já se faz representar seria de todo não recomendável aproveitar-se setores outros do mesmo organismo, o que viria pela pletores de representantes, favorecer o tumulto em conselho técnico e executivo.

Somos, pois, porque seja aprovada em parte a emenda presente.

EMENDA Nº 6 (CPE)

Ao art. 33:

Suprima-se o referido artigo com a redação que lhe deu o projeto em exame, mantendo-se em toda a sua plenitude a redação constante do artigo 33 da Lei 5.173, acrescentando-se ao artigo 2º do projeto em exame.

EMENDA Nº 7 (CPE)

Ao art. 39:

Suprima-se o referido artigo e seus parágrafos 2º e 3º por repetirem letra por letra da redação do mesmo artigo e parágrafos da lei atual.

EMENDA Nº 8 (CPE)

Ao art. 43 — parágrafo 1º:

De-se ao parágrafo 1º a seguinte redação:

Parágrafo 1º — Os servidores da SUDAM serão segurados do Instituto Nacional de Previdência Social, podendo, entretanto, optar por outro órgão previdenciário a que já estejam vinculados.

PARECER DO RELATOR

A presente emenda altera o sistema de contribuição ao FIDAM para que possa o organismo bem cumprir os seus objetivos de assistência aos que se dedicam ao desenvolvimento da Amazônia. Ao nosso entender, a proposição se recomenda pela procedência, não só porque estende o âmbito de garantias ao Fundo, ligando-o definitivamente à sorte da SUDAM, assim como reflete o escopo de atualizar a norma legal em face da Constituição Federal de 1967. Releva notar que o fortalecimento econômico-financeiro do FIDAM repercutirá diretamente em benefícios à agricultura e pecuária, as quais poderão contar com receita orçamentária percentual, à base de 60% da prevista contribuição a 1/3 dos recursos que a Lei de Meios destina à SUDAM.

A presente emenda merece aprovação.

EMENDA Nº 9 (CPE)

Ao art. 45, § 2º:

Substitua-se no parágrafo 2º a palavra operações por obrigações.

EMENDA Nº 10 (CPE)

Ao artigo 57:

Exclua-se o referido artigo 57 e seus parágrafos 1º e 2º por serem mera repetição da lei atual.

EMENDA Nº 11 (CPE)

Acrescente-se ao artigo 57 o seguinte parágrafo:

Parágrafo 3º. O pessoal da extinta SPVEA, aproveitado pela SUDAM, contará, nesse órgão, para todos os efeitos previstos na legislação trabalhista, todo o tempo de serviço prestado anteriormente ao órgão extinto, bem como lhe fica assegurada a efetividade e estabilidade, desde que preencha os requisitos constantes do § 2º do art. 177 da Constituição do Brasil.

EMENDA Nº 12 (CPE)

Inclua-se o seguinte artigo e parágrafo, onde couber:

Art. — O Superintendente da SUDAM poderá, por delegação e *ad referendum* do Conselho Deliberativo da Autarquia, aprovar projetos que interessam ao desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os projetos aprovados na forma deste artigo deverão ser submetidos ao Conselho Deliberativo, com justificativa fundamentada, em sua primeira reunião após a referida aprovação.

PARECER DO RELATOR

Esta emenda, ao que consta, com o apoio dos senadores Catte e Pinheiro, Edmundo Levy e Oscar Passos, pertencentes à Região Amazônica. De nossa parte não vejo porque não se apoiar a intenção dos nobres representantes ao objetivar o desenvolvimento amazônico.

Somos, portanto, pela aprovação. Após o estudo das emendas, concluímos pelo seguinte

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B-67, na Câmara) "que altera dispositivos da Lei número 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência Econômica da Amazônia (SPVEA), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 1º, 11, 13, 14, 15, § 1º, 16, 20, 20, 38, 39, § 1º, 42, 43, 45, alínea a e §§ 2º e 3º, e 48 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia obedecerá às seguintes disposições da presente Lei.

Art. 11. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

a) Conselho Deliberativo;
b) Secretaria Executiva, integrada de Unidades Administrativas.

Art. 13. Compete ao Superintendente o exercício dos poderes que a legislação lhe conferir e especialmente:

a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições conferidas à SUDAM;

b) encaminhar ao Ministro de Estado o Regimento Interno e estrutura da Secretaria-Executiva, para homologação;

c) submeter à apreciação do Conselho Deliberativo os planos e suas revisões anuais;

d) representar a autarquia ativa e passivamente em juízo e fora dele;

e) delegar atribuições ao Secretário-Executivo.

Parágrafo único. — O Secretário-Executivo é o substituto eventual do Superintendente, e desempenhará as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 14. Compete ao Conselho Deliberativo:

a) opinar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as suas revisões anuais e encaminhá-las à aprovação do Congresso Nacional, por intermédio do Poder Executivo, no primeiro trimestre do ano;

b) acompanhar a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia através de relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;

c) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar o uacelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia;

d) aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação de incentivos fiscais;

e) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUDAM e seus órgãos subordinados;

f) aprovar o orçamento da SUDAM e os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinação prevista em lei;

g) apreciar os balanços semestrais e anuais da autarquia, bem como Superintendente;

h) homologar a escolha de firmas auditoras a que se referem os artigos 30 e 31 da presente Lei;

i) aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada com terceiros;

j) aprovar o regimento interno da SUDAM, bem como suas respectivas alterações;

l) opinar sobre a necessidade de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUDAM, inclusive para os encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado.

Art. 15.

Parágrafo 1º. O Conselho deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros, sob a presidência de um deles, escolhido na forma regimental.

Art. 16. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S. A., por um representante do Estado Maior das Forças Armadas, um da Superintendência da Zona Franca de Manaus, um de cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, um da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, um do Conselho Nacional de Pesquisas e um de cada Ministério a seguir mencionado: Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência Social e Transportes.

Art. 20. Constituem recursos da SUDAM:

I — dotações plurianuais, nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, consignadas no Orçamento da União;

II — as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

III — o produto de operações de crédito;

IV — o produto de juros de depósitos bancários, de multas e emolumentos devidos à SUDAM;

V — a parcela que lhe couber, do resultado líquido das empresas de que participe;

VI — auxílios, subvenções, contribuições e doações das entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

VII — as rendas provenientes de serviços prestados;

VIII — a sua renda patrimonial.

Parágrafo único. Os recursos não utilizados em um exercício passarão aos exercícios subseqüentes.

Art. 30. A SUDAM exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com a sua colaboração técnica ou financeira, expedindo laudo em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1º O laudo mencionado neste artigo constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços ou obras, e será sempre fornecido dentro de 30 (trinta) dias após o pedido do mesmo.

§ 2º O representante da União ou da SUDAM, nas assembleias gerais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo de fiscalização passado pela SUDAM.

§ 3º A SUDAM poderá, também, exercer a fiscalização técnica das obras e serviços executados com recursos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, independentemente de sua natureza, origem ou fonte, diretamente ou mediante contrato, com firma especializada de auditoria, de notória idoneidade.

Art. 38. A SUDAM goza de todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 39.

§ 1º A assistência de que trata este artigo poderá ser prestada através de financiamento a longo prazo e a juros módicos ou através de investimentos a fundo perdido na forma das normas propostas pelo Superintendente da SUDAM e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 42. A SUDAM apresentará relatórios anuais de suas atividades ao Ministério do Interior.

Art. 43. A SUDAM contará exclusivamente com pessoal sob regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, inclusive para os encargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Secretariado, sem obrigatoriedade de observância da nomenclatura, níveis salariais e símbolos previstos no Serviço Público Federal, respeitado contudo o mercado de trabalho e ouvido o Conselho Deliberativo.

§ 1º Os servidores da SUDAM serão segurados do Instituto Nacional de Previdência Social, podendo, entretanto, optar por outro órgão previdenciário a que estejam vinculados.

§ 2º O pessoal da extinta SPVEA aproveitado pela SUDAM, na forma do artigo 57 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, enquanto não manifestar a opção prevista no parágrafo primeiro do artigo 5º da referida lei, será segurado apenas do IPASE, aplicando-se, no caso, o artigo 114 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 3º O pessoal da SUDAM, exceto o técnico especializado, será admitido mediante prova pública de habilitação.

Art. 45.

a) quantia não inferior a um terço (1/3) dos recursos orçamentários anualmente destinados à SUDAM;

§ 2º As obrigações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e não atávias no prazo de 10 (dez) anos, com as condições e vantagens estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Os recursos a que se refere a alínea a deste artigo serão depositados pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia S. A. que se incumbirá de sua aplicação, exclusivamente na área amazônica, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, destinando-se pelo menos 60% (sessenta por cento) de seu valor para aplicação em crédito rural, na forma da Lei nº 4.829.

Art. 48. A Secretaria-Executiva e as Unidades Administrativas, terão as atribuições definidas no Regimento Interno da entidade.

Art. 2º Acrescente-se ao artigo 57 o seguinte parágrafo:

“§ 3º. O pessoal da extinta SPVEA, aproveitado pela SUDAM, contará nesse órgão, para todos os efeitos previstos na legislação trabalhista, o tempo de serviço prestado anteriormente ao órgão extinto, bem como lhe fica assegurada a efetividade e estabilidade, desde que preencha os requisitos constantes do parágrafo 2º do artigo 177 da Constituição do Brasil.

Art. 3º. Todas as referências e remissões aos ora extintos Conselho de Desenvolvimento da Amazônia CODAM e Conselho Técnico, constantes de dispositivos não revogados da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, entendem-se como feitas ao Conselho Deliberativo, criado em substituição a esses órgãos.

Art. 4º. Compete ao Conselho Deliberativo, mediante proposta do Superintendente, aprovar a estrutura da Secretaria-Executiva da Autarquia e o respectivo Regimento, submetendo-o à homologação do Ministro de Estado.

Parágrafo único. A SUDAM terá um único Regimento Interno, que será aplicável ao Conselho Deliberativo, à Secretaria-Executiva e Unidades Administrativas.

Art. 5º O Superintendente da SUDAM poderá, por delegação e ad referendum do Conselho Deliberativo da Autarquia, aprovar projetos que interessem ao desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os projetos aprovados na forma deste artigo deverão ser submetidos ao Conselho Deliberativo, com justificativa fundamentada, em sua primeira reunião após a referida aprovação.

Art. 6º. Ficam revogados os artigos 17, 18 e demais disposições em contrário da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Art. 7º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1967. — Carlos Lindemberg, Presidente — José Ermirio, Relator — Rui Palmeira — Petrólio Portela — Paulo Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindemberg para dar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o substitutivo oferecido pela Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. CARLOS LINDEMBERG:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores, Senadores, o parecer foi emitido perante a Comissão de Constituição e Justiça, mandado à publicação, e publicado no dia 28 do mês passado, conforme passo a ler:

1. Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Substitutivo apresentado, pela Comissão de Projetos do Executivo, ao Projeto “que altera dispositivos da Lei nº 5.173,

de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e dá outras providências.

2. O Projeto original já sofreu modificações importantes, na Câmara, tendo, inclusive, recebido substitutivo na Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, que foi aprovado pelo plenário daquela Casa.

3. No Substitutivo da Comissão de Projetos do Executivo, ora em exame, há modificações que melhoram, substancialmente, o Projeto. Convém, no entanto, evitar que a matéria saia do Senado com omissões ou contendo dispositivos que possam ser arguidos de inconstitucionalidade ou injuridicidade. Assim, considero imprescindível que se dê à alínea d, do Art. 14, da Lei nº 5.173, de 1966, esta redação:

“Art. 14.

d) aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação de incentivos fiscais, inclusive o Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967.

4. Acredito, após análise da matéria, que a redação proposta pelo Substitutivo, ao Art. 16, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, tenha oferecido a mas de um critério:

1) manteve a exclusão das Universidades Federais do Conselho Deliberativo da SUDAM, para evitar dois pontos de vista do Ministério da Educação, o qual já estava representado no Conselho.

2) manteve a presença ao FIESP, do INDA e do BNDE, apesar de os Ministérios de que fazem parte já se acharem no mesmo Conselho Deliberativo.

Ora, o Art. 10, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, dá esta constituição ao Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, que o Projeto transforma em Conselho Deliberativo da SUDAM.

1 representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

1 de cada Ministério Civil da República;

1 de cada Estado e Território integrante da Amazônia;

1 do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

1 do Banco da Amazônia S.A.

1 de cada Universidade Federal da Amazônia;

1 dos empregadores rurais;

1 dos empregadores comerciais;

1 dos empregadores industriais;

1 dos empregados rurais;

1 dos empregados comerciais;

1 dos empregados industriais.

Em outras palavras, o Conselho de Desenvolvimento conta, pelo texto da Lei vigente, com quase trinta e cinco membros. Sucede que tal órgão não dispõe de poder de decisão. Suas reuniões, uma vez por trimestre, conforme o Artigo 15, da Lei nº 5.173, de 1966 — serviriam para “opinões” sobre o SPVEA. Compete-lhe acompanhar a execução do plano recomendar medidas e aprovar o regimento interno. Já o Conselho Deliberativo, que o substituirá, vai aprovar projetos, convênios, contratos, orçamentos e programas, vai aplicar a legislação dos incentivos fiscais, apreciar balanços, decidir sobre Pessoal e salários etc. Não pode, portanto, ser composto por número tão amplo de representantes, sob pena de perder muito da eficiência que deve ter.

5. O Projeto aprovado na Câmara reduziu-lhe o número para

27, mesmo incluindo a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. O primeiro é órgão do Ministério da Saúde; o segundo, do Ministério da Agricultura, Ambas as secretarias de Estado, já integram o Conselho, ficando, assim, com dois porta-vozes, enquanto a SUDAM terá apenas — o seu Superintendente. Isso parece ilógico.

6. O Substitutivo da Comissão de Projetos do Executivo inclui, no Conselho, mais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Ministério do Trabalho — ambos omitidos pela Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, da Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo em que admitiu BNDE e Ministério do Trabalho, a Comissão de Projetos do Executivo, se esqueceu dos Ministérios do Interior e da Justiça e, também, das Universidades Federais da Amazônia. Quanto a estas, o Senador José Ermirio, Relator da matéria, argumenta, no seu Parecer:

"Se o Ministério da Educação já se faz representar, seria de todo não recomendável aproveitar-se setores outros do mesmo organismo, o que viria, pela piora de representantes, favorecer o tumulto em conselho técnico e executivo."

7. Admitindo-se como correta a argumentação do Douto Relator da Comissão de Projeto do Executivo, é bom salientar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é órgão do Ministério do Planejamento, o que não impediu fosse incluído no Conselho, o que gera flagrante antinomia.

8. Por outro lado, descreio que o Ministério do Trabalho possa oferecer ao Conselho Deliberativo da SUDAM maior ou melhor contribuição do que o Ministério da Justiça ou o Ministério do Interior. No meu entender, para que não se fira o princípio da isonomia, convém evitar-se a participação de mais de um representante de cada Ministério no Conselho Deliberativo da SUDAM, com exceção dos órgãos de desenvolvimento regional, tais como o BASA e a Zona Franca de Manaus, que são órgãos do Ministério do Interior. Neste caso, esta Secretaria de Estado não teria representante próprio, eis que sua orientação seria indicada pelos órgãos já referidos. Assim, é preferível dar a seguinte redação ao artigo 16, da Lei nº 5.173, de 1966:

"Art. 16. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S. A., por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um da cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, um do Conselho Nacional de Pesquisas e um de cada Ministério a seguir mencionado: Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde e Transportes."

9. Relativamente à alínea a, do artigo 45, da Lei nº 5.173-66 — para a qual, embora não apontada no Parecer, o Substitutivo oferece nova redação — já fora considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que nela enxergou vinculação proibida pelo art. 65 § 3º da Constituição. É verdade que a emenda da Câmara falava em 1% da renda tributária

e a atual fala em um terço dos recursos da SUDAM. Se, na primeira, há vinculação inadmissível, na segunda há matéria financeira de exclusiva competência do Executivo, conforme reiterados pronunciamentos desta Comissão face aos artigos 62, I, e 67, § 1º, da Constituição. No caso, quando inconstitucionalidade não ocorresse, os recursos da SUDAM constam do Orçamento da União, cabendo ao órgão responsável pela aplicação dos recursos do FIDAM apresentar seu programa de trabalho, a cada ano, durante a fase de elaboração orçamentária, a fim de conseguir os destaques convenientes, mediante ampla e clara justificativa.

10. Considero preferível, em face da atual política econômica-financeira do Governo, a redação aprovada pela Câmara, e que é a seguinte:

"Art. 45

a) dotações plurianuais, nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, consignadas no orçamento da União."

11. A redação acima adapta-se melhor à realidade brasileira, não pode ser argüida de inconstitucionalidade nem de injudicialidade e se coaduna perfeitamente com a política econômico-financeira do Governo.

12. Opino, pois, pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Projetos do Executivo, com as alterações apontadas aos Artigos 16 e 45, alínea a, da Lei número 5.173, de 1966.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Solicito ao Sr. Senador Oscar Passos, Relator da Comissão de Finanças, o parecer da mesma.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Lê o seguinte parecer) — O presente projeto — originário de Mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

Quando de sua tramitação na Câmara dos Deputados, a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia daquela Casa, após examinar o projeto originário e as emendas apresentadas, concluiu pela apresentação de um substitutivo que posteriormente se transformou no Projeto de Lei nº 456-B de 1967.

Tal projeto recebeu aprovação do Plenário da Câmara dos Deputados e foi encaminhado ao Senado, para apreciação dessa Casa, recebendo o nº 103-67.

A matéria é de grande relevância e oportunidade, pois tem por objetivo adaptar a referida Lei nº 5.173-66 às novas normas constitucionais vigentes no país e dar à administração da SUDAM maior elasticidade para consecução de seus altos objetivos.

A proposição originária considera a alteração dos artigos 11, 13, parágrafo único, 14, 15, 16 e 45, § 3º.

A Câmara dos Deputados, examinando-a, julgou conveniente mais ampla incursão na lei vigente, e entendeu merecerem alterações, nova redação ou modificação os seguintes dispositivos, inclusive aqueles já indicados: 1º — 3º — 11 — 13 — 14 — 15 — 16 — 20 — 30 — 33 — 38 — 39 — 42 — 43 — 45 — 48 e 57.

Nesta Casa, a Comissão de Projetos do Executivo acolheu o trabalho da Câmara, com algumas alterações,

conforme substitutivo que elaborou, segundo cópia neste processo Deulhe melhor ordenamento, eliminando reproduções desnecessárias, corrigindo referências, unificando remissões, e fazendo explicitações.

No âmbito desta Comissão, por ser matéria de sua competência, deve merecer mais atenção a redação oferecida à alínea "a" do artigo 45.

O substitutivo aprovado na Câmara redigiu do mesmo modo o item I do artigo 20 e a alínea "a" do artigo 45, verbis:

Art. 20

I — dotações plurianuais, nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, consignadas no Orçamento da União."

Art. 45

a) dotações plurianuais, nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, consignadas no Orçamento da União."

Ali, no art. 20, não há dúvida, a fórmula proposta é adequada e diz suficientemente o que pretende. Já a sua transcrição na alínea "a" do artigo 45, é inadequada, ininteligível e ineficaz. Naquele, compreende-se o sentido: quantitativos conceituais por força de dispositivo orçamentário para custeio de um plano governamental elaborado para execução em determinado tempo. Mas, no art. 45, não tem propriedade, pois os recursos do FIDAM se destinam a custear os projetos de iniciativa privada na região amazônica. Não são esses planos da iniciativa governamental nem se confinam num programa de governo; serão apresentados ao órgão responsável pela aplicação do Fundo Para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) em menor ou maior número, por empreendedores particulares, conforme haja ou não empreendimentos a serem implantados. Dai não ter adequação a redação editada pela Câmara dos Deputados.

A Comissão de Projetos do Executivo, dando pela impropriedade no caso do art. 45, mas julgando acertada relativamente ao art. 20, aproveitou dispositivo do Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (art. 6º, 37 e 90) aprovado pelo Decreto nº 60.089, de 16 de janeiro deste ano, quando praticamente já se haviam ultimado os trabalhos de elaboração da Carta de 1967. O Regulamento considerou a realidade da desvinculação de verbas e conformou, nos dispositivos citados, a solução legal para a concessão de recursos destinados à SUDAM e ao FIDAM. O substitutivo da Comissão de Projetos do Executivo valeu-se também daqueles dispositivos para aceitar a fórmula proposta relativamente ao art. 20; ofereceu, porém, outra redação para a alínea "a" do art. 45, que substituiu, aliás, as primitivas alíneas "a" e "b" desse dispositivo legal. A redação proposta não implica aumento de despesa, nem vinculação da receita, apenas atualiza a lei vigente, considerando que o orçamento da União consignará recursos "especificamente destinados à SUDAM" e "especificamente destinados ao FIDAM, sendo que estes deverão corresponder a um terço (1/3) daqueles destinados e reservados à SUDAM, através de lei orçamentária.

A fórmula parece-nos conveniente à exequibilidade do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, quer através dos encargos próprios da SUDAM como dos que recaem sobre o FIDAM. Mas entendemos que para contornar equívocos ou interpretações errôneas sobre o processo do cálculo previsto, impõe-se lhe seja dada maior clareza. O quantitativo destinado ao FIDAM não se destacará dos recursos reservados à SUDAM, como poderá parecer, mas apenas será calculado com base nesses recursos, proporcionalmente a eles. O FIDAM terá do-

tação própria, calculada em proporção não inferior a um terço dos recursos que a lei orçamentária consignar à SUDAM. Calculada sobre o montante reservado à SUDAM especificamente consignada em orçamento, mas não destacada dos recursos da SUDAM. Daí, para que se torne insofismável essa orientação, que sentimos ser a almejada pela proposição em exame, julgamos necessário sugerir a seguinte redação para o item focalizado:

Nº 1-CF

Dê-se à alínea "a" do art. 45 a seguinte redação:

Art. 45

a) dotação consignada em proporção nunca inferior a 1/3 dos recursos orçamentários destinados à SUDAM; Ainda dois pontos merecem referência: a alteração introduzida no § 2º e a redação oferecida para o § 3º do mencionado artigo 45.

O parágrafo primeiro do dispositivo em foco refere-se ao foco refere-se à emissão de "obrigações da Amazônia". E' o parágrafo 2º, regulando a posse dessas obrigações, dispõe, por evidente lapso, do seguinte modo: "As operações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e resgatáveis..."

A Comissão de Projetos do Executivo corrigiu o equívoco. Mandou incluir a palavra certa: obrigações.

De maior importância é a alteração sofrida pelo parágrafo terceiro, relativamente à redação oferecida no substitutivo que veio a esta Casa. A lei refere-se a depósito de percentagem fixada na alínea "a" (quantia não inferior a 1% de renda tributária da União.)

Mas com a desvinculação de receitas, tal alínea deixou de existir. A Câmara, considerando o fato, mandou que a referência a ele feita no parágrafo terceiro passasse a ser à alínea "a", talvez com o propósito de evitar mutilação no contexto do dispositivo. Entretanto, a Comissão de Projetos do Executivo encontrou a redação adequada e mandou conservar a referência apropriada, a referência à alínea "a", embora oferecendo breve alteração redacional ao início do parágrafo terceiro.

Em face do exposto, opinamos favoravelmente ao projeto, conforme o substitutivo elaborado pela Comissão de Projetos do Executivo, com a emenda propriamente redacional sugerida, que, ao nosso ver, melhor disciplina a matéria em exame.

E' o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento.

E' lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 1.001, de 1967

Nos termos dos artigos 212, letra I e 274, letra d, do Regimento Interno, requerio adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967, a fim de ser feita na sessão de 8 de novembro de 1967.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Cattete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os pareceres serão publicados e a matéria entrará na Ordem-do-Dia da sessão de amanhã.

O O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Discussão, em turno único Projeto de Lei da Câmara, nº 118, de 1967 (nº 518-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes ru-

rais da sua propriedade no Distrito Federal, tendo

Pareceres, sob 765 e 766, de 1967, das Comissões:

— de Projetos do Executivo, favorável; e

— de Finanças, favorável com ressalva do item nº 4.

Foram apresentadas emendas, que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

EMENDA 1

Acrescente-se:

Ao art. 1º ...

Parágrafo único A NOVACAP, observando o disposto nesta Lei, assegurará, nos loteamentos que projetar, uma segunda preferência para a venda aos antigos proprietários de terras na área do Distrito Federal, desapropriadas nos termos da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

Justificativa

O projeto em apêço autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — conforme expressa o seu artigo 1º, "a alienar os Lotes Rurais Agropecuários e os Lotes Rurais de Exploração Industrial de sua propriedade a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, assegurados na venda os direitos legítimos ocupantes."

Adotando critério humano e bastante, compreensivo, as emendas contemplam, também, com o direito de preferência, os velhos proprietários, então desapropriados nos termos da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, injustificável, pois, o esquecimento desses autênticos fazendeiros e lavradores, tão afeitos ao solo que integra o Distrito Federal, onde, muitos deles, nasceram e se criaram, e nêles residiam quando a desapropriação os surpreendeu e os convido, pacificamente, a desocupá-lo. Conferir-lhes, portanto, uma segunda preferência na aquisição de terras do Distrito Federal, que antigamente lhes pertenceram e que delas saíram por motivo de ordem relevante, será, inquestionavelmente, medida de elevado alcance jurídico e por tudo elogiável.

Dá a necessidade imperiosa que sentimos em dotar o artigo 1º, do projeto, de um parágrafo único, visando assegurar aos antigos proprietários aquela segunda preferência, assim colocada, em segundo plano, pelo fato de que, evidentemente, não seria recomendável que não se assegurasse na venda os direitos dos legítimos ocupantes, situação prevista pelo projeto, no mesmo dispositivo.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. *Edmundo Levi.*

EMENDA Nº 2

Acrescente-se:

Onde convier:

Art. As áreas de terras rurais do domínio privado existentes na área do Distrito Federal, assim reconhecidas pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 203, de 27 de setembro de 1967, poderão ser parceladas, para alienação a terceiros, pelos atuais proprietários, mediante plano de aproveitamento aprovado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, observado, no que couber, o que preceitua a presente Lei.

Justificativa

Esta emenda, diz respeito à faculdade que se deverá estender aos atuais proprietários de terras no Distrito Federal para que possam, também, aliená-las a terceiros, condicionada a venda, entre tanto, a um plano de aproveitamento aprovado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Como se vê, a emenda, que acrescenta ao projeto mais esse artigo, tem inteira procedência e se justifica plenamente, pois se a NOVACAP

é atribuído a faculdade de palmo de aproveitamento, aprovado pelo IBRA.

Dir-se-á, entretanto, que os proprietários atingidos pelo quadrilátero do Distrito Federal, jamais estiveram impedidos, legalmente, de alienação de suas terras, tornando-se, assim, insubsistente a emenda. Mas a verdade é que, teria acolhido o argumento, se em Brasília o Registro de Imóveis não viesse, sistematicamente, se recusando às transcrições de escrituras de compra e venda entre particulares, relativas aos mesmos imóveis, o mesmo ocorrendo com os títulos provenientes de sucessão causa mortis. É certo que as partes, contra tal recusa do Cartório, têm direito de recurso ao Judiciário. No entanto, ao que nos parece, dificilmente encontrar-se-á um comprador com a predisposição de se submeter a tão penosa aquisição.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — *Edmundo Levi.*

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier:

Artigo ... Aplica-se o disposto nos parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 61, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com a redação constante da Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1966, aos imóveis urbanos e rurais alienados pela NOVACAP, na área do Distrito Federal.

Justificativa

A emenda visa estender, aos imóveis alienados pela NOVACAP, as mesmas facilidades de transmissão criadas para os órgãos integrantes do Plano Nacional de Habitação, dispensando-se as formalidades do instrumento público, para permitir que se adote o escrito particular, com as cautelas estabelecidas em lei e sempre sujeito ao registro imobiliário.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — *Edmundo Levi.*

LEI Nº 5.019, DE 29 DE JUNHO DE 1966

Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Art. 1º O artigo 61 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 5º Os contratos de que forem parte o Banco Nacional de Habitação ou entidades que integrem o Sistema Financeiro da Habitação, bem como as operações efetuadas por determinação da presente lei, poderão ser celebrados por instrumento particular, os quais poderão ser impressos, não se aplicando aos mesmos as disposições do art. 134, II, do Código Civil, atribuindo-se o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, aos contratos particulares firmados pelas entidades acima citadas até a data da publicação desta lei.

"§ 6º Os contratos de que trata o parágrafo anterior serão obrigatoriamente rubricados por todas as partes em todas as suas folhas.

"§ 7º Todos os contratos, públicos ou particulares, serão obrigatoriamente transcritos no Cartório de Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua assinatura, devendo tal obrigação figurar como cláusula contratual."

EMENDA Nº 4

Acrescente-se onde convier:

Art. ... Consideram-se revalidados e em plena vigência os contratos de arrendamento da NOVACAP, vencidos ou em mora, ainda não transferidos a terceiros por instrumento transcrito no Registro de Imóveis, desde que os respectivos arrendatários manifestem, por escrito, a intenção de adquiri-los, dentro de trinta dias da data desta lei e sob pagamento das contribuições em atraso.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo os contratantes que tenham desistido, renunciado ou

concordado, por escrito, com a transferência de seu arrendamento a terceiros.

Justificação

1. É notório em Brasília que muitos contratos de arrendamento de glebas rurais da NOVACAP se venceram, por inadimplimento dos arrendatários, que nada fizeram no sentido de expor a propriedade a quem estavam obrigados.

Essa falta decorreu, em grande parte, das dificuldades e receios que espíritos derrotistas infundaram sobre a estabilidade da nova Capital.

É notório também que a NOVACAP tolerou essa situação, sem promover a rescisão dos contratos, tendo havido, porém, diversidade de critérios de seus órgãos incumbidos do setor rural, enquanto a alguns contratantes remissos foi dado aviso prévio, o que a muitos permitiu a regularização de seus contratos, sem perda do arrendamento, a outros não foi feita qualquer notificação, recuperando a NOVACAP os imóveis a estes arrendados.

Essa diversidade de critérios decorreu da falta de continuidade administrativa, dada as várias mudanças de dirigentes.

2. A emenda visa a resguardar os direitos dos que receberam tratamento desigual ou não foram previamente notificados, dando-lhes novo ensejo de obterem o arrendamento ou efetuem a compra, ressalvados os casos já definitivamente concluídos com a transcrição dos novos contratos no Registro de Imóveis.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — *Senador Oscar Passos.*

EMENDA Nº 5

Inclua-se o seguinte:

Art. ... As áreas não desapropriadas, até a data desta lei, de uma faixa de 10 quilômetros ao longo das divisas do Distrito Federal, serão consideradas integrantes do Cinturão de Pecuária Leiteira, liberados os legítimos senhores e possuidores de imóveis nessa área, nos seus direitos dominiais, assegurados aos mesmos a transcrição de suas propriedades no Registro de Imóveis competente.

Justificação

A emenda visa a complementar os objetivos do projeto, assegurando aos legítimos senhores e possuidores de determinada área — situada numa faixa de 10 Km ao longo da divisa do Distrito Federal — o direito de transcrição da mesma no registro de imóveis, a fim de que possam essas terras se transformar em regiões úteis, pelo seu aproveitamento racional e adequado, segundo o planejamento econômico traçado pela Prefeitura do Distrito Federal.

Por tratar-se, na espécie, de área não desapropriada, a medida substanciada na Emenda nenhum prejuízo acarretará ao plano de aproveitamento das terras do Distrito Federal, servindo, isto sim, aos objetivos gerais dessa política, pelo incentivo que proporcionará aos possuidores legítimos dessas glebas, permitindo-lhes a inscrição das mesmas no registro competente.

Brasília, em 7.11.67. — *Leão de Mattos.*

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa.) Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças, para se manifestarem sobre as emendas, sendo que a Justiça opinará também sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Sobre a mesa três comunicações da Liderança da

ARENA, subscritas pelo Senado Antônio Carlos. Vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, em 7 de novembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Clodomir Millet pelo nobre Sr. José Leite, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Antônio Carlos, Líder em exercício.*

Brasília, em 7 de novembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Celso Ramos pelo nobre Sr. Adolpho Franco na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Antônio Carlos, Líder em exercício.*

Brasília, em 7 de novembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. José Guimard pelo nobre Sr. Leandro Maciel na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Antônio Carlos, Líder em exercício.*

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — De acordo com as comunicações que acabam de ser lidas, designo o Sr. Senador Leandro Maciel para substituir o Sr. Senador José Guimard, o Sr. Sen. Adolpho Franco para substituir o Sr. Senador Celso Ramos e o Sr. Senador José Leite para substituir o Sr. Senador Clodomir Millet, na Comissão Mista incumbida de dar parecer sobre o projeto de lei que cria a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 1.002, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1967.

Sala das Sessões, em 7.11.67. — *Cattete Pinheiro.*

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Em consequência, passa-se à discussão a redação final do Projeto nº 87, de 1967, que cria o cargo de médico na Secretaria do Senado Federal. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. A matéria vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 806, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1967, que cria um cargo de Médico, Símbolo PL-3, no Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 87, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº, DE 1967

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criado um cargo isolado de provimento efetivo de Médico, Símbolo PL-3, no Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 7 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade — Nogueira da Gama — Catete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.003, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1967.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da aprovação do requerimento, passa-se à discussão da redação final das emendas do Senado ao Projeto nº 106, de 1967, que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerra-se a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar as emendas do Senado naquela Casa, designo o Sr. Senador Clodomir Milet, que foi relator da matéria na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 807, de 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1967 (nº 455-B-67 na Casa de origem).

Relator: Senador Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1967 (nº 455-B-67 na Casa de origem), que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Antônio Carlos, Presidente — Filinto Müller, Relator — João Abrahão — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER Nº 807, DE 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1967 (nº 455-B-67 na Casa de origem), que dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CF)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do artigo 1º:

"O direito à isenção prevista neste artigo será declarado em resolução do Conselho de Política Aduaneira, na forma do artigo 27 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, e segundo os critérios estabelecidos por esse órgão."

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2-CF)

Suprimam-se do artigo 4º as expressões finais:

"e terá vigência pelo prazo de um ano."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa, outro requerimento de dispensa de publicação, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.004, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerimento de dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1967.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — De acordo com o deliberado pelo Plenário, passa-se à discussão da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, número 116, de 1967, que retifica sem ônus a Lei nº 5.181, de 8 de dezembro de 1963, que estabelece a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1967.

Em discussão.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, darei como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados. Para acompanhá-lo naquela Casa designo o Sr. Senador Bezerra Neto, que foi o seu relator na Comissão de Finanças.

E a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 808, de 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1967 (nº 37-C, de 1967, na Casa de origem).

Relator: Senador Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1967 (nº 37-C-67 na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1967. — Antônio Carlos, Presidente — Filinto Müller, Relator — João Abrahão — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER Nº 808, DE 1967

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1967 (nº 37-C-67 na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CF)
Ministério da Saúde
17 — Paraná — Adendo "C"

Onde se lê:

Hospital Regional Diocesano — Maringá — 3.000.

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Maringá — Maringá — 3.000.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2-CF)
4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Adendo C
27 — Sergipe — Aracaju

Onde se lê:

Educandário Sagrado Coração de Jesus

Leia-se:

Instituto Sagrado Coração de Jesus. — São Paulo

Onde se lê:

Associação dos Antigos Alunos do Colégio São Bento — São Paulo — 1.000.

Leia-se:

Fundação Lar São Bento, da Associação dos Antigos Alunos do Colégio São Bento — São Paulo — 1.000.

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3-CF)
Ao Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias — 01 — Acre

Onde se lê:

Escola Coronel José Correia — Vila Rodrigues Alves — 6.500.

Leia-se:

Escola Coronel João Correia — Vila Rodrigues Alves — 6.500.

Ao Adendo "B" — Subvenções Ordinárias — 10 — Goiás

Onde se lê:

Município de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade de Chácara Marajó — 1.000.

Leia-se:

Município de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade de Chácara Araguala — 1.000.

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 4-CF)
4.06.03 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias
14 — Minas Gerais
Argirita

Onde se lê:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Custódio Junqueira, de Argirita — 4.800.
Cruz Vermelha Brasileira — Filial de Argirita — 800.

Leia-se:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Custódio Junqueira de Argirita — 5.600.

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 5-CF)
Ministério da Educação e Cultura
Adendo "B"

14 — Minas Gerais
Conselheiro Lafaiete

Onde se lê:
Hospital Nossa Senhora do Carmo — Promater — 300,00.

Leia-se:
Hospital e Maternidade São José — 300,00.

Adendo "C"

14 — Minas Gerais
Conselheiro Lafaiete

Onde se lê:
Hospital Nossa Senhora do Carmo Promater — 1.000,00.

Leia-se:
Hospital e Maternidade São José — 1.000,00.

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 6-CF)
4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Adendo B — Subvenções Ordinárias
20 — Rio de Janeiro
Barra do Pirai

Onde se lê:
Academia de Comércio Cândido Mendes — 1.800,00.

Aprendizado Agrícola de Ipiabas — 300,00.

Assistência Social da Igreja Evangélica da Assembleia de Deus de Barra do Pirai — 100,00.

Associação Casa de Caridade Santa Rita de Cássia — 4.800,00.

Casa de Caridade Santa Rita — 500,00.

Casa da Mãe Pobre — 300,00.

Casa Nossa Senhora de Fátima — 1.000,00.

Centro Espírita Pai José Cambinda (para a Maternidade da Mãe Pobre) — 4.100,00.

Centro Espírita Pai Manoel Felício — 500,00.

Dispensário da Casa Nossa Senhora de Fátima — 1.800,00.

Educandário Padre Antônio Pinto — 800,00.

Jardim de Infância "Professor Murilo Braga (para o Círculo das Mães) — 200,00.

Lar da Criança — 800,00.

Lar da Criança da Loja Maçônica José Bonifácio — 3.500,00.

Tenda Espírita Nossa Senhora da Conceição — 200,00.

Leia-se:

Associação Casa de Caridade Santa Rita — 5.400,00.

Centro Espírita Pai José Cambinda (para a Maternidade Mãe Pobre) — 5.000,00.

Dispensário da Casa Nossa Senhora de Fátima — 4.000,00.

Educandário Padre Antônio Pinto — 2.000,00.

Lar da Criança, mantido pela Loja Maçônica José Bonifácio — 4.300,00.

EMENDA Nº 7

(Corresponde à Emenda nº 7-CF)
4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias

11 — Guanabara

Onde se lê:

Caixa Beneficente dos Fiscais do Estado da Guanabara — 2.000.

Leia-se:

Associação dos Inspetores e Fiscais do Estado da Guanabara — 2.000.

EMENDA Nº 8

(Corresponde à Emenda nº 8-CF)
4.14.00 — Ministério da Saúde
4.14.10 — Departamento Nacional de Saúde

05.01.2.1830 — Auxílio Financeiro e assistência médico-social a instituições hospitalares e para-hospitalares nas seguintes unidades da Federação:

Adendo "C"

16 — Paraíba

Onde se lê:

Liga Campinense Contra a Tuberculose, sendo NCr\$ 5.000.000 para seu Hospital — Campina Grande.

Leia-se:

Liga Campinense Contra a Tuberculose, sendo NCr\$ 5.000.000 para seu Dispensário — Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a matéria das comunicações, que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes comunicações:

Brasília, 7 de novembro de 1967

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Deputado Vingt Rosado pelo nobre Senhor Deputado Odulfo Domingues na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Oswaldo Zanello, Líder.

Brasília 7 de novembro de 1967

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Deputado Manoel Almeida pelo nobre Senhor Deputado Themistocles Teixeira na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1967 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Oswaldo Zanello, Líder.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — De acordo com as comunicações lidas, designo os Senhores Deputados Odulfo Domingues e Themistocles Teixeira para, em substituição, integrarem a Comissão Mista, do Congresso Nacional, que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há ainda oradores inscritos.

Tem a palavra o Senhor Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, em mais deste ano, a opinião pública foi sacudida com a informação de que teria desaparecido, misteriosamente, o parágrafo terceiro, do Art. 142, do Projeto de Constituição oriundo do Poder Executivo, que dizia:

"Art. 142.

§ 3º A lei estabelecerá as condições de reanulação da nacionalidade e dos direitos políticos suspensos ou perdidos".

A denúncia sensibilizou os meios políticos. Enquanto a discussão se restringia a área política, manteve-me alheio a ela. Todavia, a Mesa do Senado começou a ser alvo de suspeitas, na condição de Mesa do Congresso que presidiu a elaboração da Constituição de 1967. Chegou a ser anunciada sua interpegação e, com isso, não me conformei.

Esta Casa acompanhou todos os lances da questão em que ficou provado que o parágrafo eliminado era uma demasia e que, no texto constitucional nada existia que impedisse a apresentação de Projetos de Lei visando estabelecer as condições de re-

aquisição de direitos políticos suspensos.

Diante da opinião de constitucionalistas eméritos, que honram o Congresso Nacional e a Nação, decidi apresentar a esta Casa o Projeto de Lei que tomou o número 21, de 1967, que estabelece normas para a reanulação dos direitos políticos e regula a concessão de anistia. Ao justificar a proposição — sendo eu médico — solicitei a colaboração dos meus illustres pares, principalmente aos que são afeitos às normas jurídicas, no sentido de que emprestassem ajuda, emendando o texto, no todo ou em parte. O meu interesse, portanto, era, pela formulação do Projeto, oferecer à minha Pátria e à Revolução, oportunidade de congracamento geral. Tive o cuidado de evitar o desrespeito às prerrogativas revolucionárias e a infringência às normas constitucionais vigentes. Ficaram, assim, plenamente resguardadas a Revolução, a Carta de 1967 e a Segurança Nacional.

No entanto, possivelmente exorquando indole mais revolucionária do que a minha, o Douto Relator da Comissão de Constituição e Justiça procurou ridicularizar a proposição que apresentei, finalizando com a recomendação àquele órgão técnico, de rejeição da matéria, por entendê-la inconstitucional, injurídica, inconveniente e inoportuna.

De início, o Parecer foi desalentante, impróprio e inaceitável. Poderia ter atendido às conveniências políticas, sem a aspereza e a infelicidade que o caracterizam, do princípio ao fim.

Reconheço no Douto Relator um jurista emérito, cujo valor pode ser atestado pela obra que tem desenvolvido. E é justamente por isso que não me conformo com os termos em que colocou o problema. Por isso resolvi, mesmo não sendo cultor das letras jurídicas, mostrar por que o Projeto que tive a honra de trazer a esta Casa foi considerado constitucional, jurídico, oportuno e conveniente aos interesses do Brasil.

O Parecer inicia desta maneira:

"O Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1967, ao mesmo tempo que regula a concessão de anistia, estabelece normas para a reanulação de direitos políticos. Não é matéria que se possa dizer afim, para o feito de disciplinação num só diploma legal".

Quem tiver o cuidado de ler a Ementa do Projeto, verificará:

"Estabelece normas para a reanulação dos direitos políticos e regula a concessão de anistia".

Nota-se, de pronto, que o Parecer inverteu a ordem proposta na Ementa, colocando em primeiro plano a concessão da anistia. Teria sido involuntária a permuta? Qual o interesse na inversão? Teria o fato, singelo na aparência, alguma importância?

A simples troca, na verdade, tem alta significação. O seu objetivo direto é incompatibilizar o Projeto com as Forças Armadas que, com razão, vêem com cautela a anistia aos que são considerados perigosos à Segurança Nacional e à sobrevivência do regime. Não foi involuntária, portanto, a distorção. Ela foi proposital e maliciosa, ainda mais quando a questão da anistia é tratada, no Projeto, dentro do rigoroso espírito da Revolução.

Quanto à afinidade, que o Parecer não enxergou, entre reanulação de direitos políticos e anistia, procurei o "Vocabulário Jurídico", de Plácido e Silva; o "Novo Dicionário Jurídico Brasileiro", de José Náfel, e o "Novo Dicionário de Melhoramentos". Fiquei sabendo que *Afinidade* vem do latim *affinitas* e significa o parentesco que se contrai pelo casamento.

Afim é aquele que está ligado a outro por afinidade; que tem afinidade, analogia, semelhança ou relação com; que possui parentesco por afinidade; próximo contíguo, vizinho; que tem a mesma origem.

Logo, para o estabelecimento da afinidade entre a reanulação dos direitos políticos e a anistia, seria necessária a identidade de relação entre uma e outra, a relação de conformidade ou semelhança, a correlação. Partindo da premissa, busquei o significado do verbo *Anistia*, encontrando, no "Novo Dicionário Melhoramentos", o seguinte:

"Anistia — 1. Perdão concedido por Chefe de Estado a rebeldes que se tornam incurso em pena, em virtude de crimes políticos".

José Náfel no "Novo Dicionário Jurídico Brasileiro", assim entende a palavra anistia:

"Anistia — Perdão coletivo ou medida de clemência do Poder Público aos agentes de crimes, geralmente políticos, pela qual se declara extinta a culpa ou se releva a pena, apagando-se-lhes os efeitos da condenação e reestabelecendo-os no pleno gozo de sua competência do Congresso Nacional. A anistia pode ser absoluta, direitos. E' ato de soberania, de condicional, geral, limitada e plena".

Plácido e Silva (in "Vocabulário Jurídico") assinala:

"Anistia — E' termo que se usa na linguagem jurídica, para significar o perdão concedido a culpados por delitos coletivos, especialmente de caráter político, para que cessem as sanções penais contra eles e se ponha em perpétuo silêncio o acontecimento apontado como criminoso. E' palavra derivada do grego *amnistia*, que designava uma lei feita por *Trastibulo*, depois da expulsão dos trinta tiranos de Atenas.

Também serve para designar o perdão que o governo concede aos desertores, sob a condição de que voltem aos quartéis.

Ato de clemência emanado do poder público, somente pode ser conferido pela União, competindo-lhe, privativamente, legislar sobre ela.

A anistia se diferencia da *gracia* e do *indulto*, embora por estes também possa ocorrer uma *comutação*, perdão da pena ou extinção da culpabilidade.

Do indulto, então, precisamente se distingue:

a) *por seu caráter*, desde que a anistia implica no esquecimento da infração, sem importar os nomes dos implicados; o indulto é individual;

b) *por abranger os delitos políticos*, enquanto o indulto é referente aos delitos comuns;

c) *por ter um caráter de generalidade*, compreendendo todos quantos se envolveram no delito; o indulto é particular e limita-se ao delinqüente;

d) *por ser concedida em qualquer tempo*, mesmo sem a formação de processo, enquanto o indulto vem em consequência de uma condenação".

Se a anistia abrange os delitos políticos e se o Projeto objetiva a reanulação de direitos políticos suspensos, da forma como indica, é flagrante a correlação entre anistia e reanulação de direitos políticos. A não ser que se estabeleça confusão entre indulto e anistia. Os penalistas às vezes podem, desavisadamente, vislumbrar indulto quando se trata de anistia. Mas isto precisa ficar bem claro aqui: o Projeto cuida de delitos po-

líticos e da maneira pela qual os punidos politicamente possam readquirir os direitos políticos suspensos. Não há porque confundir indulto com reanulação de direitos ou com anistia, pois a proposição não dá margem a equívocos de tal natureza.

Processue o Parecer:

"Isto se porventura vingasse a iniciativa de submeter o instituto da anistia a preceitos permanentes, aplicáveis a todos os casos".

Evidentemente há dois equívocos no trecho em referência:

I — a iniciativa não procura submeter a anistia a preceitos permanentes;

II — A anistia não é preconizada "para todos os casos", porquanto, a partir da Ementa, o principal objetivo do Projeto é a reanulação de direitos políticos suspensos, deixando a anistia para iniciativa do Poder Executivo, na conformidade da Constituição. São previstos, assim, casos de reanulação de direitos e casos de anistia.

Ocorre que aquele "se porventura vingasse a iniciativa", deixa transparecer que o Autor do Parecer conhece, antecipadamente a sorte do Projeto. Teria ele razão? Teria sido essa certeza antecipada o estimulante da asperza marcante do Parecer?

Mais adiante, após o intertítulo em que diz "Lei Ordinária e não Lei Complementar", o Parecer diz:

"Outro aspecto menos feliz do Projeto é o de se titular de lei complementar".

Sucedem, apesar da assertiva, o próprio Parecer continua:

"E' verdade que não figura a condição na parte datilografada do texto, mas, ao contrário, acrescentada no original, como se o houvesse feito, por conta própria, o funcionário que autou a peça".

Aí surge uma contradição com a afirmativa anterior, uma incerteza quanto à autoria do acréscimo aludido e uma acusação ou suspeita maliciosa contra "o funcionário que autou a peça". Normalmente, um Parecer não deve repousar sobre incertezas. Em situações semelhantes, cabe a diligência que, certamente, evita punhalada seguida de desculpa, como se vê nestes trechos:

"Pode daí deduzir-se que não quis, ou pelo menos, não imaginou, o ilustre autor da proposição, que ela se elevasse à categoria de lei complementar. Efetivamente, de lei complementar não se trata, mas de lei ordinária, posto que mais importante do que outras do mesmo nível".

Nota-se que, no primeiro período houve intenção de minimizar a lei ordinária procurada pelo Projeto que, entretanto, é logo após considerada "mais importantes do que as outras do mesmo nível".

O Parecer vai em frente dissertando sobre lei complementar, falando da criação de novos Estados e Territórios, consulta prévia às populações locais para a formação de novos Municípios, realização de serviços públicos, regiões metropolitanas abrangendo Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integram a mesma comunidade sócio-econômica. Anuncia que (textuais), "por sinal", o Ministério da Justiça já tornou público o respectivo anteprojeto, no *Diário Oficial* de 13 de setembro último.

Após as andanças pelo mundo maravilhoso das leis complementares elaboradas pelo Ministério da Justiça, volta o Parecer "aos índices alfabéticos da matéria constitucional", onde não encontra "nem a anistia nem a maneira de reanulação dos direitos políticos". E, dentro da mesma dire-

triz informa que "o vocábulo *anistia*, sem qualquer qualificativo, aparece na Constituição em dois locais: o em que se decreta a competência da União para a sua concessão (artigo 8º, inciso XVI), excluindo-se, com isso, a competência dos Estados-membros, e o em que se firma, para o mesmo efeito, a competência do Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República (art. 46, inciso VIII). E, vem o óvo de Colombo:

"Como se vê, nada que force a votação de uma lei complementar, muito menos oferecendo definições e enumerando requisitos".

De toda essa argumentação, restamos o entendimento de que o Parecer pretende inverter a ordem jurídica. Ora, se a Lei não o proíbe, este ato é permitido. Mas o Parecer inverte as bolas: se a Constituição não força, não manda vir lei complementar, então é por que não quer isto ou aquilo. Nesse rol de idéias, a Constituição só permite aquilo para o que determina lei complementar. Deixo aos doutos na matéria a conclusão ou conclusões.

O Projeto tem, como objetivo central, a reanistiação de direitos políticos suspensos. Mas a anistia, por causar maior impacto, é puxada para primeiro plano. Sobre ela, o Parecer disserta, lembrando episódios como o de João Cândido. Naturalmente, este detalhe é fortemente dosado de "maquiavelismo", a fim de criar áreas de incompatibilidade e de barreiras à proposição.

Mas, em todo o rojeto a questão da anistia é tratada desta maneira:

1 — a anistia é processada na forma do artigo 46, inciso VIII, da Constituição;

2 — a anistia não abrange os crimes comuns não conexos com os políticos;

3 — crimes conexos são os praticados com fins políticos;

4 — não é crime conexo a apropriação indebita de bens e valores do Estado;

5 — não é crime contra o Erário aquele que não ficar plenamente demonstrando em processo administrativo e em Juízo.

Assim sendo, o Projeto é inconstitucionalmente constitucional. Manda que a anistia seja processada de acordo com o art. 46, inciso VIII, da Carta Magna. Isso significa que ficam respeitadas o Art. 8º, XVI, e 46, VIII, da Constituição, podendo o Poder Executivo, representante máximo da Revolução, vetar qualquer concessão de anistia.

Fica esclarecido, portanto, que o Projeto em exame não concede anistia a ninguém. Apenas estabelece o respeito à Constituição.

Ainda mais: para que não fosse possível confundir-se anistia com indulto, o Projeto exclui da anistia os crimes comuns não conexos com os políticos: estabelece que a apropriação indebita de bens e valores do Estado não podem ser confundidos com crimes conexos e determina que os crimes contra o Erário só serão típicos como tal quando plenamente demonstrados em processo administrativo e em Juízo.

Isso está exposto com clareza meridiana. Mas é embaralhado pelo Parecer, que vê inconveniência no que considera "preestabelecimento de tais critérios e condições". E' contra a anistia, argumentando, aparentemente a favor da anistia. Assinala, por exemplo:

"E' que o conceito flexível por que se costuma aplicar a anistia, variável de acordo com as circunstâncias do momento, desaconselham a contenção do instituto na camisa de força de normas rígidas de efeito duradouro, quais as que se encontram no Projeto, antiliberalmente".

Ora, o Projeto não pretende colocar em nenhuma camisa de força o instituto da anistia. Simplesmente respeita o texto constitucional e procura afastar da anistia os casos em que cabe indulto. E', inclusive, moralizador e justo, quando retira da anistia os que se apropriaram indebitamente de bens e valores do Estado e os que praticaram crimes contra o Erário. Ao mesmo tempo, só admite a existência de tais crimes, quando a Justiça se houver pronunciado. Onde, pois, a camisa de força? Em que foi ferida a flexibilidade do instituto da anistia? Onde foi encontrada a antiliberalismo de que fala o Parecer?

Na verdade, antiliberal e inconveniente é o volteio dos que julgam servir à Revolução, impedindo que o País retorne à plenitude da normalidade democrática. Mas, a Revolução, acabou, justamente, para que fossem mantidos os rumos democráticos da vida brasileira. Essa meta foi conseguida. Falta, apenas, que haja o retorno aos direitos políticos suspensos, daqueles que, por este ou aquele motivo, se viram a margem do processo político brasileiro. Nesse ponto, a proposição é cheia de cautelas, indicando as linhas gerais a serem seguidas para que haja a devolução daqueles direitos. Argumenta o Parecer que a concessão de anistia é circunstancial. Pois bem: tendo em vista as circunstâncias atuais, o Projeto é amplamente liberal.

Nas andanças empreendidas para buscar justificativa à contrariedade do Projeto, o Parecer lembra João Cândido, passa de raspão em Rui Barbosa, entra pelas Constituições republicanas, mas as deixa logo, por entender que elas se esquivaram "de uma noção de anistia, cingindo-se ao uso singular do vocábulo". Assinala, com ênfase, que não houve uma só Emenda à Constituição atual que lembrasse a aplicação da medida apenas aos crimes políticos".

Já informei que sou médico. Talvez por isso não tenha encontrado um só jurista que, ao analisar a anistia, não a tenha vinculado à política. Eduardo Espinola Filho, Geminiano da Franca, Galdino Siqueira e tantos outros, ao tratar da anistia, sempre tiveram presente os crimes políticos. Não referiram homicídios, incêndios provocados, jogo ou crimes sexuais; citaram crimes políticos. Geminiano da Franca, no estudo que intitulou "O Instituto Jurídico da Graça", publicado no "Jornal do Comércio" e no "Suplemento", vols. 27, 28 e 29 do "Arquivo Judiciário", afirma que a anistia "faz abstração do interesse individual, para só olhar o interesse coletivo. Dirige-se sempre, a uma coletividade de pessoas, e, quando se refere, nominalmente, a determinado agitante político, aproveita a todos os coparticipantes da agitação". E salienta:

"O escopo da anistia é a pacificação dos espíritos, é a reintegração da ordem e da paz, na sociedade convulsionada, e, nisto, distingue-se do indulto, cujo fim é a conciliação da lei com a equidade para corrigir o erro judiciário, ou a relevação da pena pela sua improficuidade".

Espinola Filho observa que o Código de 1890, no art. 75, estabelece que "a anistia extingue todos os efeitos da pena e põe silêncio perpétuo ao processo". Lembra que tal não foi "reproduzido ou repetido no estatuto vigente, que se limita a assinalar o efeito extintivo da punibilidade".

Mas — embora esteja provado que nada há de injurídico em alinhar normas gerais sobre a anistia num estatuto relativo à reanistiação de direitos políticos suspensos — convém repetir que o Projeto não trata de anistia absoluta (aquela cuja concessão independe de qualquer ato prévio, por parte dos anistiados), nem de

anistia condicional (concedida mediante o preenchimento de certas condições pelos beneficiados), nem de anistia geral (extensiva a todos os participantes do delito), muito menos da anistia limitada ou particular (concedida a um ou alguns dos punidos), nem da anistia plena (que dá ao anistiado a completa reintegração no gozo e exercício de todos os seus direitos). A Proposição que submeti à consideração desta Casa pressupõe, apenas, que a anistia será concedida na forma do disposto na Constituição.

A afirmativa de que "as nossas Constituições se esquivaram de uma noção de anistia" possivelmente encerra um equívoco ou um absurdo. Uma Constituição não deve não poder conter noções de anistia, nem de juris de mora, nem de usufruto. A Constituição estabelece a estrutura do Estado. E' o corpo de normas referentes à suprema organização do Estado. Fixa as normas de Governo, discrimina direitos e deveres, limita a ação da autoridade. Mas não dá noção deste ou daquele instituto. Seria minimizar a Lei Magna, se o Poder Legislativo a transformasse num amontoado de noções disto ou daquilo. Seria um não acabar mais de dispositivos constitucionais se a Constituição se pusesse a dar noção de compra e venda, de convenção ou contumácia, de reabilitação ou perito oficial, de fôlha de antecedentes ou devolução de rogatória. Entendo, portanto, que, ao usar o vocábulo anistia, as nossas Constituições não se esquivaram, não se furtaram em oferecer noção de anistia. Apenas deixaram à lei ordinária aquilo que é da competência da lei ordinária.

O receio do Douo Relator, de que a Proposição que apresentei possa "ser excelente instrumento para que o Executivo exercite o seu arbitrio", mediante "injustificada coerção ao Congresso, reduzindo-lhe a liberdade de dispor para cada caso concreto", não tem razão de ser. Acredito que o autor dessa afirmação não tenha motivo algum para desconfiar de um Governo que tem tido provas sobejas de promover a pacificação dos espíritos. Se mais não há feito o Presidente Costa e Silva, é porque interesses políticos, que não são do atual Chefe de Governo, procuram antepor-se à plenitude democrática. Acusam-se os militares de pressões de toda ordem; mas são certos políticos civis que procuram, das alturas a que se elevaram dar interpretações exdráxulas a textos e fatos, impedindo a completa normalização da vida política brasileira.

Os detalhes e opiniões arrolados para justificar o voto contrário à anistia, inclusive as decisões divergentes do Tribunal Federal de Recursos e do Supremo Tribunal Federal favorecem ao Projeto, em vez de condená-lo. Se algo deve ser acrescentado, o legislador dispõe do recurso da Emenda ou do Substitutivo para tal. Aliás, a Emenda é parte integrante do processo legislativo. Seria absurdo rejeitar-se toda proposição, por faltar-lhe um, dois ou cinco detalhes que podem ser acrescentados normalmente. Ainda mais quando o próprio relator reconhece que o Projeto, longe de ferir preceitos constitucionais ou jurídicos, afirma que a própria doutrina corre em favor da linha adotada na proposição. Notando a contradição em que caiu, o Parecer procura corrigir, dizendo:

"Mas não quer isso dizer que esteja o legislador ordinário adstringido a esse conceito".

E' preciso deixar bem claro, que o Projeto nada retira do conceito de anistia. Pelo contrário, mantém o instituto de acordo com a doutrina e com decisões de Tribunais. Mesmo assim, nada impede que, ao surgir providência legislativa, objetivando conceder anistia a tais e quais cidadãos,

ou a tal e qual grupo de pessoas, haja dispositivo que determine:

"Os benefícios concedidos são extensivos a trabalhadores gratas; a servidores civis, militares e autárquicos atingidos por punições disciplinares; a convocados desertores, insubmissos e, de modo geral, refratários ao serviço militar; a estudantes furtos em aulas ou punidos disciplinarmente; a jornalistas incursores na lei de imprensa, bem como a cidadãos responsáveis por infrações eleitorais".

Há dificuldade, proibindo impetrito, inconveniência, injudicialidade? Não é preciso que se diga a esta altura que as leis são mutáveis. Esta Lei pode revogar aquela. Todas as leis trazem dispositivo que revoga as disposições em contrário. Além disso, nenhuma lei focaliza todos os aspectos, todas as hipóteses do tema a que se propõe. Para isso, há regulamentos, doutrina, jurisprudência, interpretação.

Diz o Parecer:

"O artigo 2º, prescrevendo que "a anistia será concedida na forma do art. 46, inciso VIII, da Constituição", é o que se pode considerar uma ordenação sobre o óbvio".

Quando leio tal afirmativa, pergunto-me: que há ou que está havendo neste País? Como se pode chamar de inconstitucional? Quais os motivos subterráneos que fazem encontrar inconstitucionalidade em dispositivo da própria Constituição?

Succede que, satisfeito com o acaído de inconstitucionalidade no constitucional, o Parecer sai em meandros, convocando idéias originais e o Poder Judiciário "para decretar a inconstitucionalidade em relação a qualquer processo de elaboração que destoasse daquela norma do artigo 46".

E' nesse ambiente de torções e distorções que o Parecer sai falando dos crimes conexos, atrapalhando este parágrafo com aquele, dando idéias, a quem não leu o Projeto, de que a este cabe a mixórdia que se pretendeu criar.

Sobre um Projeto é mais de reanistiação de direitos, o Parecer gastou quatro quintos da sua extensão para tratar da anistia, que considera inconstitucional apesar de provar-lhe a constitucionalidade.

Ao abordar a reanistiação dos direitos políticos, frisa que suas observações serão breves, "porque patente a impropriedade de todo o sistema preconizado". Logo a seguir afirma o Relator que o que o Projeto prevê já está no artigo 38, da Lei nº 818, de 1949. E pergunta enfático:

"Como justificar-se a transposição para uma nova lei, sem nenhuma modificação na substância, de um preceito ainda não revogado?"

Isso me conduz a respeito a essa pergunta, com uma outra pergunta:

— Se o dispositivo ainda não foi revogado, como o Parecer considera injurídico um Projeto que apenas reafirma o que está na Lei?

E' a mesma originalidade de argumentação que se repete, misturando objetivos do Projeto com novos comentários sobre lei complementar. Vê "novidade no projeto", ao "encarregar o Supremo Tribunal Federal de declarar a reanistiação dos direitos políticos, ora por provocação direta do interessado, quando cessada a causa de sua suspensão ou perda, consoante o art. 7º, ouvido sempre, o Ministério da Justiça". Acusa a Proposição de estabelecer privilégios, mas não tomou iniciativa para que ela amparasse aqueles que chama de "inumeros outros cidadãos, humildes e despretensiosos, que não tenham como a-gur

em seu favor relevantes serviços ao País".

Não pôde o Parecer esconder o motivo de sua contrariedade. E cita, nominalmente, o ex-Presidente Jânio Quadros, reconhecendo que o ex-Chefe do Governo "ocupou, em sua vertiginosa ascensão política, os mais variados postos eletivos".

Fico, Senhor Presidente, diante de tanta contradição, com o Projeto que apresentei. Sem ser analista de leis, pedi, na justificativa, a colaboração dos mestres do Direito. Como membro do Partido que encarna a Revolução, procurei não ferir os princípios revolucionários. Não preconizei a apreciação, pelo Poder Judiciário, dos atos praticados pela Revolução. Em nenhum dispositivo do Projeto, pode ser encontrado qualquer mandamento que submetta ao Judiciário as cassações ou suspensões de direitos praticados sob os Atos Institucionais.

Sei que as decisões são tomadas pelos que dispõem de autoridade para tal. No Congresso, a maioria é que decide. Aceito a decisão da maioria, seja ela qual for. Rejeito, porém, as premissas e as contradições, as hipóteses e as conclusões do Parecer apresentado pelo Douto Relator da Comissão de Constituição e Justiça, no Projeto nº 24, de 1967 por mim apresentado com a finalidade única de pacificação da família brasileira. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

Sr. Presidente, resisto da palavra.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, elogiar a atuação do Presidente Auro Moura Andrade nesta Casa é quase uma demasia.

A cada instante todos nós podemos dar um testemunho do que tem sido esta rara capacidade de administrador, de um chefe de Poder voltado para o prestígio desta Casa, principalmente, e em todos os setores, a cada momento, o Senado tem um motivo para exaltar estas excelentes qualidades de um homem de extraordinária visão administrativa e política, que é o nosso eminente Presidente.

Agora mesmo, Sr. Presidente, e estas palavras preambulam o elogio da iniciativa mais recorte do Senador Auro Soares de Moura Andrade: a súmula informativa que, com uma equipe de funcionários do Senado, alguns jornalistas profissionais, estão elaborando para que, pela manhã, todos os Srs. Senadores possam ser informados do que os matutinos na Guanabara ou São Paulo noticiam a respeito das atividades nacionais e internacionais, dando ênfase ao noticiário político.

E tudo isto resulta do prestígio que o Presidente Moura Andrade conferiu ao novo diretor da Radiodifusão, Senhor Fábio Mendes. Ai está, mais uma vez o seu inesquecível zelo e tino acurado. Foi buscar um funcionário desta Casa, o jornalista Fábio Mendes, tão nosso conhecido, convivendo permanentemente conosco, dotado de inteligência apurada e que já começou a revolucionar o noticiário do

Congresso, fazendo com que o povo, tomando conhecimento das nossas atividades, não fique naquela ramerrão rotineiro de antigamente, e venha a ter, assim, uma notícia dinâmica do que realmente se passa no Senado Federal.

Congratulo-me com o Senador Moura Andrade e também com o novo Diretor da Radiodifusão, Senhor Fábio Mendes, que aliás tem sob sua chefia a mais completa equipe de redatores, revisores, funcionários que também trabalham na parte técnica, locutores e todos que agora constituem assim uma espécie de estado maior da propaganda ativa e efetiva do Senado.

Senhor Presidente, pronunciando essas palavras, acho que interpreto o pensamento de todos os meus colegas. Agora, Sr. Presidente, V. Ex.ª há de permitir que eu aborde um outro assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro do Exterior do Chile, Senhor Gabriel Valdés teceu, perante o Colégio de Advogados do seu país, alguns comentários em torno da criação do Mercado Comum Latino-Americano, que estão a merecer nossa especial atenção...

Disse o Ministro, a que estou fazendo referência, que a criação do Mercado Comum Latino-Americano implica em um desenvolvimento acelerado da economia chilena e sua integração com outras economias americanas para obter maior independência através de um nacionalismo que confira valor, prestígio e poder à América Latina na ordem econômica, cultural e política diante de outras nações e regiões do mundo.

Frizou o Ministro chileno que razões geográficas e de diversa índole têm feito da América Latina um continente habitado e desenvolvido somente em sua periferia, preso a metrópoles e impérios ideológicos, comerciais e culturais, que têm trabalhado contra nossas próprias possibilidades de união.

A aplicação imediata do Tratado de Montevideu — prosseguiu o Ministro Valdés — resultou no estabelecimento de uma zona de livre comércio, mas, veio depois a necessidade de ser criado um Mercado Comum.

Entre um e outro conceito, observou, há diferenças claras. A estrutura institucional da Associação Latino-Americana de Livre Comércio corresponde, em grande medida, à meta imediata que objetiva a Associação, ou seja, a criação de uma zona de livre comércio...

Estamos, portanto — são ainda palavras do Chanceler do Chile — no umbral de uma nova etapa que, na reunião de Presidentes de Punta Del Este, ficou aberta: a mudança das facilidades de um livre comércio para as complexidades de um mercado comum.

Está, pois, formulada a vontade política, disse o Ministro. Cumpre agora construir o sistema jurídico capaz de realizar verdadeira integração de espaços e de sistemas, através de um mecanismo institucional que tenha capacidade de adotar resoluções ajustadas aos interesses dos Estados, das forças socio-econômicas avançadas e das regiões da área a ser integrada.

Nosso ordenamento jurídico interno — continua o Ministro — está, no que diz respeito ao direito comercial, tributário, financeiro, internacional público e privado, submetido a uma exigência externa e aos meios próprios que têm dado conteúdo a esse direito nacional. Para que subsista, o Direito deve manter estreito contato com a realidade econômica e social que ordena.

Depois de fazer referência a diferentes problemas dos países latino-americanos e admitir que eles só serão resolvidos pela integração, ponderou o Ministro Gabriel Valdés, que

a integração de que se ocupava não deverá significar a consolidação de monopólios em mãos particulares, porque o sujeito da integração é o homem americano e não determinadas nações, ou grupos de pessoas e de interesses.

Discorrendo sobre o conceito de soberania, o Ministro Gabriel Valdés salienta que enquanto a inter-relação dos fatores econômicos cria, no continente e no mundo inteiro, dependências cada vez mais estreitas, na América Latina ainda se mantêm estruturas e mentalidades que consideram vigentes uma soberania absoluta...

E esclarece, a propósito:

A soberania tem, hoje, limitações provocadas, precisamente, pela necessidade do desenvolvimento econômico, que objetiva, por sua vez, assegurar os valores fundamentais das comunidades nacionais, que são as formas em que se realiza a vida política interna das e seus valores culturais. Nem a defesa, nem a ciência, nem o desenvolvimento industrial e tecnológico, nem os regimes tributários, nem o preço de seus produtos essenciais, nem sequer o valor da moeda, são hoje elementos que o Estado possa determinar soberanamente.

Nisto o Direito tem que sofrer uma adaptação. E os homens do Direito, que dizem a Lei e que a aplicam, devem estar atentos a isso.

Senhor Presidente, Meu objetivo, focalizando esses conceitos expendidos pelo Ministro do Exterior do Chile, é chamar a atenção para a seriedade e a importância atribuídas à problemática da integração latino-americana, em países outros deste Continente.

A verdade, Senhor Presidente, é que não temos até o presente momento, no Brasil, nos dado conta do sentido de urgência de que se reveste o nosso país promover, na praxe que nos diz respeito, a integração, econômica, latino-americana.

Afinal, temos até agora falado na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, como se fosse um assunto distante, não relacionado de uma forma vital com os nossos interesses...

Na esfera do Estado e das relações internacionais, Senhor Presidente, manda o bom senso que não esperemos que os problemas atinjam seu ponto crítico, para que os enfrentemos com soluções planejadas.

O problema que eu vejo em evolução acelerada para o ponto crítico, Senhor Presidente, é aquele representado pela multiplicação das dificuldades que entram a ação administrativa e política dos Governos deste Continente...

há uma dinâmica contraditória na marcha da situação continental, Senhor Presidente, pois, enquanto os problemas propriamente ditos se expandem em progressão geométrica os meios de que dispõem os Governos para solucioná-los crescem, quando crescem, em simples expansão aritmética.

A população da América Latina é a que mais cresce (3,5% ao ano) no mundo, Senhor Presidente, e, quanto mais a expansão demográfica vai superando a taxa anual de desenvolvimento, mais difícil vai ficando recuperar o tempo perdido.

Os recursos continentais, financeiros e tecnológicos, são escassos. As distâncias são imensas e, aos caprichos de uma geografia bastante acidental, apresenta desconcertante descontinuidade, com áreas super-povoadas no litoral e grandes espaços ainda vazios no interior. Isso para não falar na incidência da miséria propriamente dita e de todos os seus correlatos sociais.

A América Latina, Senhor Presidente, é para todos os povos que a ela

tem, ligado, seu destino histórico, um desafio...

Devemos, obviamente, enfrentá-lo. Mas, isso, na verdade, é o que não temos feito até agora...

O Brasil — e o mesmo poderíamos dizer de quase todos os países latino-americanos — vem incidindo em dois erros já históricos. O primeiro deles é um tradicional alheamento à ideia de trabalhar as bases de uma ampla e generalizada cooperação entre os povos do Continente.

Nosso velho e incorrigível Itamaraty, não obstante a efusão verbal das declarações americanistas, envolvendo as repúblicas irmãs, só dá um pouco de importância aos assuntos com os quais se ocupa, quando os mesmos tem conexões com interesses europeus e norte-americanos.

Quando se trata de assuntos atinentes às nossas relações com países da América Latina, da África, ou de algumas outras regiões fora das faixas territoriais de maior prestígio mundial, tudo é conduzido morosamente, sem entusiasmo, e, por isso mesmo, sem viabilidade de modificar velhas rotinas e de dinamizar situações, no rumo em que melhor atendessem aos interesses de uma política externa realista.

É possível que tudo isso encontre explicação em termos de mecânica administrativa de um Ministério onde os assuntos ainda são nobres ou importantes, apenas na escala em que se situam em determinadas linhas do tradicionalismo diplomático brasileiro. Mas, a dúvida que, no caso, cabe levantar é justamente sobre o flagrante desencontro entre esses tradicionalismo e o interesse vivo da nacionalidade.

Vivemos um momento histórico, Senhor Presidente, em que os povos — todos os povos — procuram desesperadamente solução para seus problemas, no espaço continental em que estão situados.

O Mercado Comum Europeu constitui, para o mundo inteiro e para nós, latino-americanos, em particular, um exemplo a seguir...

Bem sei que a problemática social e econômica da América é, em grande parte, diferente da europeia, não sendo aqui aplicáveis, literalmente, os modelos europeus.

Mas, isso não invalida a ideia da conveniência de encontrarmos, a longo prazo, uma solução lógica para nossos desajustamentos, para nossos desequilíbrios de produção na intensificação progressiva, sistemática, das relações econômicas com os nossos vizinhos...

Temos, na América Latina, os dados fundamentais para atuarmos com segurança no esquema continental do desenvolvimento comum. Temos espaço geográfico a ocupar e a explorar, e uma população que, em 1980, ultrapassará a casa dos 300 milhões de habitantes, constituindo um fabuloso e insaciável mercado de consumo para a produção em massa de que não dispusermos, do Atlântico ao Pacífico.

Para chegarmos a isso, isto é, para termos na América Latina, dentro de 12 anos, uma população de 300 milhões com elevado poder de compra e, sobretudo, para termos uma oferta de produtos locais que satisfaça a essa demanda — urge orientar, desde agora, com o maior empenho, a solução de nosso problemas de desenvolvimento industrial, e econômico, "lato sensu" na linha racional da complementariedade — de forma a evitar antagonismos futuros que poderão atrasar e mesmo comprometer a integração.

Senhor Presidente, É justamente essa preocupação com o futuro e com os terríveis problemas que ele sempre reserva aos povos que o encaram com displicência. É justamente essa imprescindível preocupação com o dia de

amanhã, no plano das relações internacionais, que eu não consigo ainda identificar, no Brasil, nos setores incumbidos da formulação e da execução da política externa...

Há manifestações verbais, como disse no início deste discurso, há discursos, há entrevistas, mas, não há fatos, não há medidas concretas, visíveis, para criarmos, de fato, as condições dentro das quais poderá funcionar um dia — satisfatoriamente para todos os países latino-americanos — o vigoroso mecanismo de um mercado comum...

Ignoro se no Chile as coisas se passam de outro modo. Mas, o fato do Ministro do Exterior daquele país tratar da problemática da integração latino-americana nos termos em que o fez, em lugar de assumir posições e de fazer declarações sobre o velho tema do sexo dos anjos, ou sobre o uso da energia atômica para fins pacíficos, é um bom sintoma de que os homens de Governo estão, ali, de olhos bem abertos, voltados para o processo histórico e político deste Continente que aí está, sob os nossos pés...

As Nações deste Continente, Senhor Presidente, lograrão alcançar a sobrevivência e a salvação, no limite em que nós, tripulantes das Repúblicas nele implantadas, entendermos o desafio do tempo e tomarmos com energia a decisão de enfrentá-lo. Fazemos com que o Brasil não se atrase mais ainda nessa tomada de consciência e nessa luta! — pois, na história, o futuro sempre demora pouco, muito pouco, a tornar-se presente...

Eram estas as palavras a dizer. Sr. Presidente, antes de deixar a tribuna, dou ciência à Casa de que, tendo feito um requerimento de informações ao DNER sobre o serviço de transportes entre Rio e Brasília, recebi carta do Senhor Francisco Oliveira Rocha, Diretor-Presidente do Expresso Real S. A., que tomando conhecimento, pela imprensa, dos termos da minha interpelação, apressou-se em atendê-la. Peço a V. Ex.^a, por dever elementar de ética, que a considere como parte integrante do discurso que estou proferindo.

Finalmente, entre os inúmeros requerimentos de informações que enviei à Mesa, no dia de hoje, há o que enderecei à Estrada de Ferro Central do Brasil, a respeito do guarda ferroviário José Carlos de Matos Salerno, demitido sumariamente dos quadros dessa Ferrovia, sem direito de defesa, com oito anos de serviço.

Essa injustiça, Sr. Presidente, calou-me profundamente, motivo pelo qual enderecei o pedido. E daqui desta tribuna, ao fazer menção a esse expediente dirigido à Mesa e deferido pelo Presidente, no dia de hoje, espero que a Estrada de Ferro Central do Brasil, a exemplo do que acaba de fazer o Expresso Real, me envie essas informações, porque não é crível que uma autarquia que se rege pelas leis do País, parte pelo Estatuto do Funcionalismo e parte pela Consolidação das Leis do Trabalho, venha infringi-las, colocando na rua um funcionário exemplar como esse, que conheço, e que é objeto desta inquirição que faço para depois entrar no assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO.

Brasília, 31 de outubro de 1967.

Exmo. Sr. Senador Vasconcelos Torres:

De referência ao requerimento que Vossa Excelência houve por bem oferecer à Mesa do Senado Federal, em 25 de outubro de 1967, pedindo ao Ministério dos Transportes informações

sobre possíveis deficiências na linha rodoviária de passageiros Brasília-Rio, temos a honra de encaminhar-lhe, com o devido respeito, as informações a seguir prestadas, que esperamos possam contribuir para uma apreciação exata dos fatos.

Na linha a que aludimos, desde a sua implantação em 1958, isto é, em 9 anos consecutivos, houve somente um desastre com vítima, que foi o recente, o de 10 de outubro último, com a perda de 6 vidas preciosas, em condições imprevisíveis, quando toda a eficiência e cautela técnica foram superadas pelo próprio destino.

A segurança exemplar que se destaca, nessa linha, com um único acidente fatal, em quase 10 anos de serviços perfeitos, decorre, sem dúvida, da implantação de empresas particulares, com recursos técnicos e profissionais dos melhores, da existência de uma frota renovada constantemente com o que há de mais atualizado e confortável, e de uma manutenção severa e permanente do material rodante.

A frota de ônibus dessa linha sempre foi a mais moderna e confortável, contando com uma assistência sob os mais diferentes aspectos perfeitos e ininterrupta, visando, ao mesmo tempo, o seu pleno funcionamento e a normalidade conveniente dos passageiros.

No Estado da Guanabara a taxa de mortalidade produzida por acidentes urbanos, onde a sinalização e fiscalização do tráfego são as mais adiantadas, alcançou, em 1963, a 2 mil e 809 mortes, mais do que as determinadas, no mesmo Estado, pela tuberculose, febre, hipertensão e pneumonia; e na capital paulista, no mesmo período, a 2 mil e 699 vítimas, também, mais do que nas doenças aludidas.

Em Brasília, por exemplo, em 1936, com o que há de mais correto em matéria de cruzamentos, os acidentes de automóveis somaram ocorrências graves e determinaram 49 perdas de vida.

Para que se tenha idéia da extensão e grandiosidade das tarefas a cargo das empresas que concorrem na linha Brasília-Rio de Janeiro, basta que se ressalte que o ônibus nela usados rodaram, mensalmente, no ano passado, de 400 mil a 1 milhão de quilômetros, com 2 motoristas, experientes e sujeitos a exames médicos periódicos, em cada unidade. E nesse ano, foram transportadas 57 mil pessoas, acusando as respectivas estatísticas, ainda, 24 mil vagas disponíveis, no período.

A linha de que se trata dispõe, para orgulho nosso, de ônibus os mais luxuosos e confortáveis, inclusive os com leitos, no que fomos pioneiros, para o maior alívio de nossos serviços e melhor atendimento dos passageiros.

A indústria automobilística nacional, ainda que caríssimo por várias razões, tem produzido, sem favor, o que há de melhor no mundo, e nunca deixamos de acompanhar a essas conquistas da técnica brasileira, embora a aquisição a promovamos com os nossos limitados recursos, sem as valiosas subvenções governamentais, coberturas sem limite de prejuízos pelo Erário, nem empréstimos oficiais como só ocorre com as empresas sob responsabilidade dos cofres da União e dos Municípios, quando, infelizmente, quanto maiores são os gastos excessivos irrecuperáveis, mais precário é o atendimento popular.

A despeito de tudo, o transporte rodoviário de passageiro, no âmbito interestadual e urbano, detém mais de 90% de todos os sistemas de comunicação, inclusive o ferroviário e aéreo, o que, evidência, a saciedade desde logo, a predominância dos ser-

viços de ônibus, em que a livre empresa, como a nossa, deveria contar com mais ajuda dos poderes públicos, a fim de que se aperfeiçoe ainda mais em benefício do usuário nacional.

Se é verdade que temos tudo feito, como se vê, para corresponder à confiança em nós depositada pelos nossos clientes, sem medir sacrifícios, por vezes acima de nossas possibilidades, de modo a atendê-los com o máximo de segurança, conforto e regularidade, não é menos verdade que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, através dos seus vários serviços especializados, excede, em muito sua capacidade normal de realizar com os recursos disponíveis, atendendo a uma linha da extensão da Brasília-Rio de Janeiro, com operosidade e rigor, como é do seu mister.

Compreendemos, nobre Senador, os altos propósitos de Vossa Excelência ao fazer a indagação a que mencionamos, eis que é um dos mais legítimos e capazes representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional. Compreendemos, igualmente, que Vossa Excelência, com o seu saber respeitável e espírito público inextinguível, muito poderá contribuir para o aperfeiçoamento da livre empresa, como a nossa visando os superiores interesses nacionais.

Agradecemos a Vossa Excelência a atenção dispensada a estes breves esclarecimentos, que consideramos indispensáveis à sua apreciação, pelo tributo que lhe devemos pelos serviços relevantes prestados ao nosso País, como digno representante que é do povo fluminense.

Cordialmente, as ordens de Vossa Excelência, Francisco de Oliveira Rocha, Diretor-Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Com a palavra o Senhor Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Sem revisão do Orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, iniciava no primeiro quartel deste século, graças à iniciativa particular, a Estrada de Ferro Santa Catarina, apesar de inacabada, tem prestado e vem prestando inestimáveis serviços à economia do Vale do Itajaí.

Inicialmente, fazendo a ligação da cidade de Blumenau com a região do médio Vale, promoveu o desenvolvimento econômico daquela zona de colonização alemã e criou condições para o progresso comercial e industrial do meu Estado. Em seguida, foi prolongada até a cidade do Rio do Sul, e, mais tarde, bem mais tarde, cinquenta anos após o início de suas atividades, ganhou o Porto de Itajaí, em 1954, quando Presidente da República o Sr. Café Filho e Ministro da Viação o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

A estrada, atualmente, partindo do Porto de Itajaí, o maior de Santa Catarina, vai até ao meio da Serra do Mar. Presta, como disse inicialmente, inegáveis serviços à economia e ao progresso do Vale do Itajaí, com reflexos sobre a economia e o progresso de todo o Estado.

No entanto, para que venha preencher as necessidades catarinenses, para que possa cumprir o seu destino de via transportadora de matérias-primas produzidas, não só no vale como na serra e no oeste catarinense, é indispensável que seus trilhos cheguem até o tronco principal sul do Plano Ferroviário Nacional e mantenha uma interligação entre o porto e essa estrada de ferro que liga o Rio Grande do Sul com a região centro-sul do Brasil, chegando até a Capital do País, Brasília.

A falta de conclusão dessa indispensável complementação tem trazido

para a Estrada de Ferro Santa Catarina as maiores dificuldades.

Da iniciativa particular, de empresa dirigida pela iniciativa privada, a estrada passou ao domínio da União, que a arrendou durante muitos anos ao Estado de Santa Catarina.

Quando da criação da Rede Ferroviária Nacional, os servidores da Estrada de Ferro Santa Catarina e os representantes da indústria e do comércio do Vale do Itajaí pleitearam e obtiveram a rescisão do contrato e a estrada passou a integrar o sistema ferroviário nacional, como unidade da Rede Ferroviária Nacional S. A. Mas a falta de sua ligação com o tronco principal sul tem provocado dificuldade de ordem econômica sem conta e, não raro, a estrada conclui o exercício com déficit.

A maneira de remover tais dificuldades e afastar o risco de déficit é prosseguir a construção de estrada até a Serra, numa distância de apenas 70 quilômetros entre a localidade de São João, no Alto Vale do Itajaí, e o tronco principal sul, à altura da localidade de Ponte Alta do Norte, no Município de Curitiba.

Enquanto isso não se faz, a estrada vem sofrendo as consequências da falta de previsão dos dirigentes do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Rede Ferroviária Nacional.

Quando da febre da extinção de ramais deficitários, paralisadas foram as obras do ramal Brusque-Itajaí, nessa estrada e ela foi igualmente ameaçada de extinção.

A ação dos dirigentes catarinenses e dos representantes do Estado no Congresso Nacional evitou que se revivesse até a Estrada de Ferro Santa Catarina a medida drástica da supressão das suas atividades.

No início do corrente ano, tive ocasião de visitar o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e colocar perante a sua ilustre direção o problema. Para que a estrada pudesse preencher as suas finalidades, cumprir o seu destino, era indispensável a construção daqueles setenta quilômetros, fazendo a ligação São João — Tepec.

Mais tarde, em documento escrito, recebi a informação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro de que aquele trecho seria incluído no Plano de Obras daquela unidade administrativa.

Dessa comunicação dei ciência à Assembléia Legislativa de Santa Catarina e tranquilizei-me quanto ao destino da Estrada de Ferro Santa Catarina, que, uma vez completada, virá atender ao transporte de madeira e de outras matérias-primas produzidas nas ricas regiões catarinenses do Alto Vale do Itajaí, da serra e do oeste catarinense.

Eis que agora, com surpresa, recebi dois expedientes, dos quais desejo dar conhecimento à Casa.

O primeiro é o ofício do Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. Jorge Konder Bornhausen, e está assim redigido:

(Lé:) "Florianópolis, 24 de outubro de 1967.

Senhor Senador,

No fim da semana passada, recebi visita dos Drs. Antonio Vitorino Avila Filho e Hélio Melo, que em nome dos engenheiros da Estrada de Ferro Santa Catarina, entregaram-me relatório sobre a situação atual daquela ferrovia.

Conforme se depreende do documento, que a esta anexo, é intenção da Rede Ferroviária Federal fechar aquela estrada.

Alegam, todavia, os técnicos que não foram procedidos os estudos necessários para que a medida definitiva fosse adotada.

Tratando-se de assunto de alta relevância para o nosso Estado, apelo ao ilustre representante catarinense, para que se empenhe juntos às autoridades competentes, a fim de que nenhuma posição seja tomada pela autarquia federal, sem o necessário exame da posição econômica da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Certo da atenção de V. Ex.^a aproveito a oportunidade para renovar os votos de estima e alta consideração."

O relatório, Sr. Presidente, foi entregue ao Senhor Vice-Governador do Estado por dois engenheiros que empregam as suas atividades naquela estrada há muito tempo e está assim redigido:

"ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA

1 — A Estrada de Ferro Santa Catarina tem seu início na cidade de Itajaí e, no momento, a ponta dos trilhos em São João, com um percurso de 200 Km, restando o prolongamento de 70 km. para a ligação com o Tronco-Sul, nas cercanias de Ponte Alta. Os estudos para esse prolongamento já foram concluídos até o Tronco-Sul e se encontram em poder do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

2 — A implantação da E.F.S.C. tem o seguinte objetivo: interligação dos vales do Itajaí, Canoas, Uruguai e Rio do Peixe, pois atingido o T.S., ela deverá ser prolongada até Marcelino Ramos.

Dessa forma, o porto de Itajaí será o escoadouro natural de vasta região do centro e oeste catarinense, inclusive mesmo de áreas do norte do Rio Grande do Sul, podendo se esperar uma reversão no sentido de tráfego no T.S. e linha Marcelino Ramos-Porto União.

3 — Efetiva a ligação com o T.S., imediatamente a E.F.S.C. monopolizará novamente os transportes de madeiras para o porto de Itajaí, o que lhe dará recursos para justificar a sua permanência entre as outras Rodes, pois nestes últimos anos, dado o seu insulamento, ela não vem carregando mais de 5% das exportações pelo porto de Itajaí."

Pois, Sr. Presidente, em virtude da falta do trecho São João-Ponte Alta, os exportadores de madeira preferem trazer a sua mercadoria pela rodovia do que fazer o transbordo à altura da Cidade de Trombudo Alto, no alto Vale.

(Lendo)

"Também, seriam criadas as seguintes correntes de tráfego:

Para o interior, os combustíveis líquidos, do terminal de Itajaí, permitindo estabelecimento de um centro distribuidor em Lajes; do cimento de Itajaí; do açúcar; do sal; do café; da fécula para o mercado interno; etc., e dos produtos industrializados do Vale do Itajaí para as praças do norte de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dado o intercâmbio que se estabelecerá com as redes ferroviárias do sul;

Para o sentido do porto de Itajaí, as importações para o Vale do Itajaí oriundas do sul e norte de Santa Catarina (Estados); das madeiras do centro e oeste catarinense; da fécula para exportação e de toda a produção do centro oeste catarinense, inclusive áreas do norte do Rio Grande do Sul; do gado para consumo do

Vale do Itajaí e parte do litoral catarinense;

Com a ligação ao T.S., será criado o transporte conveniente de passageiros entre toda a zona de influência da E.F.S.C., inclusive para outros Estados.

4 — A situação da E.F.S.C., no que respeita ao lado administrativo é a seguinte: — com a reversão à União já concluída, em virtude da Lei número 3.561-53, a E.F.S.C. se encontra sob a administração da Rede Ferroviária Federal S. A., desde 1961, conforme delegação do Governo da União, decretada em 31-12-60;

Dessa forma, a E.F.S.C. ainda não foi incorporada à R.F.F.S.A., aguardando-se que tal se dê em breves dias;

Em março do corrente ano, o Colegiado da RFFSA resolveu incorporar-lhe a Rede Viação Paraná Santa Catarina, até que estudos posteriores justificassem a sua permanência, os quais, se negativos levariam a sua extinção e consequente erradicação;

Os estudos acima referidos não foram procedidos, o que vale dizer, ainda não foi apreciada a função que a E.F.S.C. poderá desempenhar em prol da economia e desenvolvimento do país;

Acontece que, muito recentemente, armou-se o seguinte quadro, segundo notícias bem autorizadas: a RFFSA providenciará a imediata incorporação da EFSC ao seu patrimônio e em seguida determinará o seu fechamento, para a erradicação definitiva.

5 — Face ao exposto, em defesa dos interesses genuinamente catarinenses, particularmente do Vale do Itajaí e da sobrevivência do porto de Itajaí, os Poderes Representativos do Estado de Santa Catarina — Executivo e Legislativos Federal e Estadual, devem vir em socorro da Estrada de Ferro Santa Catarina, para impedir que o seu fechamento se efetive sem qualquer consulta aos interesses do Estado, isto é, sem que suas possibilidades políticas, sociais e eminentemente econômicas sejam pesquisadas em decorrência da ligação com o Tronco-Sul, as quais, se afirmada, encontrarão pronto o projeto para aquela ligação e dotação de recursos para o exercício de 1969 no Plano elaborado pelo DNEF, em caráter prioritário."

Este memorando é suficientemente claro para demonstrar a inconveniência da medida anunciada de erradicação da estrada de ferro, com a cessação abrupta de suas atividades. Sobre o assunto, Sr. Presidente, recebi, ainda, do Prefeito de Itajaí, Senhor Carlos de Paula Seara, o seguinte ofício: (Lê).

Itajaí, 20 de outubro de 1967.

Ofício nº G-195-67.

Senhor Senador,

A Estrada de Ferro Santa Catarina, integrada na Rede Ferroviária Federal S.A., por medida governamental tem a sua extinção fixada até o mesmo de dezembro vindouro.

A sua extinção trará como consequência primeira, o deslocamento de numerosa família ferroviária que à ela serve para plagas até o momento totalmente desconhecida, originando-lhes por isso um intrincado problema social.

Trará também como resultado da medida, o desvio de vultosa verba federal, num montante aproximadamente de NC\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos) mensais de todo o Vale de

Itajaí, cujos reflexos se assestuarão no comércio e na indústria do Vale.

A tradicional Estrada, que há muitos anos vem servindo o Vale do Itajaí, deverá ser preservada, porque indiscutivelmente vem prestando assinalados serviços a toda a Região.

Ainda como resultado, trará por certo o desemprego de numerosas trabalhadores que empieçam a sua colatoração à referida estrada, avolumando ainda mais o número de desempregados nesta Região, ampliando o sério problema social em que se debate o País.

Caberá a V. Ex.^a e a todos os Representantes do Estado de Santa Catarina no Senado e na Câmara Federal, unirem os seus esforços, para obterem do Governo Federal uma solução entre o problema, lutando intransigentemente pela preservação da mencionada ferrovia que há tantos anos vem servindo ao Vale do Itajaí.

Nesta expectativa, renovo a V. S. a segurança da minha grande estima pessoal. — Carlos de Paula Serra, Prefeito Municipal.

De fato, Sr. Presidente, a medida ora anunciada trará os maiores prejuízos para o Vale do Itajaí, especialmente para as cidades de Itajaí, Blumenau e Rio do Sul. A sua extinção provocará reflexos danosos na economia do Estado de Santa Catarina e, acima de tudo, representará um ato surpreendente do Poder Executivo Federal, pois que, no início do corrente ano, para atender a apelo da Assembleia Legislativa de meu Estado, fui ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro e ouvi de seus dirigentes informações de que o prosseguimento da Estrada de Ferro Santa Catarina, a construção do trecho São João-Ponte Alta, seria objeto de dotação orçamentária para o exercício de 1969, desde que essa obra estava incluída no plano prioritário daquele Departamento, no Plano Ferroviário Nacional. Depois dessa notícia que alegrou o povo catarinense, que trouxe novas esperanças ao Estado e perspectivas de desenvolvimento para o comércio e a indústria do meu Estado, notícia completamente oposta, anulando aquela outra.

Traz-me à tribuna a notícia de que a estrada será incorporada, a rede ferroviária que já administra, em virtude de decreto do Poder Executivo para ser imediatamente extinta.

Não posso, Sr. Presidente, deixar de me solidarizar com as manifestações do Sr. Vice-Governador do Estado e do Sr. Prefeito de Itajaí e lavar protesto veemente contra a medida anunciada pelo Poder Executivo. A par deste protesto, dirijo também ao Sr. Ministro do Transporte Coronel Mário Andreazza, um apelo, S. Ex.^a que tem sido sensível às reivindicações de Santa Catarina, que deu prosseguimento à construção da rodovia BR-101, que completou a construção do frigorífico do porto de Itajaí, que determinou a abertura do Canal do Linguado, na estrada de St. Francisco-Joinville — obra de maior importância para o desenvolvimento da colônia pesqueira de Barra do Sul — certamente não deixará de ponderar quanto à inconveniência da extinção da estrada de ferro de Santa Catarina e determinará novos estudos que, certamente, recomendarão a não extinção da estrada, mas a construção daqueles 70 kms que, somados aos 200 kms já em tráfego, farão com que essa estrada seja o meio ideal de integração social e econômica do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) Ainda de chegar à mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

Lido o seguinte

Brasília, em 7 de novembro de 1967.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Deputado Temístocles Teixeira, pelo nobre Senhor Deputado Ivair Saldanha, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1967 (C.N.).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Osvaldo Zanillo, Líder.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) A Presidência designa o Sr. Deputado Ivair Saldanha, conforme o requerido, para integrar a Comissão Mista que dará parecer sobre o Projeto de Lei número 13, de 1967 (C.N.).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Vicentino Freire. (Pausa).

Não está presente. Não há mais oradores inscritos. Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, haverá sessões conjuntas do Congresso Nacional, às 21 horas e às 21 horas e 30 minutos para, respectivamente, leitura de Mensagem do Presidente da República e discussão do Projeto de Lei CN-11-67.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 8 de novembro de 1967

(Quarta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1967 (nº 456-B, de 1967, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — (SUDAM) e dá outras providências.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29 de 1966, de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que altera a letra "b" do artigo 341 do Regulamento Interno, tendo Pareceres, sob ns. 756 e 757, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, pela rejeição e Diretora pela sustentação do Projeto.

3

Discussão, em turno único, do Parecer nº 741, de 1967, da Comissão do Distrito Federal, sobre a Mensagem nº 527, de 3-7-67, do Sr. Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal, acompanhada do parecer prévio do Colendo Tribunal de Contas do Distrito Federal, as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 1965 (Parecer pela aprovação).

4

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 514, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, solicitando a constituição de Comissão Especial destinada a examinar a situação do Centro Técnico da Aero-

náutica e de outros setores ligados à aviação nacional, tendo Parecer contrário, sob nº 772, de 1967, da Comissão de Segurança Nacional.

Projetos que só podem receber emendas perante a Comissão

EMENTA

122-67 Concede pensão especial à família do Inspetor Eletronico Arlete de Souza — Comissão de Finanças.

123-67 Concede pensão especial ao cidadão brasileiro Leopoldo Jacob Arnt, ex-proprietário da antiga Navegação Arnt, do Rio Grande do Sul, e dá outras providências — Comissão de Finanças.

Calendário: 8, 9, 10, 13 e 14 de novembro.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.

ATO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 5, DE 1967

O Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, letra "c", do Regimento Interno, resolve: dispensar, a pedido, das funções que vinha exercendo em seu Gabinete, o funcionário Geraldo Expedito da Mata Machado, Redator de Anais e

Documentos Parlamentares, símbolo PL-2.

Senado Federal, em 6 de novembro de 1967. — *Camilo Nogueira da Gama.*

CONCURSO PÚBLICO PARA TAQUIGRAFO DE DEBATES

VISTA DA PRIMEIRA PROVA TÉCNICA

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal comunica aos interessados que, na Diretoria da Taquigrafia, será dada vista da primeira prova técnica (Ditado taquigráfico na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto) do Concurso Público para Taquígrafo de Debates, a partir das 14 (quatorze) horas do dia 8 (oito) de novembro de 1967.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de novembro de 1967. — *Francisco Mendes Vianna, Diretor-Geral.*

IDENTIFICAÇÃO DA PRIMEIRA PROVA TÉCNICA

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal comunica aos interessados que, na Diretoria da Taquigrafia, às 14 (quatorze) horas do dia 10 (dez) de novembro de 1967, proceder-se-á à identificação da primeira prova técnica (Ditado taquigráfico na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto) do Concurso Público para Taquígrafo de Debates.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de novembro de 1967. — *Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.*

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

RESENHA DOS TRABALHOS

LEGISLATIVOS DO SENADO FEDERAL DURANTE O MÊS DE JUNHO DE 1967

Organizada pela Sinopse da Seção do Protocolo-Geral Diretoria do Expediente

A SANÇÃO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 315, de 1966 (Senado) — Número 4.797-B, de 1962 (Câmara) — Dispõe sobre a pensão devida à família de Diplomata. Apresentado pela Mensagem nº 161-62 — Conselho de Ministros.

Nº 324, de 1966 (Senado) — Número 1.847-B, de 1964 (Câmara) — Cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na 6ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. — Apresentado pela Mensagem nº 45-64 — Poder Executivo.

Nº 42, de 1966 (Senado) — Número 3.387-B, de 1966 (Câmara) — Estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências.

Nº 66, de 1967 (Senado) — Número 111-C, de 1967 (Câmara) — Fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências — Apresentado pelo Deputado Ulisses Guimarães.

Nº 68, de 1967 (Senado) — Nº 116-B, de 1967 (Câmara) — Dispensa do despacho consular os documentos exigidos para a entrada no Brasil de aeronaves de transporte aéreo, nacionais e estrangeiras, que operem serviços regulares. — Apresentado pela Mensagem nº 369-67 — Poder Executivo.

Nº 71 de 1967 (Senado) — Nº 154-B, de 1967 (Câmara) — Dispõe sobre o recolhimento da taxa de fiscalização criada pela Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá

outras providências — Apresentado pela Mensagem nº 421-67 — Poder Executivo.

Nº 74, de 1967 (Senado) — Nº 339-A, de 1967 (Câmara) — Altera, sem ônus, a Lei nº 5.189 de 8 de dezembro de 1966 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967. — Apresentado pela Mensagem nº 495-67 — Poder Executivo.

A PROMULGAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 45, de 1965 — Suspende a execução da Lei nº 326, de 10-7-51, do Estado do Rio Grande do Norte. (Ofício nº 786-P(a) de 1959 — Supremo Tribunal Federal.)

Nº 44, de 1967 — Revigora a Resolução nº 32, de 25 de março de 1965, revogada a Resolução nº 93, de 14 de outubro de 1965.

Nº 49, de 1967 — Suspende nos termos do inciso IV do art. 45 da Constituição, a execução do art. 4º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 8.675, do Estado de São Paulo. (Ofício nº 20, de 1966 — Supremo Tribunal Federal.)

Nº 52, de 1967 — Suspende a execução da Lei nº 817, de 4 de agosto de 1965, do Estado da Guanabara. (Ofício nº 3, de 1967 — Supremo Tribunal Federal.)

Nº 55, de 1967 — Exonera, a pedido, Mauro Mota Burlamaqui, Auxiliar Legislativo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. — Apresentado pela Comissão Diretora.

Nº 56, de 1967 — Aposenta, por invalidez, o Auxiliar de Secretaria PL-11, Oscar Farinha Neto, do Quadro da Secretaria do Senado Federal — Apresentado pela Comissão Diretora.

Nº 57, de 1967 — Torna sem efeito a nomeação de Marilisa Damasceno de Carvalho, para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo. — Apresentado pela Comissão Diretora.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1, de 1967 (Senado) — Nº 291-A, de 1966 (Câmara) — Reforma decisões denegatórias do Tribunal de Contas da União, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de

reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Nº 3, de 1967 (Senado) — Nº 298-A, de 1966 (Câmara) — Reforma decisões denegatórias do Tribunal de Contas da União, proferidas nas sessões de 28 de maio, 14 de julho e 20 de agosto de 1965.

Nº 9, de 1967 (Senado) — Nº 283-A, de 1966 (Câmara) — Torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União de concessão de reforma ao soldado Luiz Hammes.

Nº 20, de 1967 (Senado) — Nº 305-A, de 1967 (Câmara) — Aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965. — Apresentado pela Mensagem nº 748-66 — Poder Executivo.

Nº 25, de 1967 (Senado) — Nº 12, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 19 de abril de 1967. — Apresentado pela Mensagem nº 380-67 — Poder Executivo.

Nº 26, de 1967 (Senado) — Nº 13, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967. — Apresentado pela Mensagem nº 430-67 — Poder Executivo.

Nº 28, de 1967 (Senado) — Nº 303-A, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Acordo Cultural celebrado entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966. — Apresentado pela Mensagem nº 771-66 — Poder Executivo.

Nº 29, de 1967 (Senado) — Nº 16-A, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Decreto-lei nº 325 de 3 de maio de 1967, que dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo da Marinha Mercante. — Apresentado pela Mensagem nº 434-67 — Poder Executivo.

Nº 30, de 1967 (Senado) — Nº 17-A, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967, que dispõe sobre o recolhimento de imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências. — Apresentado pela Mensagem nº 448-67 — Poder Executivo.

Nº 31, de 1967 (Senado) — Nº 9-B, de 1967 (Câmara) — Aprova o Acordo de Comércio celebrado entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, em 7 de setembro de 1966. — Apresentado pela Mensagem nº 807-66 — Poder Executivo.

Nº 32, de 1967. (Senado) nº 4-B, de 1967. (Câmara). — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em 7 de setembro de 1966. Apresentado pela Mensagem nº 810-66 — Poder Executivo.

APRECIADAS

MENSAGEM:

Nº 406, de 1967. (Senado) nº 474, de 1967. (Presidência) Submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Aluísio Guedes Regis Bittencourt, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Argentina.

Nº 407, de 1967 (Senado) nº 487, de 1967 (Presidência) Submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Roberto Barthel-Rosa, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República da Coreia.

Nº 415, de 1967 (Senado) nº 491, de 1967 (Presidência) Submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Tenente Coronel Amaury Rocha Vercilio para integrar o Conselho Deliberativo da Casa

Moeda, como representante do Conselho de Segurança Nacional.

Nº 418, de 1967 (Senado) nº 498, de 1967 (Presidência) Submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Abgar Renault para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Nº 419, de 1967 (Senado) nº 500, de 1967 (Presidência) Submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Sr. Raphael de Barros Monteiro, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal.

APROVADOS

REQUERIMENTO:

Nº 364, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, sobre financiamento especial para a pecuária intensiva, mediante o confinamento dos rebanhos, no Estado do Rio.

Nº 376, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando inserção em Ata de um voto de louvor aos oficiais que compõem a esquadilha da fumaça da FAB, pela passagem do 15º aniversário de sua criação.

Nº 419, de 1967 — Senador Wilson Gonçalves — Requerendo homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Walter Bezerra de Sá, Deputado Federal pelo Estado do Ceará.

Nº 421, de 1967 — Senador Ney Braga — Solicitando a constituição de uma Comissão Mista, composta de cinco Senadores e cinco Deputados, para no prazo de 120 dias examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

Nº 459, de 1967 — Senador José Ermirio — Solicitando a criação de Comissão Mista do Congresso Nacional, para estudo dos problemas agropecuários e seu reflexo na economia nacional.

Nº 513, de 1967 — Senador Dinarte Mariz — Solicitando transcrição nos Anais do Senado da publicação de "O Globo" do dia 1 de junho de 1967 — página 2, contendo discurso do Coronel Francisco Boaventura, pronunciado por ocasião de sua posse no comando do 2º Grupo de Artilharia da Costa e Fortaleza de São João.

Nº 517, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando ao Poder Executivo através do Ministério da Fazenda — Banco de Desenvolvimento Econômico, informações sobre as medidas efetuadas no sentido de atender ao financiamento da empresa rural, nos mesmos moldes empregadas para a empresa industrial.

Nº 548, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando a transcrição nos Anais do Senado, da oração proferida pelo Sr. Senador Moura Andrade, na sessão do Congresso Nacional, em 7 de junho de 1967.

Nº 550, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, sobre planos de financiamentos para os produtores de arroz de Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaocara, São Fidélis, Itaperuna e Cambuci, Estado do Rio.

Nº 551, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco Nacional de Habitação, sobre construções de casas populares no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 557, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — sobre critério adotado pela Carteira de Penhores, na avaliação de joias e outros objetos de valor.

Nº 581, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através

do Ministério da Fazenda; Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro sobre reajustamento e pagamentos de aluguéis antecipados de sua anual cede.

Nº 599, de 1967 — Senador Mário Martins — Solicitando transcrição nos Anais do Senado a carta do Arquitecto Oscar Niemeyer, divulgada na imprensa brasileira, na qual apresenta sua opinião a propósito do projeto do Aeroporto de Brasília.

Nº 604, de 1967 — Senador Aarão Steinbruch — Solicitando transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Embaixador do Brasil em Israel, por ocasião da inauguração do "Centro Cultural Oswaldo Aranha".

Nº 621, de 1967 — Senador Lino de Matos — Solicitando transcrição nos Anais do Senado, a Conferência proferida pelo Prof. Francisco de Faria Barcelos, em 12 de corrente, na sede do Batalhão da Guarda da Força Pública de São Paulo, sobre a lenda e heróica Rebeldia de Laguna.

Nº 635, de 1967 — Senador Gilberto Marinho — Solicitando transcrição nos Anais do Senado do artigo de autoria do Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, sobre o título "Marechal Dutra, Presidente Civil, publicado no Jornal do Brasil de 11 de corrente.

Nº 645, de 1967 — Senador Filinto Müller — Solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 75-67.

REJEITADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 61, de 1967 (Senado) nº 58-B-67 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 326.593,21, para atender ao pagamento do saldo devedor da contribuição do Brasil à Organização Internacional do Trabalho, relativo a 1964 — Apresentado pela Mensagem nº 333-67 — Poder Executivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 21, de 1965 — Senador Vasconcelos Torres — Dispõe sobre a profissão de agente de segurança industrial.

Nº 31, de 1966 — Senador Gilberto Marinho — Regula a incidência da proibição contida no § 1º do art. 15 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Nº 22, de 1967 — Senador Arnon de Mello — Dispõe sobre a consignação de despesas destinadas à representação das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

Nº 102, de 1963 (Senado) — Número 418-B, de 1959 (Câmara) — Cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. — Apresentado pela Mensagem nº 187-59 — Poder Executivo.

Nº 78, de 1966 (Senado) Nº 2.276-B, de 1964 (Câmara) — Estabelece penalidade para embarcações que lançarem detritos ou óleo em águas do litoral brasileiro, e dá outras providências.

Nº 1, de 1967 (Senado) Nº 2.535-B, de 1960 (Câmara) — Autoriza a abertura de créditos especiais num montante de NCr\$ 23.480.167.405,60, a diversos Ministérios e ao Estado-Maior das Forças Armadas. Apresentado pela Mensagem nº 534-60 — Poder Executivo.

Nº 23, de 1967 (Senado) Nº 4.868-B, de 1962 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 11.200.000.000 (onze bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), destinado a reforços o Fundo Federal de Eletrificação, e dá outras providências. Apresentado pela Mensagem nº 181-62 — Conselho de Ministros.

Nº 32, de 1967 (Senado) número 1.879-B, de 1961 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir anualmente do Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 910.383,66 (novecentos e dez mil e trezentos e oito cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei nº 4.212, de 17.7.66 de 1963 ao Pessoal da Prefeitura do Distrito Federal. Apresentado pela Mensagem nº 42-61 — Poder Executivo.

Nº 33, de 1967 (Senado) Número 1.934-B, de 1961 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidos pelas enchentes. Apresentado pela Mensagem número 69-64 — Poder Executivo.

Nº 57, de 1967 (Senado) Nº 31-B, de 1967 (Câmara) — Dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências. Apresentado pela Mensagem nº 292-67 — Poder Executivo.

Nº 62, de 1967 (Senado) Nº 72-B, de 1967 (Câmara) — Revigora o artigo 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1.12.65 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste), e dá outras providências. Apresentado pela Mensagem nº 341-67 — Poder Executivo.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

Nº 9, de 1967 — Senador Júlio Leite — Declara de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Nº 29, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Nº 53, de 1967 — Suspende a execução do art. 11, inciso 7º alínea "A", da Lei nº 2.772, de 21.7.61, do Estado de Santa Catarina julgado inconstitucional nos autos proferidos no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 14.673, daquela unidade federativa (Ofício nº 11-P-MC de 1967) — Supremo Tribunal Federal).

Nº 54, de 1967 — Suspende a execução da Lei nº 824, de 30.8.65, do Estado da Guanabara, julgado inconstitucional nos autos proferidos na Representação nº 699, daquela unidade federativa. (Ofício número 10-P/MC, de 1967 — Supremo Tribunal Federal).

PROJETOS APRESENTADOS

PROJETOS DE LEI DO SENADO

Nº 31, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Dispõe sobre o salário-mínimo dos menores, e dá outras providências.

Nº 32, de 1967 — Senador Duarte Filho — Autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênio de financiamento de obras para proteção da indústria salinífera.

Nº 33, de 1967 — Senador Mário Martins — Dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências.

Nº 34, de 1967 — Senador Filinto Müller — Autoriza a emissão de selos comemorativos da retomada de Corumbá.

Nº 35, de 1967 — Senador Filinto Müller — Dispõe sobre a multa a que se refere o artigo 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.65).

Nº 36, de 1967 — Senador Lino de Matos — Fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

Nº 37, de 1967 — Senador Eurico Rezende — Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 5.385, de 5 de maio de 1967, e dá outras providências.

Nº 38, de 1967 — Senador Edmundo Leite — Dispõe sobre a concessão de gratificação do cargo de Juiz de Direito pelo Banco da Amazônia S. A.

Nº 39, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Modifica a redação do parágrafo único do art. 162 da Constituição e da Lei do Trabalho.

Nº 40, de 1967 — Senador Aarão Steinbruch — Altera a Lei nº 4.069-A, de 12.6.62, que cria a Fundação Universidade de Amazonas, e dá outras providências.

Nº 41, de 1967 — Senador Mem de Sá — Altera a redação do inciso II do art. 1º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071 de 1.1.1916).

Nº 42, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Altera a redação do art. 132 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº 43, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, com emprégo do produto das vendas na construção de novas moradias.

Nº 44, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no Km. 47, com emprégo do produto das vendas na construção de novas moradias.

Nº 45, de 1967 — Senador Nogueira da Gama e outros — Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athaydes.

Nº 46, de 1967 — Senador Lino de Matos — Dispõe sobre a venda de imóveis comerciais de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP).

Nº 47, de 1967 — Senador Edmundo Leite — Dispõe sobre a horticultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica, e dá outras providências.

Nº 48, de 1967 — Senador Paulo Sarasate — Torna obrigatório a manutenção, pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no artigo 69 da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nº 49, de 1967 — Senador Rui Palmeira — Acrescenta parágrafo único do art. 107, do Decreto-lei nº 200, de 25.2.67, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Nº 53, de 1967 — Suspende a execução da Lei nº 817, de 4.8.65, do Estado da Guanabara. (Ofício número 3-MC, de 1967 — Supremo Tribunal Federal).

Nº 53, de 1967 — Suspende a execução do art. 11, inciso 7º alínea "A", da Lei nº 2.772, de 21.7.61, do Estado de Santa Catarina julgado inconstitucional nos autos proferidos no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 14.673, daquela unidade federativa. (Ofício nº 11-P/MC, de 1967 — Supremo Tribunal Federal).

Nº 51, de 1967 — Suspende a execução da Lei nº 824, de 30.8.65, do Estado da Guanabara, julgado inconstitucional nos autos proferidos na Representação nº 699, daquela unidade federativa. (Ofício número 10-P/MC, de 1967 — Supremo Tribunal Federal).

Nº 55, de 1967 — Exonera, a pedido, Mauro Motta Burlamaqui, Auxiliar Legislativo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Apresentado pela Comissão Diretora.

Nº 56, de 1967 — Aposenta, por invalidez, o Auxiliar de Secretaria

PL-11, Oscar Farinha Neto, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Apresentado pela Comissão Diretora.

Nº 57, de 1967. — Torna sem efeito a nomeação de Marilisa Damasceno de Carvalho, para o cargo interino de Auxiliar Legislativo. Apresentado pela Comissão Diretora.

Nº 53, de 1967. — Nomeia para cargos iniciais da carreira de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso Fernando Esteves Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Hipert. Apresentado pela Comissão Diretora.

PROJETOS RECEBIDOS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 27, de 1967 (Senado) Nº 306-A, de 1967 (Câmara) — Aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1957. Apresentado pela Mensagem nº 749-66 — Poder Executivo.

Nº 28, de 1967 (Senado) Nº 308-A, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Acordo Cultural celebrado entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966. Apresentado pela Mensagem nº 771, de 1966 — Poder Executivo.

Nº 29, de 1967 (Senado) Nº 13-A, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Decreto-lei nº 325, de 3.5.67, que dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo da Marinha Mercante. Apresentado pela Mensagem nº 434-67 — Poder Executivo.

Nº 30, de 1967 (Senado) Nº 17-A, de 1967 (Câmara) — Aprova o texto do Decreto-lei nº 326, de 8.5.67, que dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências. Apresentado pela Mensagem nº 448-67 — Poder Executivo.

Nº 31, de 1967 (Senado) Nº 03, de 1967 (Câmara) — Aprova o Acordo de Comércio celebrado entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, em 7 de setembro de 1966. Apresentado pela Mensagem nº 807-66 — Poder Executivo.

Nº 32, de 1967 (Senado) Nº 4-B, de 1967 (Câmara) — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em Lisboa. Apresentado pela Mensagem nº 810-66 — Poder Executivo.

Nº 33, de 1967 (Senado) Nº 3-B, de 1967 (Câmara) — Aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FIS), assinado em Nova York em 28.3.65. Apresentado pela Mensagem nº 418, de 1967 — Poder Executivo.

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

Nº 66, de 1967 (Senado) — Nº 111-C, de 1967 (Câmara) — Fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências. Apresentado pelo Deputado Ulysses Guimarães.

Nº 67, de 1967 (Senado) Nº 263-B, de 1967 (Câmara) — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito especial de NCr\$ 660.000,00 para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

Nº 68, de 1967 (Senado) Nº 116-B, de 1967 (Câmara) — Dispensa do despacho consular os documentos exigidos para a entrada, no Brasil, de aeronaves das empresas de transporte aéreo, nacionais e estrangeiras, que operem serviços regulares. — Apresentado pela Mensagem nº 369, de 1967 — Poder Executivo.

Nº 69, de 1967 (Senado) Número 2.136-C, de 1964 (Câmara) — Dispõe sobre a concessão da prorrogação de prazos pelos estabelecimentos oficiais

de crédito a devedores do Nordeste e estabelece outras providências. — Apresentado pelo Deputado Humberto Lucena.

Nº 70, de 1967 (Senado) Nº 135-B, de 1967 (Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 95.026,00, para atender ao pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial Voluntário, para custeio do funcionamento do Comando Unificado da Força Interamericana de Paz. Apresentado pela Mensagem nº 406-67 — Poder Executivo.

Nº 71, de 1967 (Senado) — Nº 154-B, de 1967 (Câmara) — Dispõe sobre o recolhimento da taxa de fiscalização criada pela Lei nº 5.070, de 7-7-66, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências. — Apresentado pela Mensagem nº 421-67 — Poder Executivo.

Nº 72, de 1967 (Senado) — Nº 155-B, de 1967 (Câmara) — Acrescenta um item ao art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. — Apresentado pela Mensagem nº 420-67 — Poder Executivo.

Nº 73, de 1967 (Senado) — Nº 156-B, de 1967 (Câmara) — Modifica o Decreto-lei nº 248, de 28-2-67, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências. — Apresentado pela Mensagem nº 423-67 — Poder Executivo.

Nº 74, de 1967 (Senado) — Nº 339-A, de 1967 (Câmara) — Altera sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8-12-66, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967. — Apresentado pela Mensagem nº 445-67 — Poder Executivo.

Nº 75, de 1967 (Senado) — Nº 309-B, de 1967 (Câmara) — Altera o art. 15 do Decreto-lei nº 157, de 10-2-67 que concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais e dá outras providências. — Apresentado pela Mensagem nº 483-67 — Poder Executivo.

MENSAGEM DE VETO RECEBIDA

MENSAGEM

Nº 405, de 1967 (Senado) — Número 472, de 1967 (Presidência) — Expedido as razões do Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967.

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Nº 497, de 1967 — Senador Carlos Lindenberg — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre assuntos relacionados ao Instituto Brasileiro do Café.

Nº 498, de 1967 — Senador Raul Guiberti — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre providências no sentido de apressar a criação de Escolas de Ensino Superior no País, a fim de resolver o afilto problema de excedentes.

Nº 499, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, Gabinete Civil sobre revisão do enquadramento dos funcionários da Rede de Viação Parana-Santa Catarina.

Nº 500, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do IPASE, sobre construção de casas para os funcionários públicos federais, com prioridade para os mais antigos e casados, em Maceló, Estado de Alagoas.

Nº 501, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre provimento da cadeira de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pelo Professor Evaristo de Moraes Filho, indicado pela Congregação e não nomeado pela Reitoria.

Nº 502, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando ao Poder Executivo informações, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre pagamento da diferença salarial congelada desde janeiro de 1966 pela Reitoria da Universidade Federal Fluminense, e seus professores.

Nº 503, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Fazenda, sobre providências para que volte a funcionar a Coletoria Federal de Parati, Estado do Rio.

Nº 504, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre instalação de fábricas de algodão artificial no Nordeste.

Nº 505, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre doação de óleo queimado, para aplicação em várias ruas, para a Prefeitura de Nilópolis, Estado do Rio.

Nº 506, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre a permanência dos trabalhadores da Fábrica de Cimento Hércules, que ora reinicia suas atividades, no município de Itaiva, Estado do Rio.

Nº 507, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre alienação das casas onde moram os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Camisa, sediada no Alto da Serra em Petrópolis, Estado do Rio.

Nº 508, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre excesso de trabalho não remunerado dos trabalhadores menores da Organização Nelson e Casas Cendas, em São João do Meriti, Estado do Rio.

Nº 509, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre prorrogação de contratos de 500 servidores contratados do ex-IAFM admitidos em 1966.

Nº 510, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério dos Transportes — DNER, sobre inclusão, no plano prioritário de distribuição de verbas para construção de estradas, das localidades de Madalena, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto e Conceição de Macabu, Estado do Rio.

Nº 512, de 1967 — Senador José Emílio — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre débitos da indústria brasileira ao antigo Imposto de Consumo e atual Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Nº 515, de 1967 — Senador Leandro Maciel — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre a situação do serviço de pluvimetria no Estado de Sergipe.

Nº 517, de 1967 — Senador Raul Guiberti — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Fazenda — Banco de Desenvolvimento Econômico, sobre as medidas

efetuadas no sentido de atender ao financiamento da empresa rural, nos mesmos moldes empregados para a empresa industrial.

Nº 520, de 1967 — Senador Clóvis Maia — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, Serviço de Patrimônio da União, sobre o cumprimento do disposto no art. 9º, § 3º, da Lei número 4.070, de 15-6-62.

Nº 523, de 1967 — Senador Raul Guiberti — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento e da Agricultura, sobre as medidas que estão sendo tomadas para facilitar a criação e o funcionamento de cooperativas para a industrialização de carne.

Nº 524, de 1967 — Senador Raul Guiberti — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Indústria e Comércio — Instituto Brasileiro Café — sobre as providências que foram tomadas para a decalagem dos portos exportadores de café, permitindo a movimentação do Pólo de Vitória, em favor do escoamento da safra.

Nº 525, de 1967 — Senador Caetano Pinheiro — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério das Minas e Energia, sobre as atividades do Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás — na Região Amazônica.

Nº 526, de 1967 — Senador Gilberto Marinho — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre as medidas adotadas, nos anos de 1953 e 1956, no sentido de promover aceleração do desenvolvimento do Ensino Industrial do Estado da Guanabara.

Nº 530, de 1967 — Senador Teotônio Vilela — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Aeronáutica, sobre as providências que estão sendo tomadas para o pleno restabelecimento do transporte aéreo no Aeroporto dos Palmares, principalmente para atender o tráfego de aviões a jato.

Nº 531, de 1967 — Senador José Emílio — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre o valor dos empréstimos feitos pelo Brasil no Exterior, durante o período de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1967.

Nº 532, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério do Interior — Banco Nacional de Habitação, sobre financiamento de casas em Japari, Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 533, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Aeronáutica, sobre melhoria do campo de pouso, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 534, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo do Ministério da Agricultura, sobre atuação irregular de fiscais de caça e pesca no Município de Magé, Estado do Rio.

Nº 535, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério das Comunicações, enquadramento do funcionário João Souza Rosa, ex-servidor da E.F.G., lotado no DCT, em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Nº 536, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério das Comunicações, sobre publicação do enquadramento definitivo dos Agentes Postais do DCT.

Nº 537, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Fazenda, sobre pagamento das diferenças salariais decorrentes da reclassificação, para os níveis 20, 21 e 22, dos Redatores do Serviço Público Federal.

Nº 538, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do

Ministério da Indústria e Comércio, sobre a observância dos preços tabelados para a cana de açúcar pelo I. A. A.

Nº 539, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério das Minas e Energia, sobre fatos ligados à encampação das empresas concessionárias da AMFORP.

Nº 540, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre doação de vacina Sabinnoara o Centro de Saúde de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 541, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre enquadramento, nos novos níveis com que foram recentemente beneficiados pelo Governo Federal, dos Redatores das extintas Comissões do Imposto Sindical e Técnica, hoje integrantes do Quadro Suplementar do Ministério do Trabalho.

Nº 542, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS sobre o pagamento dos vencimentos atrasados e outras vantagens para os aposentados e pensionistas do ex-IAPI.

Nº 543, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Serviço Atual — sobre remessa de instruções ao INPS para cálculos de futuro reajuste salarial dos aposentados e pensionistas da União.

Nº 544, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — sobre a inclusão no percurso Rio-Santos de escalas nos portos de Angra dos Reis e Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 545, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — sobre inclusão no percurso Rio-Bélem de escala no Porto de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 546, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre construção da rodovia Silva Jardim-Friburgo, via Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 547, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre dragagem de rios em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 549, de 1967 — Senador José Emílio — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre a restabilidade das empresas compradas à AMFORP em relação ao valor dessa aquisição.

Nº 550, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, sobre planos de financiamento para produtores de arroz, de Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itacara, São Idelís, Itaperuna e Cambuci, Estado do Rio.

Nº 551, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco Nacional de Habitação, sobre construções de casas populares no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 552, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, sobre transferência de seus serviços e

escritórios para Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. (Cia. Siderúrgica Nacional).

Nº 553, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — EMBRATUR — sobre inclusão, no roteiro turístico nacional, do Município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio.

Nº 554, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre recuperação e aparelhamento do Campo de Pousos, no Município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 555, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre razão por que a Pan American, sendo uma linha aérea estrangeira, possa em Brasília e a VARIG, que é nacional e tem subvenção do Governo, não o faz.

Nº 556, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Divisão de Educação Extra-Escolar — sobre privilégios concedidos no Estado da Guanabara para compra de uniformes e material escolar.

Nº 557, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — sobre critério adotado pela Carteira de Penhores, na avaliação de jóias e objetos de valor.

Nº 558, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre realização de concurso para a carreira de Oficial de Cancellaria.

Nº 559, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre convênio com o DER-RJ, para construção de nova ponte sobre o Rio Pombo, para melhor rodoviária com os municípios norte-fluminenses e a estrada Rio-Bahia, na cidade de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 562, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre levantamento topográfico de um canal para saneamento em Aratui do Cabo, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 563, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S.A. — sobre construção de passagem subterrânea no leito da linha férrea, no local denominado "Passagem do Diabo", no 2º Distrito de Queimados, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 564, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre as providências que estão sendo tomadas no sentido de continuar os serviços de Drenagem, Dragagem e Saneamento da região da Lagoa da Suruaça no Espírito Santo.

Nº 567, de 1967 — Senador Arthur Virgílio — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre o critério adotado, em face ao que estabelece a Constituição vigente, para a aposentadoria do Ministro Sotero Cosme.

Nº 568, de 1967 — Senador Lino de Mattos — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre os estudos feitos para a instalação da Coletoria Federal na cidade Paulista de Cajamar.

Nº 569, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações

ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petrobrás — sobre as providências e medidas que estão sendo adotadas, até o momento atual, para que realizem as perfurações nos locais já determinados, pelos técnicos da Petrobrás, no Município de Conceição da Barra, no Espírito Santo.

Nº 570, de 1967 — Senador Alvaro Maia — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre os critérios adotados pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) ao expedir as Portarias sob nºs 477 e 486, as quais congelaram os preços dos produtos farmacêuticos.

Nº 571, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — Companhia Telefônica Brasileira — sobre o péssimo funcionamento dos telefones públicos no Estado da Guanabara.

Nº 572, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil — Departamento de Administração do Pessoal Civil — sobre enquadramento deficiente dos ferroviários da antiga Estrada de Ferro Bahia-Minas, hoje incorporada à Viação Férrea Centro-Oeste.

Nº 573, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — Departamento dos Correios e Telégrafos — sobre melhoria das linhas telegráficas, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 574, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre recuperação e aparelhamentos dos Campos de Pousos dos municípios de Saquarema, Angra dos Reis e Macaé, Estado do Rio.

Nº 575, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — sobre reabertura da Agência Postal de Aldeia Velha, no Município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 576, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — DCT — sobre providências para reabrir a Agência Postal do Município do Corrego Danta Estado de Minas Gerais, fechada sem motivo justo, na administração passada após prestar bons serviços aquela laboriosa população.

Nº 577, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre motivos do não pagamento das bolsas de estudos concedidas aos filhos dos trabalhadores.

Nº 578, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre criação de Universidade do Trabalho, para formação de técnicos de nível médio, em Duque de Caxias, que possa servir, também, aos Municípios de São João do Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 579, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre aproveitamento de concursos para Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro.

Nº 580, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre as das subvenções ordinárias que, por força de lei, já deveriam estar depositadas no Banco do Brasil até 31 de março.

Nº 581, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — sobre reajustamentos e pagamentos de aluguéis antecipados de sua atual sede.

Nº 582, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — Central Elétrica de Santa Cruz, Estado da Guanabara — sobre critério adotado nas promoções de operadores de sua usina.

Nº 583, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — PETROBRAS — sobre desenvolvimento das pesquisas que estão sendo realizadas no setor do xisto betuminoso no Estado do Paraná.

Nº 584, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, sobre transferência do diplomata João Augusto de Medeiros, do cargo de 1º Secretário da Embaixada do Brasil, em Porto Príncipe, na República do Haiti, seu substituto e garantias que a representação brasileira está assegurando aos asilados haitianos.

Nº 585, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre ameaça de paralisação do Centro de Erradicação da Malária, no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 586, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a instalação de uma Agência de Emprego, em Duque de Caxias, Estado do Rio.

Nº 587, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre instalação de um Posto do SAMDU, em Natividade de Carangola, Estado do Rio.

Nº 588, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre restabelecimento da linha de ônibus Caxias-Petropolis, via Santa Rosa, Estado do Rio.

Nº 589, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre melhoria e dragagem do ancoradouro, em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 590, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre construção de uma ponte na Varzea da Maria Caiana, Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 591, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — SUDEPE — sobre alto índice de poluição da Lagoa de Araruama, com prejuízo para a fauna pesqueira dos municípios de Araruama, São Pedro da Aldeia, e Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 592, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre não pagamento das subsídios orçamentários e extraordinários do presente orçamento.

Nº 596, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — ELETROBRAS — sobre a medida que está sendo tomada a fim de ser ultimada a construção da USINA HI-

DROELETDICA do Rio Pardo, em Muniz Freire, no Espírito Santo.

Nº 596, de 1967 — Senador João Abrahão — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, sobre até quando engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários, cujo salário mínimo profissional foi fixado em Lei de abril de 1966, vão ficar sem receber porque uma Circular do Gabinete Civil do Governo anterior assim o determinou e faz outras indagações.

Nº 601, de 1967 — Senador João Leite — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre as obras do aeroporto de Aracaju.

Nº 602, de 1967 — Senador Júlio Leite — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, sobre a ligação telegráfica do DCT com o Estado de Sergipe.

Nº 603, de 1967 — Senador Adolpho Franco — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — Instituto Brasileiro do Café — sobre os motivos que levaram a Diretoria do I.B.C., devidamente autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, a baixar a Resolução número 406, de 20 de abril do corrente ano, permissiva da exportação de cafés do tipo 6 para melhor.

Nº 611, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre as providências que estão sendo tomadas no sentido de ser concluído o Hospital Santa Rita de Cássia, destinado ao Serviço do Câncer, em Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Nº 617, de 1967 — Senador Lino de Mattos — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da Prefeitura do Distrito Federal, sobre os motivos que determinaram a paralisação das obras de urbanização da Super Quadra 208.

Nº 618, de 1967 — Senador Lino de Mattos — Solicitando informações ao Poder Executivo, através da Prefeitura do Distrito Federal, sobre o tempo que esteve parada a Usina do Paranaíba.

Nº 619, de 1967 — Senador Júlio Leite — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, sobre o capeamento asfáltico da ligação Rio Real-Esplana, na BR-101, Estado da Bahia.

Nº 620, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre os estudos, planos ou projetos que existem para a instalação de um Hospital Regional de Previdência Social, em Colatina, no Espírito Santo.

Nº 622, de 1967 — Senador João Abrahão — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Aeronáutica, sobre o Aeroporto de Brasília.

Nº 637, de 1967 — Senador Desires Guaraní — Solicitando ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico informações sobre o número de firmas da região amazônica que já receberam financiamento ou avulsos de operações bancárias por instalação e expansão de indústrias bem como os cultos dados correlatos.

Nº 640, de 1967 — Senador Lino de Mattos — Solicitando ao Prefeito do Distrito Federal informações sobre os motivos que levaram a Prefeitura a não autorizar a construção de casas no selamento do Asa Norte Residencial Plano Piloto.

Nº 641, de 1967 — Senador Lino de Mattos — Solicitando ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o número e o nome das Corporações Hídricas do Distrito Federal.

registradas no Banco Nacional de Habitação, bem como as datas que foram registradas.

Nº 642, de 1967 — Senador Raul Giuberti — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — Instituto Brasileiro do Café, informações sobre as providências que estão sendo tomadas no sentido de ser promovida a diversificação da cafeicultura espiroto-santense a curto e longo prazo.

Nº 644, de 1967 — Senador Desidério Guanani — Solicitando ao Ministério da Fazenda, informações sobre o montante dos recursos provenientes de depósitos ou de vendas de certificados de compras de ações já depositadas no Banco do Brasil, provenientes dos Decretos-lei número 157 e 238.

Nº 646, de 1967 — Senador Milton Tringade — Solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre o alargamento da área de incidência da doença de Chagas.

Nº 647, de 1967 — Senador Desidério Guanani — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério de Educação e Cultura, sobre funcionários do citado Ministério.

Nº 648, de 1967 — Senador Desidério Guanani — Solicitando ao Poder Exe-

cutivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, informações sobre os cargos em comissão (CC), funções remuneradas por gratificação de gabinete (assessores ministeriais, oficiais ou auxiliares de gabinete), e funções gratificadas que existem no Ministério, nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista que lhe são subordinadas.

Nº 650, de 1967 — Senador Desidério Guanani — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, sobre cargos em comissão, funções remuneradas por gratificação de gabinete, funções gratificadas que existem no Ministério e nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista que lhe são subordinadas.

Nº 652, de 1967 — Senador Desidério Guanani — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre cargos em Comissão, funções remuneradas por gratificação de gabinete e funções gratificadas que existem no Ministério e nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista que lhe são subordinadas.

Nº 653, de 1967 — Senador Desidério Guanani — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre cargos

em comissão, funções remuneradas por gratificação de gabinete e funções remuneradas que existem no Ministério e nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista que lhe são subordinadas.

Nº 654, de 1967 — Senador Lino de Mattos — Solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre os planos de imediata construção da sede própria do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS — na cidade paulista de Mogi-Guaçu.

Nº 657, de 1967 — Senador Gilberto Marinho — Solicitando informações ao Poder Executivo, através dos Ministérios da Educação e Cultura e Saúde, sobre o pagamento das subvenções extraordinárias consignadas no orçamento da União, nos exercícios de 1964, 1965 e 1966, em favor do Hospital Pró-Matre, do Rio de Janeiro.

Nº 663, de 1967 — Senador Aarão Steinbruch — Solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre os fatos que determinaram a intervenção ministerial no Sindicato dos Estivadores da Guanabara e por que se nomeou um interventor nesse Sindicato, estranho ao seu quadro associativo.

Nº 664, de 1967 — Senador Aarão Steinbruch — Solicitando ao Ministé-

rio da Indústria e do Comércio, informações sobre o plano do Governo, em relação ao funcionamento da Fábrica Nacional de Motores S. A.

Nº 665, de 1967 — Senador Aarão Steinbruch — Solicitando ao Ministério das Minas e Energia, informações sobre as providências que estão sendo tomadas para acelerar as obras da Usina de Rosal, Bom Jesus do Itabapoana, bem como sobre a data prevista para a conclusão das obras.

Nº 560, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNCR — sobre entendimentos com o Governo da Guanabara, para que os ônibus de Petrópolis volte ma estacionar na antiga Estação Rodoviária.

Nº 561, de 1967 — Senador Vasconcelos Torres — Solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — sobre drenagem do Rio Saracuruna, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 4 de outubro de 1967. — Feito por: Sylvia Minazi Mantovani Peixoto, Auxiliar Legislativo PL-1 — Conferido: Elza Gallo, Chefe da Seção Protocolo Geral. — Visto: Nair Cardoso, Diretora do Expediente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — 3º Secretário — Edmundo Levi —
(ARENA — SP) (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da 4º Secretário — Catelet Pinheiro —
Gama — (MDB — MG) (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- 1º Suplente — Attilio Fontana —
rinho — (ARENA — GB) (ARENA — SC)
3º Secretário — Dinarte Mariz — 2º Suplente — Guido Mondim —
(ARENA — RN) (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — 3º Suplente — Sebastião Archer —
(ARENA — MA) (MDB — MA)
4º Suplente — Raul Claubert —
(ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Lino de Mattos — (SP)

Manoel Villaga — (RN)

Vasconcellos Tôrres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleofas
Teotônio Villela
Júlio Leite

Attilio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

José Ermírio
Mários Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

Vasconcelos Tôrres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-3.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Attilio Fontana

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

João Abrahão
Aurélio Vianna
Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Villela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

José Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Villela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Domicio Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

Antônio Carlos
José Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Attilio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Ceiso Ramos
Teotônio Villela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-6.
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SÉCAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sa
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Melinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sa
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Muller
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guilomard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcellos Torres
Vice-Presidente: Arnou de Melo**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnou de Melo
Paulo Torres
José GuilomardJosé Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos
Aarão SteinbruchArthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Leite
Celso Ramos
Arnou de Melo
Atílio FontanaJosé Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Guilomard
Fernando Correa
Clodomir Millet
Alvaro MaiaLobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello

Oscar Passos

Reuniões: Terças-feiras, às 16:00 horas.